NARRATIVAS E PRÁTICAS

DE RESISTÊNCIAS

Educação Ambiental, Cultura e Desenvolvimento na Amazônia



Eduardo Gomes da Silva Filho
ORGANIZADOR

Editora

Narrativas e Práticas de Resistências:
Educação Ambiental, Cultura e Desenvolvimento na Amazônia

Eduardo Gomes da Silva Filho(Org.)

Angela Maria Miranda Silva
Elemir Soare Martins
Emerson Dias da Silva
Ewerton Domingos Tuma Martins
Francisco Eleud Gomes da Silva
Michelly Silva Machado
Colaboradores

Diretora – Barbara Aline F. Assunção
Produção Gráfica – Editora Aluz
Capa – Editora Aluz
Diagramação – Editora Aluz
Revisão Técnica – Karoline Assunção
Apoio Técnico – Fernando Mancini
Jornalista Grupo Editorial Aluz – Barbara Aline F. Assunção, MTB 0091284/SP
Bibliotecária Responsável– Sueli Costa, CRB-8/5213

CARO LEITOR,
Queremos saber sua opinião sobre nossos livros.
Após a leitura, siga-nos no Instagram @revistarcmos e visite-nos no site www.aluzciencia.online

Copyright © 2023 by Eduardo Gomes da Silva Filho(Org.)

Todos os direitos desta edição reservados à Editora Aluz

MATRIZ - Tv. Dona Paula, 13. Higienópolis.
01239-050 -São Paulo – SP
FILIAL - Rua Benedito Carlixto, 143, Térreo, Centro
Mongaguá-SP.
Telefone: (11) 97228-7607
www.aluzciencia.online
instagram.com/revistarcmos

Conselho Editorial
Dr. Maurício Antônio de Araújo Gomes. Massachusetts, Estados Unidos.
Dr. José Crisólogo de Sales Silva. São Paulo, Brasil.
Dr. Jorge Adrihan N. Moraes. Rio de Janeiro, Brasil.
Dr. Eduardo Gomes da Silva Filho. Roraima, Brasil.
Dra. Ivanise Nazaré Mendes. Rondônia, Brasil.
Dra. Maria Cristina Sagário Minas Gerais, Brasil
Dr. Ivanildo do Amaral. Assunção, Paraguai.
Dr. Luiz Cláudio Gonçalves Júnior. São Paulo, Brasil.
Dr. Maurício Diascâneo – Espírito Santo, Brasil.
Dr. Geisse Martins. Flórida Estados Unidos.
Dr. Cyro Masci. São Paulo, Brasil.
Dr. André Rosalem Signorelli. Espírito Santo, Brasil.
Me. Carlos Alberto S. Júnior. Ceará, Brasil.
Me. Michel Alves da Cruz. São Paulo – Brasil.
Me. Paulo Maia. Pará, Brasil.
Me. Hugo Silva Ferreira. Minas Gerais, Brasil.
Me. Walmir Fernandes Pereira. São Paulo, Brasil.
Profa. Esp. Solange Barreto Chaves. Bahia, Brasil
REVISORES
Guilherme Bonfim. São Paulo, Brasil.
Felipe Lazari. São Paulo, Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Educação Superior: 1. Ed – São Paulo: Editora Científica, 2023.
166p.
ISBN:978-65-981355-8-4
DOI: 10.51473/ed.al.npr
1. Educação Ambiental 2. Cultura 3. Amazônia I. Eduardo Gomes da Silva Filho (Org.); Angela Maria Miranda Silva; Elemir Soare Martins; Emerson Dias da Silva; Ewerton Domingos Tuma Martins; Francisco Eleud Gomes da Silva; Michelly Silva Machado (autores) III. Título
CDD-378

Índices para catálogo sistemático:
1. Educação

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

APRESENTAÇÃO

Na vastidão da Amazônia, um território rico em biodiversidade e cultura, surgem narrativas de resistências que merecem ser contadas. Na obra "Narrativas e Práticas de Resistências: Educação Ambiental, Cultura e Desenvolvimento na Amazônia", os autores mergulham nas profundezas da Amazônia para explorar suas histórias, práticas e os desafios que moldam essa região única.

Neste livro, apresentamos uma série de ensaios e estudos que abordam a educação ambiental, a cultura e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Cada capítulo é uma janela para compreendermos a complexidade e a vitalidade dessa região, onde diferentes atores sociais, entre eles, indígenas, ambientalistas, educadores e ribeirinhos se unem na luta pela preservação da Amazônia.

No primeiro capítulo, "A Introdução da Educação Escolar Indígena na Reserva Indígena de Caarapó-MS: Reflexões de um Aspirante a Xamã", mergulhamos na jornada de um jovem aspirante a xamã que busca compreender e preservar a rica herança cultural do seu povo. Este é apenas o início de uma exploração que nos leva ao ensino da história indígena no seu território tradicional, lançando luz sobre essas práticas.

No segundo capítulo, intitulado "O livro Florestabilidade e as implicações do Projeto Mundiar em uma escola pública de Belém/PA", os autores examinam como o livro foi desenvolvido na escola, quais os recursos metodológicos utilizados e qual a relevância do livro. Além disso, o capítulo aborda a educação ambiental e faz ponderações sobre as nuances do Projeto Mundiar.

No terceiro capítulo, "Os dramas sociais dos seringueiros durante a Batalha da Borracha", os autores apresentam uma análise sobre o período histórico da "Batalha da Borracha" na Amazônia, que ocorreu entre 1942 e 1945. Os autores destacam as condições de trabalho precárias dos seringueiros, que foram explorados pelos patrões e pelo Estado, e as lutas e resistências desses trabalhadores.

No quarto capítulo, intitulado "A Batalha da Borracha e as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia", apresenta-se uma análise sobre as políticas públicas de desenvolvimento para

a região amazônica a partir da "Batalha da Borracha". Os autores destacam a importância desse momento histórico para a região e analisam as políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro, como a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a construção da rodovia Transamazônica. O capítulo também aborda as críticas e os impactos dessas políticas na região amazônica.

No quinto capítulo, denominado "Os Desafios Sociopolíticos e Ambientais no Brasil e na Amazônia no Século XXI: Sustentabilidade e Educação Ambiental", os autores se debruçam em temas como, Desmatamento e Preservação Ambiental na Amazônia, Conflitos Indígenas e Direitos Humanos na Amazônia: garimpo e a questão Yanomami, Geração de Energia na Amazônia e em Roraima, além da Crise humanitária, fluxos migratórios, acolhimento e interiorização promovidos pela Operação Acolhida.

O texto também menciona a importância da conscientização e colaboração global para a conservação ambiental e soluções sustentáveis, bem como o interesse e apoio da comunidade internacional na preservação da Amazônia.

Este livro é uma viagem através do tempo e do espaço, revelando as histórias de resistência e renovação que moldaram e continuaram a moldar a Amazônia. Junte-se a nós nesta exploração das narrativas e práticas essenciais para o presente e o futuro da maior floresta tropical do mundo.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A Introdução da Educação Escolar Indígena na Reserva Indígena de Caarapó-MS: Reflexões de um Aspirante a Xamã—— 9

Elemir Soare Martins & Eduardo Gomes da Silva Filho

DOI: 10.51473/ed.al.npr1

CAPÍTULO 2

O livro Florestabilidade e as implicações do Projeto Mundiar em uma escola pública de Belém/PA—— 27

Michelly Silva Machado; Ewerton Domingos Tuma Martins & Angela Maria Miranda Silva

DOI: 10.51473/ed.al.npr2

CAPÍTULO 3

Os dramas sociais dos seringueiros no período da "Batalha da Borracha"—— 45

Francisco Eleud Gomes da Silva; Emerson Dias da Silva & Eduardo Gomes da Silva Filho

DOI: 10.51473/ed.al.npr3

CAPÍTULO 4

A Batalha da Borracha e as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia—— 75

Francisco Eleud Gomes da Silva; Emerson Dias da Silva & Eduardo Gomes da Silva Filho

DOI: 10.51473/ed.al.npr4

CAPÍTULO 5

Os desafios sociopolíticos e ambientais no Brasil e na Amazônia no século XXI: sustentabilidade e educação ambiental—— 113

Eduardo Gomes da Silva Filho & Emerson Dias da Silva

DOI: 10.51473/ed.al.npr5

CAPÍTULO 1

A Introdução da Educação Escolar Indígena na Reserva Indígena de Caarapó-MS: Reflexões de um Aspirante a Xamã[1]

Elemir Soare Martins[2]
Universidade Federal da Grande Dourados – MS

Eduardo Gomes da Silva Filho[3]
Universidade Federal de Roraima - UFRR



1 Esse texto é uma adaptação de parte da minha Dissertação de Mestrado, orientada pelo Prof. Dr. Levi Marques Pereira, PPGH/UFGD.
2 Mestrando - Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal da Grande Dourados – MS, PPGH/UFGD - Brasil. Bolsista CAPES.
3 Professor da Universidade Federal de Roraima - UFRR.

Introdução

Sou ava (indígena) da etnia Guarani Nhandeva/Kaiowá, pertenço a parentela Escobar, Martins, Vera, Soares. Nasci numa reserva indígena onde, desde 1924, os meus parentes indígenas construíram várias formas de resistências e de sobrevivências. É um tekoha que espera por elementos tradicionais essenciais[4] para poder continuar descortinando características negativas impostas pela colonização, chama-se Reserva Indígena de Caarapó. Pertenço a uma família que, ao longo desses anos, os membros preferiram aderir ao evangelho e, ao mesmo tempo, continuar adquirindo saberes ancestrais e com eles superar vários problemas históricos e, acima de tudo, sentindo a luz do protagonismo caminhando junto deles. Como muitas parentelas, a família na qual pertenço passou várias adversidades, advindas do processo de colonização e de várias tentativas de dizimação dos povos nativos. Vivenciaram várias transformações que ocorreram nessa reserva, onde os chefes atuavam em diferentes momentos, nos quais se incluíam várias temporalidades.

A sociedade caarapoense, que não tem muito conhecimento sobre a Reserva

Indígena de Caarapó, entende que ela foi criada para resolver os problemas dos índios e, por conseguinte, torná-los "obedientes" e "civilizados e trabalhadores". Coloco entre aspa esses dois conceitos pois, na prática, ou seja, dentro da aldeia, a comunidade se organizou, buscou a sobrevivência em constante negociação com algumas instituições, entra as quais estavam: Missão Caiuá, CIMI, FUNAI, Escola e Igrejas Evangélicas Pentecostais.

Como explanado acima, mesmo sendo breve, a sociedade branca (karai) de Caarapó, imaginam essa área como único "lugar de índio"; onde as duas etnias Guarani e Kaiowá podem viver adequadamente, como no paraíso escrito na Bíblia Sagrada. Acharam várias justificativas para nos colocar como povos inferiores em nosso

4 Segundo o que eu consegui entender, da conversa que tive com liderança da retomada, senhor Nardo, os elementos são: o fortalecimento de saberes indígenas, língua materna, escola diferenciada de qualidade, a valorização e o fortalecimento dos papeis dos rezadores e das rezadoras da aldeia. As construções de casas de rezas (óga pysys) e, por fim fortificar o diálogo sobre a intolerância religiosa.

próprio território, não queriam saber nada sobre a cultura indígena, tampouco nos enxergar como gente.

Vivemos as histórias narradas pelos brancos, nas quais as imagens de indígenas aparecem nos livros didáticos, como selvagens, língua ignóbil, pelados, como indivíduos incapazes etc. Todas essas histórias transcorridas pela sociedade ocidental reiteraram injustiças em relação aos nativos.

O lugar de onde falo: memórias, conflitos e resistência

O atual Estado de Mato Grosso do Sul tem a segunda maior concentração do povo indígena do Brasil, cuja maioria é da etnia Guarani e Kaiowá. Dos mais de 65 mil indivíduos dessa etnia que vivem hoje no Brasil, cerca de 30 mil residem no Sul desse Estado. Esse grupo é subdivido em três subgrupos, sendo o Guarani (Ñandeva), Kaiowá (Paï-Tavyterã) e Mbya, todos pertencentes à família linguística Tupi-guarani (PIMENTEL, 2012).

Os Guarani e Kaiowá da Reserva Indígena de Caarapó não querem mais se isolar da sociedade caarapoense, para que isso seja possível, segundo esses rezadores desse local, acionam os conhecimentos ancestrais e, para os líderes pentecostais indígenas também informação do arcabouço religioso ocidental, para entender, planejar, consertar o seu mundo e a sua realidade.

Muitos desses conhecimentos tradicionais ganharam prestígios e ressignificações, porque os ajudaram a sobreviver no meio da violência e dos ataques por ser "diferente", nem por isso, esses deixaram de ser índios numa reserva. É importante ressaltar que esse povo não tinha voz e nem mesmo apoio por parte do órgão do Estado, para manter suas práticas tradicionais e planejarem seu futuro. Várias parentelas foram colocadas numa área para atender as expectativas do Estado brasileiro, ou seja, de torná-los brancos, assim, para exercerem os trabalhos que os "verdadeiros brancos" não exercem como, por exemplo, cortar cana, derrubar mata, colher maçã, catação de milho, arrancar feijão etc.

As mulheres indígenas também não ficavam de fora dessa atividade exploradora, elas colhiam muito algodão pela redondeza da reserva, frequentava também boia-fria, onde arrancava feijão para

sustentar seus filhos e família. Enfim, esperava-se que este povo desaparecesse de vez como povos diferentes.

Entretanto, as mudanças ocorreram, ao contrário do que se esperava, porque esse povo percebeu várias alternativas para continuar resistindo como indígena, mesmo sofrendo várias influências da cultura dominante.

As pesquisas do historiador Antonio Brand (1993, 1997 e 2004) facilitam a compreensão a respeito do tema. Retomo a discussão para mostrar como os indígenas resistiram e continuam criando novas alternativas para sua sobrevivência. Quero mostrar também, a partir das pesquisas já feitas, que os coletivos se adaptaram à reserva e continuaram renovando suas estratégias de resistências.

As escolhas de autores ocorreram na medida em que fiz as leituras. A título de relevância da pesquisa, Brand, por exemplo, é o autor mais citado na atualidade, porque o mesmo apresenta dados muito relevantes sobre as populações indígenas do MS. Por esse motivo, me ative em maior perspectiva na leitura dos textos desse importante autor para embasar o trabalho.

As populações indígenas, que permaneceram até os dias atuais resistindo, se reorganizando em constante negociação, mesmo tendo sido negados pela historiografia mais tradicional elitista, lembram-se muito bem dos seus tekoha guasu (território ou território amplo) ocupados por eles há séculos, situados entre o rio Apa, serra de Maracaju, rio Brilhante, rio Ivinhema, rio Paraná, rio Iguatemi e fronteira com o Paraguai, no atual Estado de Mato Grosso Sul (VIETTA, 2007).

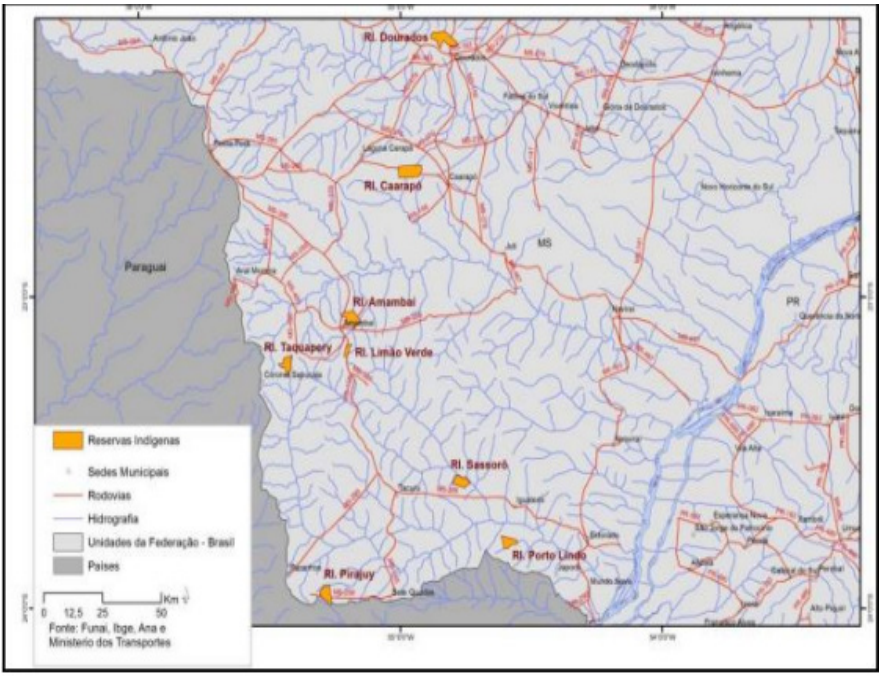
Nesse tekoha guasu, agrupavam-se, especialmente em áreas de ka'aguy guasu (mata fechada) e ao longo dos ysyry (córregos) e ysyry guasu (rios), em pequeno grupo de parentela, integrados por uma, duas ou mais te'yi tuicha (famílias extensas), que cultivavam entre si inúmeras relações de casamento. As lideranças de família eram tekoharuvicha (chefes do tekoha) ou ñanderu (nosso pai-mestre). As lideranças daquela época apoiavam-se em suas experiências, seus prestígios e nas atribuições das esferas política e religiosa.

Na época em que foram instituídas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI)[5] as reservas indígenas no atual Estado de Mato

5 Em 20 de junho de 1910, pelo Decreto lei nº 8.072, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Grosso do Sul, os Guarani e Kaiowá passaram a sofrer um processo de redução de seus territórios tradicionais. O órgão oficial, segundo Benites (2014), desconhecendo o modo de viver dos Guarani e Kaiowá, e o modo de ocupar os seus tekoha guasu (seus territórios), instituiu entre 1915 e 1928 oito minúsculas Reservas: Jagua Piru e Bororo em Dourados (Francisco Horta Barbosa), Reserva indígena de Caarapó em Caarapó (José Bonifácio), Guapo'y em Amambaí (Benjamim Constat) e Limão Verde em Amambaí, Pirajui em Paranhos, Ramada ou Sassoro em Tacuru, Taqueperi em Coronel Sapucaia, Jakare'y ou Porto Lindo. A área máxima prevista era de 3.600 hectares, na maioria dos casos, a área demarcada foi ainda menor (BRAND, 1993; 1997).

Na imagem abaixo, podemos observar um mapa, onde estão localizadas as referidas reservas indígenas criadas na época do Serviço de Proteção ao Índio-SPI. A criação dessas reservas são, portanto, reflexo de política antiindígena que se estabeleceu e se fortificou por aqui. Por meio das pesquisas e estudos, se conheceram a situação dos Guarani e Kaiowá de MS. Essas áreas reservadas para os Guarani e Kaiowá "territorializaria os indígenas, obrigando-os a residir em espaços restritos, com fronteiras fixas. Tal processo, obviamente tinha como corolário a liberação de terras para a colonização da região" (SILVA, 2007, p. 46).



Mapa 1. Reservas Indígenas criadas pelo SPI em MS. Fonte: (MORAIS 2016, p. 48).

Os colonos da sociedade ocidental não conseguiram entender ainda a vida do povo indígena, porque, desde que expulsaram este do seu território, ensaiavam roubar-lhes a memória, a história, a língua, a religião, por fim, o ava reko (jeito de ser indígena). Os karai "chegaram por aqui e não demonstravam nenhum tipo de respeito e muito menos nos enxergavam como gente", me disse uma rezadora da Te'ýikue. Para eles, escravizando, aniquilando a religião indígena, destruindo a natureza, impondo a língua, destruindo a vida e, por fim, dando trabalho desprezível, uma minúscula área que não ofereceria sobrevivência já era uma atitude "humana".

Contudo, várias formas de organização e resistência podem ser observadas ao longo do tempo na tekoha Guarani e Kaiowá. Uma das principais, trata-se da educação, inicialmente a parentela mais jovem foi alfabetizada em língua materna, posteriormente, com o avanço das religiões pentecostais nas aldeias a coisa mudou de figura, veremos isso a seguir.

Memórias do início da Educação Escolar Indígena na Aldeia Caarapó-MS: um breve resumo autobiográfico de um aspirante ao xamanismo

Iniciei a minha vida de estudante após seis anos, até porque nessa época os pais não mandavam seus filhos à escola tão cedo, pois fazia parte do ñeñangareko (de cuidar da infância das crianças). Não tão diferente das demais crianças guaranis, vivi transitando nos dois mundos religiosos, ao mesmo tempo em que eu frequentava culto, por outro lado ouvia sempre os cantos ao longo da noite. Vi algumas crianças da mesma idade que eu enfrentando a mesma epidemia que eu havia enfrentado, os pais dessas crianças chegavam à igreja desesperados, mas com esperança de buscar cura para tais doenças. Os crentes demonstraram dedicações com os recém-chegados na igreja.

Eu não entendia muito bem o que estava acontecendo com a minha cultura. Sem que soubéssemos, o homem branco já havia destruído o nosso território. Quiseram me dar uma cultura que me deixaria mais pobre espiritualmente. O momento em que me reconheci, de novo, foi na época em que comecei a frequentar a escola indígena e me aproximar de novo dos mais idosos, sobretudo dos rezadores.

A escola foi construída de sapê denominado por nós indígenas de óga kapi'i (casa de sapê). Essa escola além de oferecer espaço não tão diferente da realidade do aluno também ofertava uma educação escolar diferenciada. Conforme o professor Alécio:

> A gente buscava trabalhar diferenciado com os alunos, aliás, a própria escola refletia isso nos alunos, onde eles chegavam sem medo, com pezinhos empoeirados, roupas humildes e nós professores indígenas os recebendo bem para que se sintam acolhidos"[6].

Nessa sala cabiam 15 ou no máximo 20 alunos. Atrás da sala foi instalada provisoriamente cozinha onde os alunos lanchavam.

> As aulas começaram embaixo da casa de sape. Foi construída entre 1997- 1998, onde muitas pessoas da região Mbokaja fizeram mutirão (pucherõ – trabalho coletivo) para levantar escola. Foi meio difícil no início, segundo a minha observação, até porque esperamos alguns anos para termos escola de tijolo, outro problema que

6 Professor na Aldeia indígena Caarapó-MS, s/d.

> enfrentamos em relação a construção da escola foi parte de alguns parentes que não aceitavam muito, pois falavam que a escola ficaria apenas pra família da região. Mas aos poucos eles mais ou menos aceitaram. Então, a escola Mbokaja é visto ainda até hoje como se fosse só da família, porém não bem assim, porque aqui tem alunos das duas etnias tanto Guarani e Kaiowá e, assim fomos fortalecendo a nossa identidade e mostrando o quanto nossa etnia é importante para o coletivo maior, sobretudo para quebrar o paradigma em relação aos Guarani Nhandéva do Mbokaja. Vejo que precisamos trabalhar mais a nossa cultura, investir mais nisso. Começando pela presença contínua dos rezadores na escola e no espaço, para que os alunos se sintam à vontade em interagir com eles e aprender. (Professor Guarani Crispim Soares Martins, 2020).

Na imagem a seguir pode se observar melhor a estrutura do interior da sala de aula.



Imagem 1: Primeira escola da região Mbokaja feita de sapé. Fonte: Alécio Soares Martins

O primeiro professor que tive foi Alécio Soares Martins, o qual me alfabetizou na minha língua guarani, embaixo de uma escola de sapé, onde aprendi a ler e a escrever como ava (indígena). Como meu pai era da igreja pentecostal, não almejou que eu frequentasse a escola da Missão, também por causa da distância e para não sofrer por ser de uma família pentecostal.

Fui alfabetizado na língua materna guarani. As primeiras palavras que consegui pronunciar foram: yvy, ysyry, ygua, yvyra, ysy, ama, ava, avati, etc., o professor trabalhava com os nomes dos animais, das plantas, dos rios, do nosso cotidiano. Não trabalhavam as vogais em sequências, pois, como indígena, gosto muito da vogal "y", nesse caso, eu tentava sempre me lembrar das palavras que são pronunciadas no dia a dia das pessoas, até porque são palavras que os espíritos deram.

Ser de uma família pentecostal requer resistência também, pois algumas famílias que foram consideradas pelos crentes indígenas de "católicos", zombavam, imitavam a oração só para nos intimidar. Para mim, foi um pouco difícil, porque eu não conseguia entender bem o que estava acontecendo. Na escola, as crianças da mesma idade que eu, riam muito do meu cabelo, do meu estilo, sobre o qual a minha mãe fazia questão de me diferenciar como filho de crente.

Antes de ir à escola, os meus pais já conversavam comigo, proibiam-me de jogar futebol, me orientavam para ser um exemplo de criança no molde pentecostal. Entretanto, sempre que surgia oportunidade para jogar com os colegas, eu aproveitava. Como a escola ficava perto de nossa casa, optaram em me colocar nela, pois para eles eu não teria muitos problemas relacionados às coisas descritas.

Além do ensino religioso que meus pais me passavam, através do kokue (roça) me ensinavam também sobre o teko porã (o bem viver indígena), onde eu pudesse priorizar a reciprocidade e o respeito pela natureza. Certo dia, eu estava meio emburrado com meu pai, e ele queria me levar para carpir com ele, mas como eu estava com esse comportamento, não podia, pois, a plantação de arroz é bem delicada, por isso possibilitaria ao mau agouro ter sentido. Assim, eu fui aprendendo e fortalecendo o conhecimento sobre os cuidados na perspectiva indígena.

Portanto, a minha vida adulta iniciou cedo, na roça, onde me passaram e me ensinaram as práticas coletivas de importância dos princípios guarani, sendo um lugar de educação indígena e de vivendi indígena, onde os laços das famílias são fortalecidos também.

Na carpida e hora do tereré, conversávamos sobre a história dos mais velhos, dos parentes que faziam parte da formação do lugar, sobre os preceitos culturais. Enquanto isso a minha mãe fazia colheita de milho e dos demais alimentos que havíamos plantado e me explicava sobre as sementes etc. Nossa família tinha duas roças, sendo que uma ficava perto da nossa casa e outra ficava não tão longe.

Aos poucos, essa atividade tradicional foi enfraquecendo no meio da minha família, porque o meu pai saía muito para evangelizar nas demais aldeias e para trabalhar na usina, e a minha mãe tinha uma irmã para cuidar, porque a mesma tinha necessidade especial, situação que transformou muita coisa.

Enquanto o meu pai saía para trabalhar, a minha mãe ficava sobrecarregada de responsabilidade, ao mesmo tempo em que se preocupava com a nossa educação, também se preocupava em cuidar da igreja. Isso exigiu dela resistência. Por outro lado, ela conseguiu equilibrar sua responsabilidade, porque alguns fiéis a ajudavam.

Mesmo com dificuldade, minha mãe sempre me mandava para a escola. Na terceira série estudei com Lídio Cavanha Ramires, um professor que sempre focava a questão da cultura indígena, falava para nós sobre nossas artes, rezas, aldeias, rios, pesca, conto, poesia, entre outros assuntos. Isso despertava interesse em conhecer mais, aprender de novo, reavivar dentro de mim a minha espiritualidade indígena e a minha cultura.

Na medida em que a escola indígena estava se firmando na Reserva Indígena de Caarapó, por outro lado houve resistência por parte dos crentes indígenas para não reavivar a cultura indígena, por exemplo, na minha família não se falava muito das histórias indígenas Guarani e Kaiowá, raramente se conversava sobre isso. Meu pai falava que só assim poderíamos ser abençoados por Deus, igualmente receber dom de curar, dom de revelação, dom de avivamento, dom de cantar, dom para tocar instrumento, dom para liderar. Uns do dom mais almejado nessa época, foi dom de curar, dom de expulsar demônio e de revelar, principalmente pelos líderes da igreja

(dirigente da igreja); ficavam horas e horas fazendo oração, jejum e frequentando "monte".[7]

Por isso, muitas vezes, pediam-se para apagar alguns saberes e habilidades tradicionais adquiridas do xamã da parentela. Uma das pessoas que me ensinou e aperfeiçoou o meu conhecimento foi a Lauriana Escobar, que sempre falava dos seus antepassados, das rezas, dos principais rezadores que se destacavam pela região. Ao mesmo tempo em que sofríamos com a doutrina da igreja, sempre conseguíamos aprender sobre a nossa cultura. Havia dias que ela levava punição pelo dirigente indígena, mas sabia da importância de passar o conhecimento para nós. A punição tinha várias formas, algumas delas que destaco são: pegar banco por um mês ou mais sem ter direito de cantar, contar testemunho e frequentar culto todos os dias; não tomar santa ceia e por fim, depende também das regras de cada dirigente da igreja, até porque ele que determina as regras.

Mesmo fazendo parte do grupo pentecostal, os anciões e anciãs sempre buscavam narrar aos netos sobre as histórias indígenas, incluem-se aí sobre a caça, sobre a armadilha para pegar os animais silvestres comestíveis, plantas medicinais, sobre os cuidados que as crianças devem ter com animais que trazem notícias ruins (guyra mbora'u, mymba mbora'u) etc.

Apesar de não ter muita habilidade em estudo, fui aluno esforçado, porque eu conseguia fazer as minhas tarefas. No primeiro momento, sofri muito para ler, ao mesmo tempo para escrever. Na minha casa, eu tinha muitos afazeres, então, não fui incentivado para olhar o meu caderno, sempre nos preocupava em trabalhar para não passarmos dificuldades. Entretanto, mesmo assim, eu conseguia ler e me esforçar para passar de ano.

Lembro-me da primeira vez que consegui escrever duas linhas de frases sobre árvores, nas quais enfatizei a importância para mim, como naquela não tinha muitos cartazes sobre alfabeto e vogais na minha língua, foi difícil decifrá-los, parecia-me que era impossível chegar ao nível que o professor esperava.

Por outro lado, tinha outro tipo de ensinamento que eu precisava seguir, os meus pensamentos eram limitados sobre o meu

7 É um lugar que fica isolado, geralmente no mato, onde segundo pastor Cornélio, se busca a presença de Deus com mais liberdade e pedir ajuda, onde há momento de se confessar, pedir perdão e pedir dons espirituais

mundo. O meu movimento foi de escola para casa e igreja. Todos os dias participava do culto.

Destacando sobre o pensamento limitado e o espaço limitado que me colocava, foi para eu regar o meu medo com a ignorância, absolutismo sendo mais para destruir meu caminho indígena; posto isto, busco perceber essas regras familiar e das igrejas pentecostais como movimentos de tornar-se um indivíduo ao ore evangelho (sendo o único e não podendo receber os que não pertencem a eles), ou seja, não pertencentes ao grupo dos crentes pentecostais.

Além da minha avó, só o professor passava alguma coisa relacionada à cultura indígena. Como o processo da educação escolar indígena estava em construção nessa aldeia, a comunidade ficava dividida entre os saberes tradicionais e saberes dos brancos (karai), até porque a igreja influenciava nessa questão. Sobre isso, Virginio Soares comenta da seguinte maneira:

> A gente não queria ser diminuído por sermos crentes, tentávamos ser respeitados aqui na aldeia e lá fora, pra isso precisávamos que os nossos filhos aprendessem também a língua dos brancos. Eu sabia que a igreja conseguiria despertar muita coisa boa nas pessoas (Virginio Soares s/d).

Conforme a fala desse meu interlocutor, fica claro também o empenho dos fiéis indígenas em romper a exclusão dos indígenas da sociedade não-indígena e da Reserva, para isso, cobravam os professores o ensino da Língua Portuguesa desde a alfabetização. Conforme a análise de Soares, por meio da Igreja as pessoas conheceram mais a realidade e para cobrar os seus direitos. Essa problemática perdurou até 2005, pois se aceitava mais o ensino da Língua Guarani, com exceção de outras práticas culturais.

Quando os pais pentecostais descobriam que os filhos estavam sendo influenciados pelos professores a aprenderem as rezas, danças, logo tiravam da escola ou proibiam os filhos de participar dessas atividades escolares, nas quais se incluía também a Educação Física.

Faziam questão que os seus filhos e alunos se vestissem com camisa social, calça social para os professores não os obrigar a participarem das atividades ditas culturais, que passaram a fazer parte

do currículo da escola indígena. Nessa situação, os professores buscavam resolver na base do diálogo com os pais, explicando-os da importância dos filhos de interagirem com o mundo escolar, principalmente no que tange às práticas culturais.

Assim cheguei na quarta série com o professor Alécio, momento em que ele viu em mim empenho, sendo assim me aplicou uma prova para passar para a quinta série. Com esforço, consegui ser aprovado e cheguei à escola Ñandejara, hoje localizada no centro da aldeia. Portanto, os meus professores das séries iniciais foram Alécio, Ladio e Lidio.

Na quinta série foi mais difícil, já que a maioria dos professores eram da cidade.

Nessa época, o meu português estava abaixo dos demais da turma. Ficava no canto da sala para não ser questionado, esse tipo de comportamento adquiri na igreja, porque na igreja as crianças sentavam no canto, e não podiam falar, brincar, só podiam ir ao banheiro e beber água, na maioria das vezes o obreiro ficava responsável por elas.

Na hora da pregação, ficávamos assistindo o pregador falar. Por isso, talvez, o meu comportamento foi diferente na turma. Sendo assim, me esforcei bastante para ler na outra língua, ficava horas e horas lendo a Bíblia dos meus pais, porque nessa época, não fui autorizado para pegar livro da escola. Lembro-me da primeira vez que li sobre o nascimento do mundo, no livro de gênesis. Copiava as palavras no meu caderno para pronunciá-las.

Assim, conseguia aprender as palavras novas e ouvindo os colegas falar, por exemplo, para pedir licença, na hora de agradecer, aliás, a professora da língua portuguesa fazia questão de nos ensinar cada palavra para esquecermos da nossa. Todavia, através da estratégia indígena, sabendo transitar nessas duas realidades distintas, consegui superar alguns obstáculos, conseguindo ler na língua dos brancos e, ao mesmo tempo, não me esquecendo da minha língua mãe.

O Início da Trajetória Acadêmica

Antes mesmo de concluir o Ensino Médio, me interessei muito em estudar o fenômeno da entrada e da expansão das igrejas pentecostais na minha aldeia Te'yikue. Por isso, quando terminei

o Ensino Médio, tentei fazer graduação em História, mas a dificuldade financeira me impediu de fazer. Mesmo assim não desisti, fiz vestibular no Teko Arandu, com intuito de cursar Licenciatura Indígena, na UFGD. Fui aprovado em décimo colocado.

Desde então, comecei a estudar e ampliar o meu conhecimento tradicional com pesquisa e me conectando de novo com o meu mundo, do qual me distanciei, talvez por medo, ou por não entender bem o que havia acontecido com os meus parentes indígenas, e também comigo.

Transitando nestas duas realidades, eu, acadêmico da área humanas, tentando estudar o tema, tive que mergulhar nas pesquisas, onde me tornei mais pesquisador indígena e sabendo dialogar com vários parentes meus e com as demais pessoas da comunidade.

Tive necessidade de conhecer melhor a minha realidade e da minha aldeia, por isso, me aproximei mais dos rezadores e dos fiéis indígenas, principalmente dos meus parentes familiares, ondes os mesmos me contavam suas ideias sobre a aldeia, evangelização, cultura, sobretudo sobre os rezadores da aldeia. Participei de várias reuniões na aldeia e na escola, onde os pais reivindicaram seus direitos e, ao mesmo tempo, criaram várias possibilidades aos professores indígenas de pensarem solução para os problemas apresentados.

Quando comecei a cursar a graduação, tive vários professores que trabalharam vários textos, pesquisas que já foram feitas sobre o povo da minha etnia Guarani Nhandéva e dos Kaiowá, sobre a educação escolar indígena, SPI, invasão dos colonos, colonização, entre outros. Portanto, nesse período de estudo, eu já sabia o que eu queria para minha formação. Todos os textos ajudaram-me a entender mais sobre a minha realidade e dos Guarani e Kaiowá; o que me estimulou a fazer um TCC sobre a realidade da reserva, em que procurei entender mais a percepção da comunidade acerca da "reserva indígena", o que me instigou a continuar com essa pesquisa.

Optei em cursar esse curso, pois precisava entender o processo histórico do meu povo Guarani e Kaiowá, a realidade da reserva e assim possibilitar-me em estudar o tema pouco explorado pelos pesquisadores indígenas. Quando escolhi o tema sobre as igrejas instaladas na reserva de Caarapó e dos rezadores que no ponto de vista de muitos crentes, pareciam que estavam sendo dominados ao mesmo

tempo silenciados, por outro lado os ñanderu e as ñandesy mostraram que não estavam dominados completamente, pois os mesmos conseguiram resistir a vários problemas e às violências advindas do processo de colonização e de evangelização de indígenas.

Sendo assim, essas fases descritas auxiliam-me a pensar as transformações que ocorrem na minha comunidade. Ser pesquisador dessa temática não é uma tarefa fácil, todavia, é importante que nós pesquisadores indígenas tenhamos compromisso em problematizar essa realidade, sobretudo no que diz a expansão religiosa na aldeia.

O contato mais direto que eu tive com rezadores foi depois que entrei na graduação, participando dos Encontros dos Acadêmicos, do Encontro de Professores e Aty guasu, lendo textos de alguns pesquisadores não indígenas, nos quais estavam Melià, Brand, Levi Marques Pereira, Cavalcante, entre outros.

Entre Rezadores e Professores: A Educação Escolar Indígena a partir das alianças institucionais

Uma das alternativas usadas pelos rezadores foi se aliar com os professores, certos de que serão valorizados por eles e fortalecê-los, nesse caso, contribuíram bastante no registro dos nomes de plantas medicinais, das rezas, até na formação de novos detentores de saberes indígenas, ou seja, novos conhecedores de remédios e de rezas, isso foi o caso do professor Nilton Ferreira Lima, hoje professor da área de Ciências da Natureza e atua como professor na Unidade Experimental, onde se ensina aos alunos várias práticas agroecológicas na perspectiva sustentável.

A comunidade dessa localidade foi exposta às mais diversas formas de exploração, à negação do seu direito e ao preconceito, portanto, ficava quase impossível reivindicar o reconhecimento e aperfeiçoamento de sua medicina tradicional ao estado e ao município.

Podemos definir essa fase da reivindicação dos indígenas de garantir direito à saúde de qualidade e de construção da escola indígena como "tesãi reka"[8]. O movimento foi articulado para garantir primeiramente o território, a saúde diferenciada e a escola, em contraposição às situações vividas no passado, quando "o índio

8 À procura do bem viver e vida sustentável.

não tinha direito", até porque nós indígenas temos múltiplas culturas, línguas, crenças, valores e estruturas próprias de educação.

O "tesãi reka" iniciou-se com a grande retomada,[9] na década de 1980, até porque a violência física imposta aos Kaiowá e aos Guarani foi extensa, sendo o processo de expulsão das terras que tradicionalmente ocupavam, acompanhado por formas de violência simbólica.

A partir da força de resistência e de habilidade de articulação, retornaram às suas áreas tradicionais, constituindo, assim, vários tekoha, por exemplo, Guyra Roka, Taquara, Jarara (Juti-MS). A sociedade karai (sociedade branca) instituiu por várias décadas um completo encobrimento da sociedade indígena em sua alteridade, para assim justificar a violência, violação de direito em relação à terra, saúde, educação, e à desqualificação de protagonismo e da estrutura organizacional tradicional de comunidade organizada com vínculos históricos com determinados territórios, nos quais se desenvolviam o teko mbo'e, teko porã e teko resãi (bem viver e a vida saudável).

Vale destacar a trajetória de construção da escola indígena na Reserva indígena de Caarapó que, segundo Benites (2014), se originou de uma proposta feita pela Secretaria de Educação de Caarapó, em 1997, juntamente com os parceiros e as parceiras das universidades e da secretaria do estado, que priorizaram as questões indígenas. Nesse sentido, o movimento indígena foi ampliando e fortalecendo sua aliança com as entidades.

Por meio dessa aliança se viu o resultado positivo em vários aspectos da vida social, tais como saúde, educação, direito, desenvolvimento econômico (sustentável ou não), qualificação técnica profissionalizante e muitas outras. Tem sido marcante a atuação de algumas ONGs, das Universidades, das Secretarias do Município e do Estado na Reserva Indígena de Caarapó, criando curso de formação de professores, Programa Kaiowá e Guarani (Universidade Católica Dom Bosco, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Diocese de Dourados) e a participação das lideranças da aldeia.

De acordo com Benites (2014), as instituições tiveram muito respeito pela dinâmica e organização social interna, ouvindo sempre as demandas da comunidade indígena. Particularmente, para

9 Vale destacar o processo de retomada da comunidade do Rancho Jakare e Guaimbe Pery, ambas localizadas na região de Laguna Carapã/MS.

garantir a educação escolar que atenda às especificidades culturais e às demandas da comunidade, várias reuniões e ações foram feitas para garantir futuro mais próspero.

Considerações Finais

Procuramos no texto evidenciar inicialmente a partir de uma trajetória autobiográfica e, posteriormente, abordando as ações da Igreja e das alianças com outras instituições, o processo de introdução da Educação Escolar Indígena na Aldeia Caarapó-MS. A análise foi feita a partir de experiências, vivências e depoimentos de professores, rezadeiras e demais moradores da tekoha.

Procuramos caracterizar a aldeia como lugar de memória e principalmente atrelar à Educação Escolar Indígena como uma importante prática de resistência. Assim, passamos pelos processos de ressignificação de memória do indígena Elemir Soare Martins, assim como a implementação da primeira escola indígena da aldeia.

A análise foi finalizada com as alianças que foram realizadas entre índios e não-índios, a partir do estreitamento de diversas instituições, como nos casos das ONGs, Igrejas e Universidades.

O texto procurou demonstrar além da introdução da Educação Escolar Indígena, também a sua importância, tanto para o processo educacional em si, quanto para a preservação e valorização dos seus costumes e tradições.

Referências

BENITES, Tonico. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (rezando e lutando):** o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowá e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. 2014. 270f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

BENITES, Eliel. **Oguata Pyahu (Uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da Aldeia Te'ýikue.** 2014. 130f. Dissertação (Mestrado Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2014.

BRAND, Antonio Jacó. **O confinamento e o seu impacto sobre os Guarani/Kaiowá.** 1993. 276f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, 1993.

BRAND, A. Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani:** os difíceis caminhos da palavra. 1997. 382f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1997.

BRAND, Antonio Jacó. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Tellus,** ano 4, n. 6, abr. 2004, p. 137-50, Campo Grande, MS: UCDB, 2004.

MORAES, José Augusto Santos. **O pentecostalismo autóctone na Reserva de Dourados:** identidade étnica, implicações sociais e protagonismo (1992 – 2015). 2016. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, MS, 2016.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. **Elementos para uma teoria política Kaiowá e Guarani.** 2012. 364f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

SILVA, A. Barbosa da. **Mais além da aldeia:** Território e Redes Sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. 2007. 255 f. Tese (Doutoramento em Antropologia) – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.

VIETTA, Katya. **Histórias sobre terras e xamãs Kaiowá:** territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowá de Panambizinho (Dourados-MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena na faixa entre Brasil e Paraguai. 2007, f. 512. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

CAPÍTULO 2

O livro Florestabilidade e as implicações do Projeto Mundiar em uma escola pública de Belém/PA

Michelly Silva Machado
Universidade Federal do Pará[10]

Ewerton Domingos Tuma Martins
Universidade Federal do Pará [11]

Angela Maria Miranda Silva
Universidade Federal do Pará [12]



10 Doutoranda em Antropologia (PPGA-UFPA). Bolsista Capes (2021-2023). Mestra em Diversidade Sociocultural (PPGDS-MPEG) e Mestra em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPGLA-UFPA). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1607-4368.
11 Mestrando em Antropologia (PPGA-UFPA), Bolsista Capes (2022-2023). Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira (UNIASSELVI/SC). Especialista em Docência no Ensino Superior (UNIASSELVI/SC). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6273-9829.
12 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciência e Meio Ambiente (PPGCMA-UFPA). Especialista em Sustentabilidade e Políticas Públicas (UNINTER). Lattes: http://lattes.cnpq.br/6056354278051716.

Introdução

O tema sustentabilidade e conservação ambiental ganhou relevância em face ao novo modelo de desenvolvimento econômico e socioambiental. Esse modelo traz uma série de preocupações com a utilização de tecnologias limpas e uma gestão sustentável dos recursos naturais. Assim, o tema da educação ambiental tornou-se fundamental para a conscientização da relação entre os seres humanos e o meio ambiente, trazendo para a educação e seus livros didáticos, o compromisso de apoiar e difundir em todos os níveis de ensino reflexões sobre a importância da conservação do meio ambiente.

Nos estudos e análises sobre a produção de materiais didáticos nos diferentes níveis de ensino, é unanime a preconização de que os livros e cartilhas devem ser contextualizados à realidade sociocultural para quem se destina. No cenário paraense, reivindicações e discussões são realizadas constantemente sobre a necessidade de materiais didáticos que atendam os componentes curriculares da disciplina de Estudos Amazônicos - EA.

Embora os basilares das Diretrizes Curriculares, para o Ensino Fundamental, da Rede Estadual de Ensino do Pará, preconize o respeito à diversidade dos povos amazônicos, onde são firmadas as diferentes culturas existentes entre as populações do Estado; desenvolvimento sustentável, onde destaca a responsável relação homem/ambiente e a necessidade de sua utilização consciente; e a Interdisciplinaridade, como fio condutor do processo ensino-aprendizagem nas áreas de conhecimento e nos ciclos de aprendizagem, poucos materiais voltado às competências de EA têm sido produzido para a melhoria da organização dos ciclos de Aprendizagem.

Nesse sentido, analisamos o livro Florestabilidade, utilizado nas aulas de estudos amazônicos de turmas vinculadas ao Projeto Mundiar, em uma Escola de Ensino Fundamental e Médio, localizada no bairro do Guamá em Belém/PA, entre os anos de 2017 e 2018. Para isso, realizamos levantamento bibliográfico sobre alguns aspectos curriculares da educação ambiental e contamos com relatos orais de cinco docentes que trabalharam o Florestabilidade no Mundiar, denominados: interlocutor 1 (professor de matemática), interlocutoras 2 e 3 (professoras de língua portuguesa), interlocutor

4 (professor de educação física) e interlocutora 5 (professora de geografia).

Seguimos três questões principais para examinar o livro: i) como o florestabilidade foi desenvolvido na escola? ii) Quais os recursos metodológicos utilizados? e ii) qual a relevância do livro? Antes de descrevermos o Florestabilidade, faremos uma incursão sobre a educação ambiental e abordaremos algumas ponderações sobre os empeços do Projeto Mundiar, a qual o livro está integrado.

Embora o Florestabilidade tenha sido aplicado à metodologia defasada da Telessala ou do Telecurso no Mundiar, atendeu os princípios básicos da educação ambiental, conservação das florestas, dos biomas brasileiros e dos meios de participação ativa da sociedade para a sua salvaguarda, incluídos pela Lei nº 14.393, de 2022.

Contexto histórico sobre a educação ambiental

Um dos maiores desafios enfrentados pelo mundo é fazer com que as forças de mercado consigam conciliar o desenvolvimento econômico com a qualidade do ambiente. Nesse contexto, a educação ambiental se desvelou como um conjunto de procedimentos, normas e cuidados para que seja possível usufruir os recursos naturais de maneira ambientalmente responsável, evitando assim impactos e agressões na natureza.

É importante ressaltar que as discussões sobre a educação ambiental EA se intensificou após o encontro da União Internacional da Natureza (UICN), no ano de 1948, em Paris, contudo sua definição ocorreu somente com a Conferência de Estocolmo, 1972, onde se atribuiu o tema educação ambiental, na agenda internacional (MISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007). Posteriormente a esse período, em 1975, foi lançado em Belgrado o Programa internacional de Educação Ambiental, na qual foram definidos os princípios e orientações para o futuro. Neste encontro participaram 113 países, com o objetivo de denunciar as devastações ocorridas pelo mundo. Ainda neste encontro foram elaborados dois documentos, a "Declaração Sobre o Meio Ambiente Humano" e o "Plano de Ação Mundial", no intuito de refletir e chamar atenção do mundo sobre os impactos ambientais.

Com a Constituição Federal, de 1988, o Brasil colocou o meio ambiente como um direito constitucional, apresentando a preocupação da sociedade brasileira com o meio ambiente. A Constituição estabeleceu que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo o primeiro princípio regido na política ambiental do país (BRASIL, 2012). Outros princípios também foram estabelecidos na Constituição, como: o da sustentabilidade, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o ambiente para o presente e futuras gerações; e o princípio da responsabilidade ambiental, imputando o ônus da recuperação dos impactos e danos ambientais ao seu agente causador.

Em 2002, na conferência Rio+10, denominada a "Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável", na cidade de Joanesburgo, na África do Sul, participaram 189 países para discutir questões sobre a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturas renováveis. No ano de 2012, ocorreu a Rio+20, "Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável", que reuniu representantes de 93 países, tendo uma das maiores coberturas jornalísticas mundiais (BRASIL, 2012).

Essas conferências e reuniões sobre a EA foram de fundamental importância para "um consenso mundial de que o futuro, depende das relações estabelecidas entre os homens e os recursos naturais" (VIEIRA, 2008). De acordo com Vieira (2008), é importante destacar, que Inicialmente a EA apresentava um caráter preservacionista, com ações voltadas para o cuidado com a natureza, porém ela ganhou outras proporções destacando-se também em organizações sociopolíticas e educacionais. A partir da preocupação com as gerações futuras, a EA chegou nas escolas e nos currículos educacionais.

> [...] Como perspectiva educativa, a Educação Ambiental deve estar presente no currículo de todas as disciplinas, uma vez que permite a análise de temas que enfocam as relações entre a humanidade, o meio natural e as relações sociais, sem deixar de lado suas especificidades (VIEIRA, 2008, s/p).

Como destaca Vieira (2008), é necessário enfatizar que a "Educação Ambiental não deve estar presente no currículo escolar

como uma disciplina", pois não é a isso que ela se destina, mas destacar sua importância como um tema transversal, que permeia todas as atividades escolares e disciplinas, conforme prevê o Plano Nacional de Educação Ambiental - Lei 9795/99.

De acordo com a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, Art. 1º, fica entendido que a educação ambiental se estabelece como um processo em que o indivíduo e a sociedade "constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente", bem como o uso comum do povo, essencial a qualidade de vida e sua sustentabilidade. No Art. 2º, destaca-se a EA como um componente essencial e permanente da educação nacional, "devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal".

Na escola a EA aparece como um assunto essencial para a preservação do meio ambiente e a utilização dos recursos naturais de maneira sustentável. No Ensino Fundamental, a EA como tema interdisciplinar reflete sobre as mais variadas formas sustentáveis de desenvolvimento econômico e social, priorizando, portanto, ações que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos o bem estar da sociedade. Nessa perspectiva, um dos desafios da escola é o de promover o desenvolvimento de compreensões sobre o meio ambiente e suas múltiplas e complexas relações, que envolve aspectos ecológicos, psicológicos e legais, conforme preconizam os fundamentos da Educação ambiental (BRASIL, 1997).

Assim, a EA deve acontecer de forma a despertar nos estudantes a consciência sobre o meio ambiente para que no futuro possam assumir posições coerentes para a preservação das florestas e dos recursos naturais (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 2001). Conforme a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96, no artigo 32, inciso II, exige-se no ensino fundamental, a "compreensão ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade". No artigo 36, § 1º, se estabelece que o ensino fundamental e médio "devem abranger, obrigatoriamente, (...) o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil".

Assim, a EA envolve muito mais do que integração entre as disciplinas, ela deve envolver conhecimentos do cotidiano e da realidade dos alunos, de forma que os estudantes possam refletir sobre as questões atuais e pensar em mundo melhor para se viver. Daí a importância da maneira de como o currículo é organizado nas escolas, devendo permitir um arranjo flexível para que os professores possam incluir a dimensão ambiental em suas aulas.

Conforme Pontalti (2005), "a escola é o espaço social e o local onde o aluno dará sequência ao seu processo de socialização, iniciado em casa, com seus familiares". Daí a importância da escola para o processo de formação, tanto social como ambiental, dos alunos. Ciente da necessidade e do compromisso da escola de fazer com que as crianças aprendam que a responsabilidade da preservação é de todos, que os atos de cada um refletem sobre o futuro de toda a humanidade.

Com a difusão da EA e de seus conceitos essenciais sobre a sustentabilidade e o meio ambiente nos parâmetros curriculares, as escolas e as organizações nacionais, começaram a pensar em propostas pedagógicas no intuito de inserir a temática ambiental em seus projetos pedagógicos. Nesse contexto, o livro florestabilidade aparece como uma proposta metodológica para promover a interdisciplinaridade e a temática da conservação ambiental no Projeto Mundiar no Pará.

Projeto Mundiar

Em Belém do Pará, o livro florestabilidade foi incorporado em algumas escolas públicas, vinculado à disciplina de estudos amazônicos do projeto Mundiar. O Mundiar foi uma parceria da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) com a Fundação Roberto Marinho, com o intuito de corrigir o descompasso idade/ano de alunos em defasagem de pelo menos dois anos, a partir dos 13 anos no Ensino Fundamental, e dos 17 anos de idade, no Médio (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 2014).

O projeto estava inserido na metodologia da Telessala, aplicada desde 1993 pela Fundação. Os professores do projeto eram chamados de unidocentes, pois ministravam os conteúdos de várias

disciplinas. Para atuar no ensino fundamental ou médio os docentes participam de capacitações de 40 horas sobre módulos I, II, III e IV.

Figura 1 – Quadro de Florestabilidades na Formação de professores do Projeto Mundiar – Ensino Fundamental



Fonte: Autora (2017)

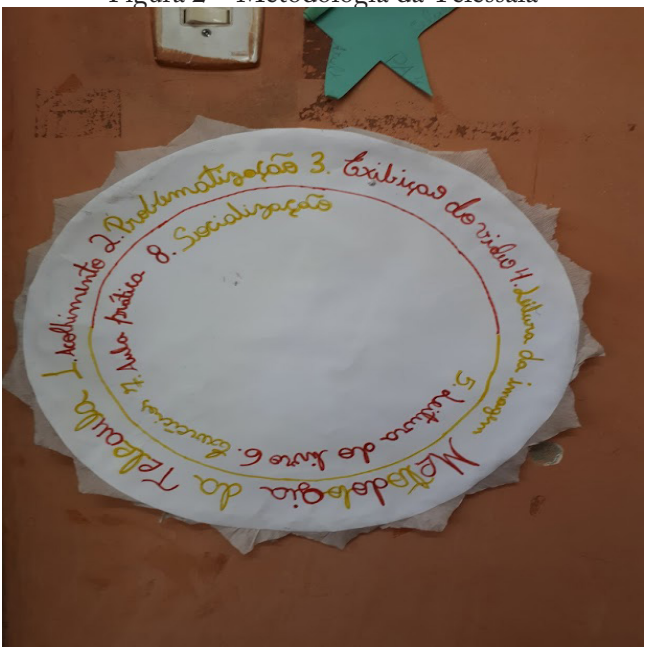
Diferentes metodologias eram aplicadas na formação, os professores de localidades variadas ficavam sempre divididos em equipes: como as de problematização, síntese e socialização. Os materiais usados no curso, (Data show, cartolina, papel A4, lápis de cor, revistas, canetas coloridas, canetinhas, lápis, cola, tesoura, papel crepom, EVA, entre outros) eram fornecidos pelos técnicos formadadores da Fundação. Assim, as aplicações dos planos de ensino eram desenvolvidas de maneira exitosa. No entanto, na realidade das escolas públicas de Belém, a interlocutora 5 revela que as escolas careciam de materiais para o desenvolvimento da metodologia Telessala, tinham que reciclar materiais antigos ou retirar de recursos financeiro próprio para a manutenção das atividades. Descreve ainda que alguns materiais foram disponibilizados pela SEDUC, mas chegaram quando as turmas já estavam na fase de conclusão.

Um dos manuais de orientação dos professores unidocentes

era o livro "Incluir para transformar: metodologia telessala em cinco movimentos", as etapas de ensino deveriam seguir os cinco movimentos: integração, prática, contextualização, reflexão e socialização indicados no livro (GUIMARÃES, 2013). Em Belém, o modelo foi adaptado para: 1. Acolhimento; 2. Problematização; 3. Exibição da videoaula/vídeo; 4. Leitura de imagem; 5. Leitura do livro; 6. Aula prática e 7. Socialização. Se houvesse tempo aplicava-se a atividade do memorial, uma espécie de diário do aluno.

Na figura 1, temos o registro da metodologia Telessala, segundo uma de nossas interlocutoras: "a utilização de cartazes era comum, serviam para memorizar e orientar professores e alunos sobre os passos a serem seguidos cotidianamente". As carteiras eram organizadas em círculo e abrigavam em média de 30 a 35 alunos.

Figura 2 – Metodologia da Telessala



Fonte: Autora (2017)

Conforme as diretrizes do Telecurso, os planos de aula de cada disciplina estavam elaborados no caderno de formação do professor. Em tese os docentes deveriam seguir modelos pré-definidos de cada unidade, contudo os planejamentos indicados abordavam

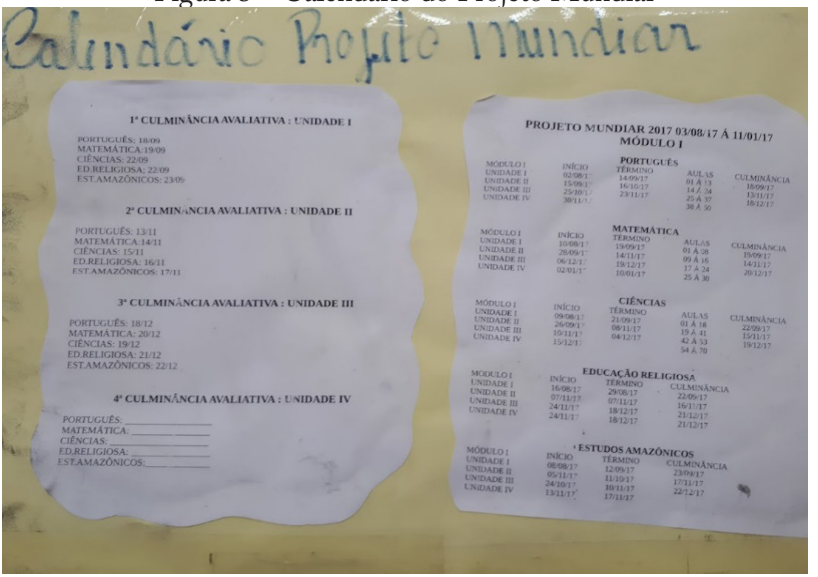
temas das regiões sul e sudeste do Brasil, do cotidiano da década de 1990. Segundo o interlocutor 1, a etapa de exibição do vídeo (vídeoaula) em DVD eram constantemente suprimidas, pois os discentes reclamavam dos vídeos antigos. Os técnicos da Fundação, durante as formações, recomendavam que caberia ao professor contextualizar os conteúdos da década de 1990. Dessa forma, os unidocentes contextualizavam temas e filmagens criados há 18 anos à realidade do alunado, que experienciava a chegada do Facebook.

Com a exceção do livro Florestabilidade que possui um caráter regional, como veremos, a metodologia Telessala aplicada no Projeto Mundiar configurou-se como uma espécie de projeto político-ideológico anacrônico, que "buscou transformar a educação em produto mercantil para atender os interesses de diferentes frações" da classe empresarial e política (MARTINS; PINA, 2020, p.10).

O conceito analítico da mercantilização da educação pública se justifica no contexto da Telessala pelas várias inconsistências estruturais do Projeto Mundiar, entre elas: a unidocência, quando um único professor ministrava aulas de matemática, ciências, português, estudos amazônicos, ensino religioso, história, arte, química, física, inglês/espanhol e o projeto complementar (denominado percurso livre), ao longo dos módulos I e IV. Essa proposta fugia completamente a formação e especificidades dos professores e mesmo trabalhando os princípios da interdisciplinaridade, ministrar conteúdos completamente diferente de sua área sobrecarregava os docentes e prejudicava o processo de ensino e aprendizagem das disciplinas, cujas consequências impactavam no desenvolvimento psíquico dos docentes e discentes do projeto.

As turmas de ensino fundamental e médio tinham duração de dois anos, os módulos dividiam-se do I ao IV, cada um com IV unidades. O professor acompanhava a turma em dois anos até a conclusão do fundamental ou médio. Na figura 1, podemos observar um calendário do módulo I, do ensino fundamental, registrado na parede de uma escola pública de Belém, em 2017.

Figura 3 – Calendário do Projeto Mundiar



Fonte: Autora (2017)

A mercantilização do ensino é amplamente observada através da aplicação da metodologia do Telecurso no Projeto de Aceleração da Aprendizagem Mundiar, a qual foi pedagogicamente justificada pela relevância social de fornecer ensino diferenciado aos discentes em distorção idade/série. Assim, contrataram orientadores, professores e supervisores pedagógicos para acompanhar e aplicar a metodologia no Pará. Apesar do Mundiar suscitar amplos debates, não analisaremos essas contrariedades, nossa ênfase é destinada ao material didático Florestabilidade, que se diferenciou do modelo pré-estabelecido da Telessala, sendo criado especialmente para atender as temáticas ambientais, sobretudo vinculadas à disciplina de estudos amazônicos.

O livro Florestabilidade

O livro foi organizado pela Fundação Roberto Marinho, em parceria com o Fundo Vale, a empresa Good Energies Foundation e o Serviço Florestal Brasileiro. Foi produzido com a proposta de facilitar o processo de ensino e aprendizagem da educação ambiental nas

escolas (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2012). Segundo a fundação, o objetivo do livro consistia em despertar nos jovens a missão de tornarem-se gestores da maior floresta tropical do planeta, a Amazônia.

No que compete à gestão democrática em caráter regional, as novas orientações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, do Ministério da Educação, estabelecem as competências e habilidades a serem cumpridas nos diferentes componentes curriculares. Nas diretrizes curriculares mencionam a importância do repertório sociocultural e da educação ambiental para efetivação do currículo crítico e multicultural (BRASIL, 2008). A heterogeneidade das linguagens e cosmologias que formam a população brasileira precisa ser valorizada e inserida nos currículos escolares, pois foram vozes subalternizadas nos livros didáticos da historiografia brasileira.

No campo educacional, conceitos como pluralidade, interculturalidade e diversidade têm se destacado por romper com classificações hegemônicas do conhecimento que trataram o "outro" sob diferentes construções teóricas que silenciou as vozes da terra. A história do Brasil foi marcada pelas trajetórias e heranças de diferentes povos: ribeirinhos, indígenas, quilombolas, camponeses e populações tradicionais que fazem parte do mosaico que compõem os Brasis (MACHADO, 2022, p.178).

No livro Florestabilidade, por exemplo, extrativistas, ribeirinhos, povos originários de diferentes famílias linguísticas, técnicos florestais, professores e pessoas ligadas ao trabalho na floresta Amazônica foram mencionadas como protagonistas de sua história. Além de apresentarem o cotidiano de extrativistas nos vídeos e na composição textual do livro do Mediador, o foco da aprendizagem também refletiu sobre regularização ambiental de imóvel rural, comercialização de produtos florestais, como os derivados do cacau e da castanha, a fim de promover debates sobre a organização social das comunidades.

O material foi desenvolvido em dois volumes: livro do professor e do aluno. Os eixos temáticos foram divididos em quatro seções: 1. Conhecer e manejar a floresta; 2. Boas práticas do manejo florestal – produtos florestais madeireiros e não madeireiros; 3. Serviços ambientais que a floresta prove; e 4. Profissionais da floresta.

Os tópicos das aulas acompanhavam vídeos com histórias, músicas e relatos de pessoas que vivem e utilizam os recursos da floresta de forma sustentável. Refletem a importância da floresta para o bem-estar local e para toda a vida no planeta, bem como as diversas oportunidades de uso sustentável para o desenvolvimento familiar, comunitário e regional.

Figura 4 – Livro do Mediador – Florestabilidade



Fonte: Fundação Roberto Marinho (2015)

A palavra Florestabilidade engloba o sentido da interação consciente dos seres humanos com a floresta. É definida por seus idealizadores como "um jeito consciente de interagir com a floresta" (CUNHA, 2014). Conforme a Fundação Roberto Marinho (2012, p.31), ao participar do projeto, os alunos tendem a descobrir que podem manter uma convivência harmoniosa e próspera com a floresta, conciliando tradição e inovação.

Um dos principais conceitos abordados no livro é o Manejo Florestal, definido pela Lei 11.284/06 de Gestão de Florestas Públicas, como

> "A administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização

> de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal" (BRASIL, 2006).

No Pará, o projeto Florestabilidade foi apresentado pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc), destinado à educação para o manejo florestal. O projeto foi implementado por meio da realização de oficinas, seminários, entre outros, com objetivo de despertar nos jovens a vocação para gerir as florestas amazônicas. Antes de ser aplicado nas escolas, os docentes ou técnicos participam de ações de tutoria, formações e recebiam o Kit Florestabilidade contendo o livro do mediador, vídeo aulas e alguns materiais pedagógicos.

Para melhor entender o funcionamento da metodologia aplicada no Florestabilidade contamos com cinco professores que atuaram como unidocentes no Projeto Mundiar em uma escola pública de Ensino Fundamental e Médio. A instituição atende alunos de famílias de baixo poder aquisitivo oriundas dos bairros Guamá, Cremação e Condor. Atua do 6ª ao 9ª ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio regular, Ensino Médio de Jovens e Adultos e atendeu o Projeto Mundiar, que funcionava duas turmas, uma manhã e outra à tarde. Conforme nossos interlocutores o livro Florestabilidade atendeu quatro turmas do Mundiar.

De acordo com o interlocutor 1 (professor de matemática), o livro foi utilizado na disciplina de estudos amazônicos. Na ocasião "os professores e alunos compartilhavam saberes sobre a importância da floresta, questões sobre identidade e aspectos socioculturais e históricos da Amazônia".

Nossa segunda interlocutora (professora de língua portuguesa), destacou que "o Florestabilidade foi uma prática inovadora na escola, embora o livro fosse excelente, ele estava atrelado a dinâmica da Telessala, o antigo do Telecurso 2000, no início os professores demoraram a seguir os cinco eixos da metodologia: problematização, exibição do vídeo, leitura de imagem, contextualização e socialização".

Para a interlocutora 3 (professora de língua portuguesa) os alunos gostavam mais das aulas de estudos amazônicos e dos projetos do percurso livre. Nessas aulas os vídeos eram contemporâneos

e permitia uma maior interação entre os alunos. Além disso, muitos se sentiam representados por tratarmos de assuntos que faziam parte da realidade dos ribeirinhos e de pessoas que sobrevivem dos rios e das florestas.

O interlocutor 4 (professor de educação física), relatou que apesar dos desafios com dos vídeos do Telecurso 2000, os vídeos do Florestabilidade eram atuais e faziam mais sentido. Comentou que o projeto contribuiu para o debate de temas relacionados a conservação do meio ambiente, poluição dos rios, desmatamento e a importância da renovação de espécies. Ressaltou o papel da escola para a conscientização dos temos ecológicos. Relatou: "Eu era o único professor dos alunos, trabalhávamos todos os dias, de segunda a sexta, cheguei a levar mudas de plantas e sementes para trabalhar na sala, eles gostavam".

Em diálogo com os professores coletamos algumas imagens de atividades desenvolvidas com o livro, as quais não puderam ser divulgadas pois não conseguimos o contato com os antigos alunos para obter o consentimento das imagens. Um aspecto importante levantado pela interlocutora 5 (professora de geografia), foi a forma usada para tratar temas complexos, assuntos como ecossistemas brasileiros e processos de colonização, eram suavizados com a parte prática das aulas que envolviam pinturas, colagem e desenhos sobre os temas.

A interlocutora 3 destacou que as salas de aula do Mundiar se diferenciavam pelas cores e disposição das carteiras em formato circular. Os alunos se sentiam acolhidos, o ambiente escolar não tinha um aspecto pesado. As produções dos alunos eram coladas em murais ou nas paredes, eles se sentiam orgulhos dos trabalhos desenvolvidos. Os alunos das outras turmas do regular sempre se encantavam com as salas organizadas.

Figura 5 – Sala de aula do Projeto Mundiar do Ensino Fundamental



Fonte: Autora (2017)

Para a interlocutora 2, o livro deveria ter sido compartilhado com outras turmas e séries da escola, os professores de estudos amazônicos normalmente comentam a falta de materiais na disciplina, se o livro de Florestabilidade fosse atualizado, seria um importante recurso da disciplina. O interlocutor 1 comentou que a educação ambiental deve ser trabalhada em todas as disciplinas, no Florestabilidade percebíamos a conexão imediata dos alunos com os conteúdos.

Os problemas ambientais enfrentados a nível mundial precisam ser compartilhados nas escolas, é urgente a necessidade de diminuir os processos de poluição, conscientização relativa a uso racional da água, para a sobrevivência das espécies. Hodiernamente, discute-se a importância da preservação da cultura dos povos tradicionais e indígenas, pois seus saberes e formas de se organizar nos biomas brasileiros contribuíram para proteção da biodiversidade do País. Assim, é necessário ampliar os debates e ações da educação ambiental visando a formação de adultos com consciência ecológica e social, conforme orienta a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

Considerações finais

Diante do exposto, as escolas e secretarias de educação e toda e qualquer instituição educacional (de ensino), seja no âmbito federal, estadual ou municipal, tem o papel fundamental no esclarecimento, implementação e difusão das Leis que versam sobre a diversidade e

educação ambiental (TUMA MARTINS, 2021, p.02).

Uma das importâncias do livro Florestabilidade volta-se à valorização da memória, do contexto local e das identidades dos alunos, pois estes discentes vivem na Amazônia, a maior área contínua de florestas tropicais da terra. Nas aulas os estudantes aprenderam os conteúdos com o auxílio de músicas e vídeos, fizeram desenhos e pinturas, desenvolveram habilidades de expressão oral, fortalecimento de interações em grupo e executaram performances artísticas que culminando na confecção de memoriais sobre a problemática ambiental.

Nota-se que quando o material educacional é produzido, pensado e financiado para atender à realidade de seu alunado, com o compromisso pedagógico com a dimensão ambiental, ele contribui fundamentalmente para as novas práticas pedagógicas da tendência "progressista crítico-social dos conteúdos", com destaque à importância das florestas e do meio ambiente para a humanidade.

Foi possível observar que a temática da educação ambiental é um grande desafio para as escolas, nem sempre a comunidade escolar conta com os suportes necessários para a implementação de novas propostas pedagógicas, como sugere os livros de Florestabilidade. Em relação aos eixos temáticos e a aproximação entre os alunos e o manejo florestal, destaca-se a temática como um dos pilares para a conservação dos recursos naturais, sobretudo do bioma Amazônico, com a administração da floresta para a obtenção responsável de benefícios econômicos, sociais e culturais, possibilitando que as próximas gerações, possam usufruir de todos os recursos naturais que as florestas lhes oferecem e a certeza que o seu aprendizado sobre a sustentabilidade das florestas jamais será esquecido.

Referências

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto constitucional promulgado em 5 out. 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL, **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais:** meio ambiente, saúde. Secretaria de Educação Fundamental, v.9. Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei Nº 9.795,** de 27 abr. 1999. Dispõe sobre a educação ambiental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Brasília, 27 de abril de 1999. Acesso: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Nº. 11.645/2008**, de 10 de marco de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo oficial da rede de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.

CUNHA, João. **Professores são treinados para florestabilidade na VI Olímpiada de Caxiuanã.** 2014. Disponível em: http://www.museu-goeldi.br/portal/content/professores-s-o-treinados-para-florestabilidade-na-vi-ol-mpiada-de-caxiuan. Acesso em: 15 jul. 2015.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Florestabilidade, um Projeto de Educação para o Manejo Florestal.** Publicado em: 2012. Disponível em: www.florestabilidade.org.Br/Site/O-Projeto/Objetivos/. Acesso em 14 jul. 2016.

GUIMARÃES, V. **Incluir para transformar:** metodologia telessala em cinco movimentos. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2013.

MACHADO, Michelly Silva. Diversidade e aprendizagens em contexto escolar de bilinguismo (português – mebêngôkre). **Letras Escreve**, Macapá, v. 12, n. 1, 1º sem., 2022. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/6494/pdf. Acesso em: 16 jul. 2023.

MARTINS, André Silva; PINA, Leonardo Docena. "Mercantilização da educação, escola pública e trabalho educativo: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica". **Rev.**

HISTEDBR On-line. Campinas, SP, v.20, 1-21, e020052, 2020. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8657754/23125/81266. Acesso em: 17 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania. **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Brasília-DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf. Acesso em: 02 abr. 2016.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Meio ambiente: saúde/Ministério da Educação. **Secretária da Educação Fundamental.** - 3. ed. – Brasília, Secretaria, 2001.

PONTALTI, Edna Sueli. **Projeto de Educação Ambiental:** Parque Cinturão Verde de Cianorte. Disponível me: http://www.apromac.org.br. Acesso em: mar. 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Proposta Curricular do Ensino Fundamental do Estado do Pará.** 2015. Disponível em: https://fep.if.usp.br/~profis/arquivo/docs_curriculares/PA/Para_Proposta_Curricular_Ensino_Fundamental.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Seduc capacita professores das 12 regiões de integração do Pará.** Disponível em: http://pactopelaeducacao.pa.gov.br/seduc-capacita-professores-das-12-regioes-de-integracao-do-para. 2014. Acesso em: 15 jul. 2015.

TUMA MARTINS, Ewerton Domingos. Desafios da implementação da Lei 10.639/2003 em escolas públicas no município de Marapanim/PA. **Revista em Favor de Igualdade Racial.** Rio Branco - Acre, v. 4, n.2, p.01-02, mai/ago.2021. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/4054. Acesso: 12 abr. 2023.

CAPÍTULO 3

Os dramas sociais dos seringueiros no período da "Batalha da Borracha"

Francisco Eleud Gomes da Silva[13]
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

Emerson Dias da Silva[14]
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

Eduardo Gomes da Silva Filho[15]
Universidade Federal de Roraima-UFRR



13 Servidor Público Federal. em Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM.
14 Professor da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas-SEDUC-AM. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM.
15 Professor da Universidade Federal de Roraima-UFRR. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira-PPGH/UNIVERSO.

1 Introdução

Para iniciarmos a análise, destacamos abaixo os cânticos dos soldados da borracha, que refletem a situação em que eles se encontravam naquele momento, muitos sem saber nem para onde eram encaminhados, sem entender nem ao menos o contexto daquela guerra, sem nunca terem conhecimento da realidade de um seringal, nessas condições vieram.

> Assim como os soldados vão para a guerra cantando os seus hinos, os flagelados da Batalha da Borracha criaram, no seu desespero e na sua esperança, personagens e expressões folclóricas, cujos instantâneos conseguimos capturar. Personagens e expressões de grande valor sociológico e humano, pois revelam os diferentes estados d'alma nordestino no seu primeiro entrevero na frente amazônica. Essas manifestações e explosões do espírito sertanejo abrangem uma extensa escala de situações individuais e coletivas, constituindo um desafio e uma manifestação espontânea, quase lírica, do drama por que passaram, inconscientes, muitas vezes, do papel que estavam representando no "anfiteatro amazônico". Neles vamos encontrar uma verdadeira tipologia humana a revelar sentimentos psíquicos de revolta, ódio, paixão, desespero, mágoa, aflição, arrependimento, sacrifício, bem como de fé, amor, esperança, coragem, fascínio, fortuna e salvação. Daí a razão deste cancioneiro. Nele procuramos descrever a classificação humana do imigrante, repetir o seu cantar folclórico espontâneo, traduzir a minha interpretação e o meu canto sociológico, e identificar o nome e a origem do personagem imigrante. A partir daquele instante, um pouco depois, em plena II Grande Guerra, nos 42 e 43, quando as entrevistas foram realizadas, o nordestino iria iniciar a sua Grande Marcha e participar da luta no "front" seringueiro.
>
> Repetindo o texto bíblico, poderíamos lembrar: "O tempo da poda chegou: os cantares se ouvem em nossa terra". As seringueiras vão

ser sangradas, e de seu "choro" e de seu látex surgirão os pneus das fábricas para os aviões de guerra combaterem muitas batalhas. Os aliados ganharam a guerra, mas o "seringueiro" ficou sozinho, na solidão da mata e nos ermos da floresta, sem poder comemorar a vitória, porque a sua Batalha da Borracha – não teve, para ele, nem começo nem fim. Deixemos, pelo menos, que ele cante o seu cântico, aqui, antes que eu me esqueça.

Flagelados: "A seca me cutucou – ou corre ou morre. Eu vim mode a fome" – geografia da fome na expulsão do homem. Joaquim Moreira de Souza, de Russas. Delirantes e iludidos: "Eu vim mode a seringa que tá uma bendição. Dinheiro aqui se ajunta com ciscador" – a borracha na economia de apelo. Joaquim Ferreira, de Cachoeira.

Transumantes: "Eu vim veranear na seringa. Quando chover, volto que nem ovelha à procura dos pastos" – economia de trânsito "mode" a geografia de inverno. José Lino de Araújo, de Campos Sales.

Românticos: "Não sou fanático de dinheiro" vim a procura de um cantinho para viver feliz com minha mulher e filhos" – Terra prometida: "Sai da tua terra, e de tua parentela e da casa do teu pai e vem para a terra que eu te mostrarei" – Gênesis. José Florêncio, da Serra Meruoca.

Valentes: "com gororoba no bucho, pau de fogo nas costas e faca de ponta na cinta chamo qualquer boca de fera" – a coragem no instituto pioneiro da penetração. Francisco Horário Sobreira de Belém do Rio São Francisco, Pernambuco.

Agricultores: "Sou perdido pela plantação. Vim a procura de um lugar que chova todo o ano para poder criar e plantar" – a chuva corrigindo a seca. João Garcia de Medeiros, de Carnaúbas.

Desadaptados. "Eu só vejo esta terra feia e encharcada. Não arredo meu pé do firme. Quem vive n'água é caboclo ou é peixe. Gosto do pé enxuto. Estou doido pra voltar" – o terror pânico à água na geografia psicológica do sertão.

> Alfredo Constantino, "nascido e criado no Crato". (BENCHIMOL, 1982, p. 177-179).

Por esses cantos e relatos desses trabalhadores que vieram para a Amazônia, percebe-se que tinham sentimentos diferentes daquilo que eles esperavam ao chegar aqui. Com certeza, a propaganda do Estado Novo foi muito importante para o convencimento desses migrantes, que pensavam estar partindo em busca de uma vida melhor. Infelizmente, a grande maioria não conseguiu, a contento, realizar os seus sonhos que se perderam no interior das florestas na Amazônia.

> Deste modo, um estudo da toponímia da empresa seringueira e rural na Amazônia poderia ser uma importante contribuição no campo da sociologia e da geografia da paisagem e da ocupação humana regional, porque reflete as esperanças, o sofrimento, o sucesso, a fortuna e o desespero do imigrante que aqui chegou e do próprio nativo, com toda a sua carga anímica, os valores de sua cultura, as raízes de sua ancestralidade, a memória de seu passado e a expectativa de seu futuro. (BENCHIMOL, 1982, p. 205).

Ao tomarmos como referência a imigração argelina para a França estudada por Abdelmaleck Sayad (1998), encontramos similitudes entre as condições sociais da migração nordestina para a Amazônia, no período denominado "Batalha da Borracha" e a imigração analisada pelo sociólogo francês, podendo aprofundar e estreitar uma visão sobre esses dois deslocamentos populacionais. Para o sociólogo, a migração é formada por três princípios:

1) pela identidade do migrante;

2) pelas condições sociais da sociedade de origem, que motivaram a saída do sujeito em busca de melhores condições materiais de vida;

3) pela sociedade à qual este migrante se dirige, focado na perspectiva da mudança e nas formas de estabilidade social.

Sob a história da ponte migratória entre Ceará e Amazônia na década de 1940, encontramos dados importantes para afirmar que as condições sociais da sociedade argelina, bem como a da cearense,

assim como a francesa e a amazônica tornam-se semelhantes, estreitam-se, afunilam-se na experiência social de vida do povo que chega e daquele que recebe. Pois, procurando solucionar os dilemas causados pela seca e tentando abrandar os conflitos sociais, Ceará, Argélia, França e Vale Amazônico aproximam-se pela experiência migratória e pelas formas contextuais que o Governo de cada um criou para a finalidade de acomodação humana e demográfica.

Na experiência nacional na década de 1940 do século XX, através de tratados internacionais, cearenses rumam para a Amazônia para abastecerem a mão de obra necessária à extração da borracha, e nisso os contextos sociais de partida e chegada, bem como a rede de sociabilidade engendrada para amparar o migrante são fundamentais para compreender o sofrimento, o descaso e as formas degradantes de trabalho a que esses sujeitos se lançavam para reverter sua condição miserável.

Neste ponto, a migração se estabelece dentro dos campos das relações pessoais, exigindo do pesquisador uma análise das relações dos grupos domésticos. Como passo fundamental, a família e as condições de amparo social deste instituto nos apontam imagens, trajetórias, contextos, dilemas e sentimentos envolvidos no processo migratório.

Por isso, de acordo com Eunice Durham (1973), devido ao trabalho agrícola no Brasil ser atinente ao universo familiar, então migrar para outras regiões em busca de condições laborativas para execução deste tipo de trabalho, nos faz observar um movimento de readaptação interna da rede de sociabilidade familiar.

Imagem 1 - Cearenses em Marcha por Fortaleza rumo à Amazônia.



Fonte: Acervo MAUC/UFC.

2 Da fixação nordestina na Amazônia à propaganda governamental

Benchimol (1977) aponta dois casos importantes sobre a fixação nordestina na Amazônia, que nos fazem refletir, por um lado, sobre as condições sociais de recepção social do "Soldado da Borracha", e por outro nos desponta uma pergunta: por que voltar à terra de origem? Para o autor, há duas identidades pertinentes na migração nordestina para a Amazônia, o aventureiro e o sozinho, mas, por força do pertencimento familiar com sua terra de origem, logo essas duas identidades retornaram para o Ceará, despontando, assim, um risco iminente para a mão de obra necessária na exploração da borracha na Amazônia. Gostaria de enfatizar, primeiramente, que existiam diferenças dentro da própria "Batalha da Borracha" entre a primeira e segunda vinda. Segundo Benchimol:

> A diferença entre essas duas correntes de imigrantes era flagrante. Enquanto a primeira, nos dois primeiros anos, com a motivação do flagelo da seca, que expulsava o homem do sertão, do agreste e da caatinga, se constituía, na sua maioria, de "cearenses" que se deslocavam do interior com suas famílias, a segunda corrente, a partir de 1943 até 1945, provinha de centros urbanos, geralmente composta de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muitos deles desempregados ou sem profissão definida. Os brabos eram entregues à sua própria sorte, para sobreviver como pudessem nos centros, nas colocações e nos tapiris. Ou ficavam amontoados e ociosos nos barracões do patrão, à espera inquieta do verão que não chegava para o início da fábrica, as dívidas crescendo, a maleita os dizimando, pouco a pouco se extinguindo a chama da esperança e a vontade da luta. (BENCHIMOL, 1982, p. 227-229).

O pensamento de Benchimol (1982) sobre essas duas identidades inclusas no processo migratório para a Amazônia nos faz concluir que o transporte do sertanejo sem sua família para os campos de trabalho é o mesmo que fazer uma migração temporária, efêmera, sem comprometimento de fixá-los à terra, e que isso agravaria o déficit de mão de obra na região, afetando a economia do extrativismo da borracha para atender ao principal comprador deste produto, os EUA.

Desse modo, trazer o sertanejo nordestino com sua família favorece a produção da borracha, bem como a formação de núcleos familiares e de povoamento. Com a família próxima, o migrante cearense continuaria seu elo familiar e social, que, mesmo expulso pela seca de 1942, esse "transertanejo" fixado em um novo território, antagônico àquele de sua origem, tendo sua família ao lado, as condições de retorno seriam dirimidas.

A família dentro do processo migratório no período da retomada da produção de borracha para atender à demanda que a Segunda Guerra Mundial requer, funcionou como um elemento fixador do sertanejo no Vale Amazônico, porém a maior parte das

famílias fixadas trocavam as mazelas produzidas pela seca por dilemas idênticos vivenciados nas regiões amazônicas em que foram fixados.

Sobre este ponto, Benchimol (1977) afirma que, se houvesse melhores condições para a mulher nos locais de origem, o estabelecimento familiar do sertanejo na Amazônia não seria de grande impacto degradante, podendo até promover um processo colonizador e civilizador mais forte na Amazônia. Porém, isso não ocorreu, todos fugidos da fome, sem condições mínimas de subsistência, assinavam os contratos de trabalho e assistência apenas para não terem as últimas esperanças sociais e condições de saúde consumidas pelo flagelo da fome causado pelo estado de seca que o Ceará enfrentava no início dos anos 1940 do século XX.

> Não haverá mais sossego para mim numa terra em que eu não conheço ninguém [...] "Eu não queria vir, foi ele quem me obrigou" [...] "O jeito foi vir com meus quatro filhos" [...] "Bem que eu não queria vir" [...] "Prefiro morrer de fome na minha terra.". (BENCHIMOL, 1977, p. 187-197, passim).

A seringa "não se dá com mulher", aprofunda a solidão já cultivada pela perda, pelo desatino, pela falta de vantagens e melindros em uma lida diária em que o sol é o elemento mais próximo de tempo, medidor da vida que passa. A "balata" afasta o amor, alimenta os fantasmas cultivados na falta, criados na solidão, no monólogo diário sobre a esperança. Mulheres e homens fugidos da seca encontravam na Amazônia uma paisagem verde, um campo que faltava para fazer valer a mudança. No calor, no remanso do rio, concluíam que o melhor não era vir, era apenas ficar na fome que um dia passa, mas era ficar.

Deveria ser um povoamento harmônico, atinado à nova dinâmica laboral incentivada pelos cofres federais e americanos, ligada à racionalidade do uso da terra e não mais a um elemento do extrativismo, mas a dinâmica social e laboral da exploração da borracha impossibilitava o povoamento, a fixação humana e a construção de uma nova demografia da Amazônia.

Era como que o novo, no piscar de olhos, tornou-se velho, carcomido, cheio de eventualidades. Como que a ponte comercial

entre Brasil e EUA, que deveria remodelar a paisagem ambiental amazônica produziu uma eterna recorrência ao malogro territorial e à descontinuidade econômica, social e populacional, impossibilitando um processo civilizador na Amazônia.

Àquela altura, na década de 1940, os administradores locais queriam o grosso populacional desbravando terras antes imaginadas para uma civilização, mas por falta de motivo, deixavam para um outro dia. Um dia que chegou pelos braços fortes daqueles homens livres, trabalhadores da terra, mesmo fugidos da fome, o futuro tremulava na sombra daquela gente destemida, "braba", sem chão e com um propósito: adestrar a natureza em um leite que viraria as rodas de um automóvel e de outros utensílios, desde os hospitalares que atendem a soldados mutilados dos fronts até a benesse dos altos postos das bases militares.

Imagem 2 - Cartaz da Marcha da Borracha.



Fonte: MAUC/UFC.

A borracha ia além de um simples produto beneficiado da matéria-prima de um item extrativista. Dentro da Segunda Guerra Mundial, tornava-se uma medida diplomática entre países, entre

regiões que disputavam o mesmo poder e prestígio, pela Europa, América, Ásia, e, principalmente em nível nacional, entre Ceará, Rio de Janeiro e Vale Amazônico, pois a vinda desses sujeitos com suas famílias para os recôncavos florestais atrás de condições materiais de vida e sobrevivência não significou apenas a abertura de uma nova fronteira econômica ou a retomada comercial de um produto extrativista, significou mais, muito além do que os ganhos e perdas daquele contexto.

Estruturou, sim, a posição geográfica da Amazônia em um cenário econômico nacional e internacional que perdura até o presente momento. Desde os fins dos anos 1980 do século XIX este território serviu de um vasto depósito de almas disponíveis ao trabalho manual e com a terra.

Mas, retomemos o contexto da década de 1940 quando o governo Varguista "preocupado" com duas situações, a do Ceará e o da Amazônia, procurou apenas beneficiar as cercanias da Capital, Rio de Janeiro, com a Companhia Siderúrgica Nacional, enquanto todo o sofrimento ficaria em uma terra que o som das lamúrias se confundiria com o som dos pássaros, do balançar das copas das árvores. A cor do dia era verde, e estava cheio de improvisos adestradores daqueles homens e mulheres menos livres.

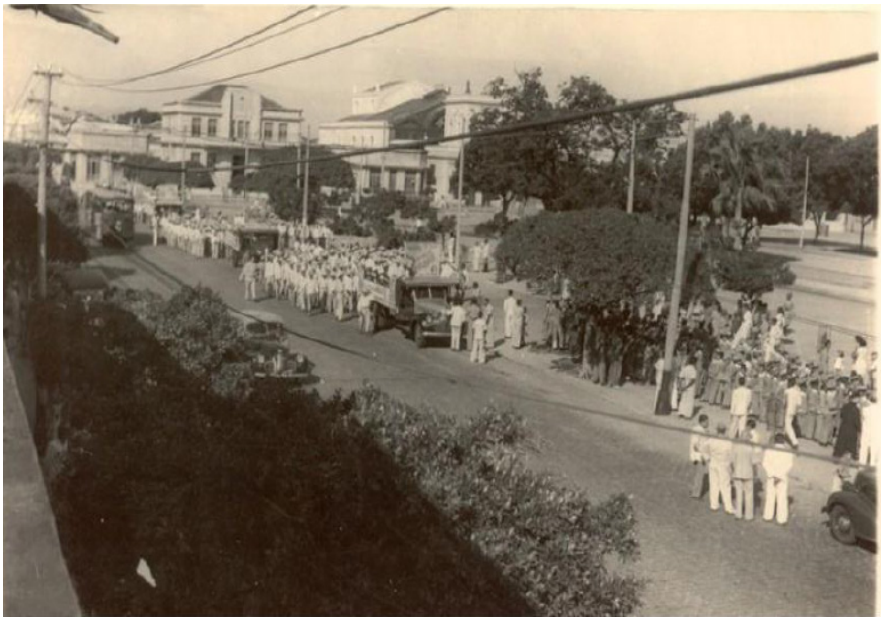
Havemos de concordar com Samuel Benchimol (1977) que o ciclo migrante nordestino para a Amazônia seguiu o curso de um de seus capítulos de estudos memoráveis: Flagelado, Retirante, Brabo, Manso. E talvez Paroara. É aceitável a assertiva capitular de Benchimol, pois a maior parte das famílias que migraram para cá devido ao estreitamento de parentesco entre os que chegaram como flagelados com aqueles que se remediaram com as oportunidades de vida que o trabalho da terra lhes oferecia, e voltavam para o Ceará em busca de novos homens livres dispostos a desbravar novas plagas amazônicas.

Por isso a referência à categoria de brabo, manso e ao migrante aliciador do romance de Rodolfo Teófilo (1974) "O Paroara", feita por Benchimol (1977), é fundamental para entendermos as noções de sofrimento, esperança e trabalho dos migrantes nordestinos para a Amazônia. Uma vez que "[...] a maior força de convencimento, portanto, não estava necessariamente em suas falas sobre uma

Amazônia sedutora, mas em seu exemplo, como um igual que conseguira prosperar em outras terras [...]" (CARDOSO, 2011, p. 24).

E vinham com suas diferenças e planos, chegavam à Amazônia e encontravam um contexto atípico àquele relatado nas aventuras de Seu José, que deixou de ser o "Zezé da mironga" quando saiu de sua terra natal; ou no acúmulo de riqueza do Senhor Raimundo que deixara o "Timungo" atrás da porta de entrada, depois da bênção dos pais, na hora da partida. Doenças, exploração laboral, dívidas contraídas através de um sistema de aviamento aperfeiçoado das primeiras experiências de trabalho na Região, e das condições insalubres de vida, que dizimava vários pela "barriga-d'água", "beribéri", diarreia, cólera, malária, febre amarela, tifo, pneumonia.

Imagem 3 - Concentração para a Marcha da Borracha (Rua General Sampaio, Fortaleza, CE).



Fonte: MAUC/UFC.

A noção de acúmulo de riquezas pelo trabalho manual com a terra, o sofrimento, a fome, o deslocamento territorial em busca de um espaço cultivável e habitacional, a figura do aliciador, do

migrante, a saudade, são construções ideológicas e sociais internas pertinentes à constituição civilizadora do nordestino, que carrega consigo os estigmas, as marcas e as memórias e os esquecimentos. Alguns romances da literatura ficcional brasileira nos apresentam um lastro importante quanto à construção desses elementos pelo povo nordestino.

José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna e outros mais que preencheram seus romances e poesias construindo a imagem de um Nordeste ríspido e de um homem sofredor, trabalhador, mas destemido, que alcança seu objetivo com muito esforço e sacrifícios.

Por esta paisagem ideológica, podemos assimilar a lógica interna da constituição de vida do cearense em sua terra de origem e transpor todas essas experiências para o momento histórico entre 1942-45, quando ocorreu a migração em massa de nordestinos, principalmente, cearenses, para a Amazônia. Ao se referir ao cearense em um discurso proferido em Fortaleza, 1940, Getúlio Vargas, assim o enxergava:

> [...] Adaptou-se à nova vida, avançou através da mata virgem, foi pioneiro da Amazônia, afrontando perigos sem conta, audaz, heroico, persistente. Embrenhado na floresta, foi aos confins do Brasil, reivindicando a Pátria e incorporando à soberania nacional de 200.000 quilômetros quadrados – todo território acreano. Essa obra é vossa, cearense (VARGAS, 1940, p. 95-96).

Retomando a experiência nordestina na incorporação do Acre, Getúlio Vargas convoca, novamente, o povo cearense para mais uma empreitada heroica: povoar a Amazônia e arregimentar a economia nacional. Por conta de sua experiência migratória, o povo cearense deveria ser o protagonista de uma brasilidade e da consolidação do território nacional, como se fossem artífices do corpo da Pátria.

No entanto, quais as condições contextuais para manutenção da vida no meio da floresta dariam meios de perpetuidade da ideia do cearense de artífices do corpo da Pátria? Além do trabalho na extração da seringa, pouquíssimas. Josué de Castro em Geografia

da Fome, propondo um método geográfico que compreende o fenômeno social da fome que pudesse "[...] localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam na superfície da Terra.". (CASTRO, 2002, p. 37).

Afirma que a fome na Amazônia é causada por fundamentos sociais permanentes e pela ausência de determinados nutrientes, que, em longo prazo, aceleraram a mortalidade de populações mais vulneráveis dependentes da geofagia regional, por isso a atuação do Estado para amenizar esse dilema é fundamental para o estabelecimento populacional, pois o homem sozinho não conseguiria extrair uma alimentação adequada para sua manutenção local (CASTRO, 2002).

Por essa razão, o sofrimento do cearense migrante para a Amazônia se dava pela permanente condição alimentar, habitacional e societária. Desde os fins do século XIX, uma vasta literatura foi produzida para compreensão das causas e condições de estabelecimento do homem na floresta amazônica. Neste sentido, Regina Horta Duarte destaca que:

> A Amazônia é analisada como lugar instituído na temporalidade histórica por uma miríade de sujeitos que, por sua vez, enfrentam as condições do meio físico. Para tanto, Garfield dialoga com o geógrafo David Harvey, para quem os lugares são artefatos materiais e ecológicos construídos e experimentados no seio de intrincadas redes de relações sociais, repletos de significados simbólicos e representações, produtos sociais de poderes políticos e econômicos. Com Bruno Latour, o autor argumenta que a "natureza" é inseparável das representações sociais, e que a sociedade resulta também de elementos não humanos. Com Roger Chartier, considera os conflitos sociais à luz das tensões entre a inventividade de indivíduos e as condições delineadas pelas normas e convenções de seu próprio tempo. Esses horizontes precisam ser avaliados na investigação do que homens e mulheres pensaram, fizeram e expressaram (DUARTE, 2014, p. 2).

Destaca-se, inicialmente, o relato de Euclides da Cunha em visita oficial de reconhecimento do rio Purus, cujo objetivo era demarcar os limites territoriais entre o Brasil e o Peru. A obra, publicada póstuma em 1909, apresenta um relato condenatório das condições degradantes do trabalho no seringal, ao qual denominou um martírio humano viver sob leis próximas àquelas abolidas recentemente, em menção comparativa à do escravo que teve sua liberdade posta em 1888.

Para Cunha, o trabalho no seringal faz "[...] ferir e matar o homem e a árvore ", ao qual o homem "[...] trabalha para escravizar-se [...]". (CUNHA, 1999, passim). Destacamos que Euclides da Cunha tinha uma visão positivista e generalista, quando se tratava desses trabalhadores em migração para a Amazônia. Em "Judas -Ahsverus", passagem de seu relato de viagem, Euclides da Cunha assim vê o seringueiro:

> O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e defronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalcando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu escravo, à gleba empantanada dos traficantes que o iludiram. (CUNHA, 1999, p. 55)

Rodolfo Teófilo, escritor e farmacêutico, em sua verve naturalista, escreve o romance "A Fome" em 1890, no qual elege seu protagonista o nordestino migrante para o Amazonas, afirmando que este sujeito teria apenas sofrimento em sua estada, pois "[...] lá o esperava o trabalho e a doença [...]" (TEÓFILO, 1979, p. 198).

Alberto Rangel (1927), em sua obra de 1907, "Inferno Verde" narra a história de Gabriel um caboclo que tem sua terra cobiçada por um nordestino, e por conta do que passou para se tornar um grande latifundiário, o nordestino prova sua sanha e transforma a vida deste caboclo em um inferno, deixando que a veia da maldade seja destilada na natureza, que os cerca, comande a vida dos dois.

Leandro Tocantins (1988), em "O Rio Comanda a Vida" faz uma forte alusão a Gilberto Freyre (2015) ao evocar semelhanças do seringal à "Casa grande & Senzala": "o seringal, sede a beira do

rio, possuía sua casa grande – o barracão, mesmo tosco - e a senzala: toda selva". Ressaltando as formas de trabalhos exploratórios cujas condições de abastecimento e produção eram incompatíveis entre os sujeitos do seringal, pois a hierarquia local possui forte pertença aos níveis de poder e patrimônio.

Ao pesquisarmos sobre a trajetória dos nordestinos que migraram para a Amazônia devido às políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Getúlio Dorneles Vargas, no caso da segunda fase da borracha, necessitaríamos ser muito criteriosos para fazer esta análise. Antes de tudo, precisamos entender o contexto político, econômico e social, para depois entrarmos na essência dessa trajetória de migração. Gostaria de reiterar que, ao se discorrer sobre políticas de migração de nordestinos em sua grande maioria cearenses, usa-se quase sempre o argumento da seca.

Porém, queremos nos contrapor a esse argumento, afirmando que não se resume apenas à questão da seca o motivo para a migração desses cearenses, pois muitas pessoas que estavam numa situação social ruim, numa estrutura fundiária desfavorável à pequena agricultura, o desemprego estrutural, tudo isso contribuiu para que eles avistassem naquela ocasião uma chance de tentar uma nova vida em outro lugar.

Existia também a possibilidade de fugir do recrutamento para a guerra, pois estávamos em plena Segunda Guerra Mundial naquele momento. Ressaltamos que devido à forte participação do governo no convencimento através de desenhos, figuras ilustrativas, fizera-nos eles pensar na possibilidade de uma nova vida e pelo próprio sabor de aventura como já dizia Benchimol (1982), naquele momento.

Para Jânia Maria de Paula (2010), em se tratando da migração nordestina e da pobreza que assolou o sertão nordestino e do período do "boom" da borracha, precisamos ser cautelosos para percebermos que o território não existe apenas no contexto da demarcação ou ainda como porção de determinado espaço, limites físicos, mas ao espaço amplo, formado e encarnado pela estrutura daqueles que foram fundamentais para sua formação.

O processo de des(re)territorialização pelos quais passaram os nordestinos, tanto na primeira, quanto na segunda fase da

borracha, absorvendo os horrores da seca e a opulência do sistema capitalista, através da exploração desumana e sobretudo da ambição desenfreada dos seringalistas, adaptaram o seu viver no interior de uma terra desconhecida, e nem esse sofrimento desencorajou esses migrantes a esquecerem o espaço antigo de suas raízes, pelo contrário, acrescentaram seus costumes, seus jeitos de viver que se juntaram com a cultura local, revigorando essa nova territorialização.

Por isso, quando nos debruçamos sobre o factível das linhas migratórias nordestinas para a Amazônia, devemos ter noção de que essas linhas são caminhos materiais e seculares, renovadores das mesmas rotas de abastecimento e produção através de um modelo feito apenas para exportar.

Assim, compreender as condições de vida dentro deste modelo é visualizar várias formas de sofrimento, saudade, exploração e adensamento representativo pelo jugo de posses e ganhos, com que os senhores dos seringais viviam nas benesses, e os empregados dos seringais, muitos com suas famílias, sofriam pela desposse, pela dívida e por graves insalubridades de vida, determinantes para seu falecimento precoce e por seu esquecimento.

3 Alguns casos de seringueiros e seringalistas que foram parar na justiça

Vale a pena salientar que, mesmo após o fim da "Batalha da Borracha" por volta de 1947, quando se encerram os "Acordos de Washington", os seringueiros que permaneceram nos seringais, continuavam tendo um tratamento desumano, com práticas de maus tratos, ameaças de surras e até a expulsão das terras dos patrões, daqueles seringueiros que não compravam mais do seringalista e vendiam sua produção para terceiros, sob a alegação de que estavam em débito com os patrões.

Eliane Cantarino O'Dwyer (1998) afirma que nas bacias dos rios Tejo e Breu, pertencentes ao conjunto hidrográfico do alto Juruá, ela esteve presente para constatar as relações sociais de trabalho. Sua visita neste local foi uma solicitação da Procuradoria Geral da República, conforme ela explica:

> Cumprindo solicitação da Procuradoria Geral da República de realizar um levantamento

> antropológico das bacias dos rios Tejo e Breu, tributários do conjunto hidrográfico do Alto Juruá, subi o rio em direção às cabeceiras para reconhecimento in loco das relações sociais e do sistema de dominação caracterizado como forma de trabalho escravo prevalente nos seringais. Esta atividade extrativista secular distingue aquela região por uma especialidade: a exploração de borracha, apropriação da natureza pelo trabalho do homem. (O'DWYER, 1998, p. 15).

O'Dwyer (1998) reitera que compareceu a este local após denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, a respeito de violações das liberdades pessoais, uma variedade considerável de formas de constrangimento ilegal contra as pessoas estabelecidas naqueles locais, essas populações ainda continuavam com a prática do corte da seringa.

É importante acrescentar que o termo seringueiro não significava só uma condição de trabalho, porém, uma forma de inserção no mundo mediada pela floresta que, segundo os seus patrões denominavam de "os bichos seringueiros".

O'Dwyer chama a atenção para uma reunião em que se consolidou a criação da Associação dos Seringueiros do Rio Tejo. Nessa ocasião, Pedro Ribeiro dos Santos solicitou o testemunho dos colegas de trabalho para tratar a respeito da definição de "bicho seringueiro", como eram chamados pelos patrões.

> Explicou: "os seringueiros que são bons pagadores e produzem mais de 1000kg por safra são considerados bichos pelos seus patrões", dirigindo-se a nós: "na mata, cientista, não temos o nome de gente. Não é assim, freguesia?" Disse pedindo a confirmação dos companheiros. "Nós fazemos [a produção da borracha] mas não temos nome", concluiu (O'DWYER, 1998, p. 18).

Para O'Dwyer (1998), esse tipo negativo de exploração é absorvido pelos seringueiros como uma reflexão sobre o seu trabalho e sobre essa relação com os seus patrões. É possível que haja a construção de uma consciência ecológica, embora "selvagem",

diferentemente das utopias naturalistas atuais. Neste caso, a natureza é conservada porque eles precisam dela, não porque eles tenham essa consciência de que precisam conservá-la para a posteridade.

A autora chama a atenção para o fato de adquirirem animais para comerem através das caçadas não os tornavam menos críticos e tampouco faziam oposição para as caçadas de maneira exagerada praticada pelos patrões. Mas, ao observar o canto do uirapuru, a autora ressalta como sendo o único que não consegue ser imitado por outro pássaro de nome japiim, a partir daí, faz a seguinte comparação entre o pássaro uirapuru e os seringueiros da floresta.

> É de prioridade desse canto inimitável que se rejubilam, como talvez deles próprios, únicos bichos que conseguem tirar da mata a seringa que os patrões comercializam nos grandes centros. São eles ao mesmo tempo, que zelam pela floresta e pelas árvores de seringas, para que o leite não seque e a mãe natureza mantenha-se eternamente fértil. (O'DWYER, 1998, p. 19).

O'Dwyer (1998) enfatiza a disputa judicial entre os seringueiros Jaime Pereira da Silva e José Prudêncio Filho e o seringalista Francisco Praxedes Brandão Filho, que era o arrendatário do Seringal Oriente, localizado no alto rio Juruá. Esta audiência foi realizada em 19 de junho de 1989.

O motivo da disputa era a falta de pagamento de renda por parte dos seringueiros citados. O advogado do seringalista se manifestou primeiro argumentando que a renda era de direito do seringalista, pois isso vinha sendo pago há mais de dez anos pelos acusados, fato que lhes daria o direito da exploração das estradas de seringueiras.

Na sequência, o advogado de defesa considerou equivocada a ação de despejo. Tendo em vista que não havia respaldo legal para tal, pois os réus estavam amparados pela Lei nº 4.504 de novembro de 1964 (BRASIL, 1964) e pelo decreto 59.566, de 14 de novembro de 1966 (BRASIL, 1966a), que proíbem que se negocie como preço de arrendamento uma quantidade determinada de frutos, ou produto, ou ainda o equivalente em dinheiro – e os réus pagam por estrada de seringueira, 33 kg de borracha por ano. Além dessa alegação, o

advogado frisou, ainda, que não existe um contrato escrito e com mais um agravante o fato de o contrato ser indeterminado, o que cabalmente vai contra as regulações legais. (O'DWYER, 1998).

Quando o seringalista Francisco Praxedes Brandão Filho, que era arrendatário do Seringal Oriente, depôs, ele afirmava que queria a devolução das estradas de seringueiras, por falta de pagamento da renda do ano de 1988, ele, inclusive, abria mão das áreas de moradias, com suas casas, suas lavouras e criação de galinhas, porco, ovelhas. Porém, não aceitaria indenizá-los por essas benfeitorias. Em contrapartida, os seringueiros afirmavam que de nada adiantava morar numa área tão extensa, sem poder extrair o látex das seringueiras. (O'DWYER, 1998).

O'Dwyer (1998) suspeita que, pelo fato de o seringalista exigir que os seringueiros comprassem suas mercadorias e vendessem sua produção de borracha, fosse o motivo da ação de despejo movido pelo seringalista, já que os seringueiros não compravam mais mercadorias com o patrão e tampouco vendiam sua produção de borracha, fato que contribuiu para essa disputa na justiça.

O argumento utilizado pelos seringueiros era de que eles preparavam todo o processo para a retirada do látex, ou seja, roçavam, preparavam as estradas, colocavam as escadas nos troncos das seringueiras, sem que o patrão os remunerasse por esse serviço, enquanto, anteriormente, o seringueiro era responsável apenas pelo corte.

Depois de efetuado todo o processo de instrução, observando que, para mover uma determinada ação, era imprescindível ter interesse e legitimidade, fato que não ocorreu, porque o autor da ação não comprovou com documentos o arrendamento do Seringal Oriente, o que contribuiu para a extinção do processo e o seu arquivamento.

Observa-se que o fim desse processo não significou uma trégua entre ambas as partes envolvidas. Os seringueiros enviaram uma mensagem via rádio declarando-se vitoriosos, porém, o seringalista enviou uma contra mensagem ao Alto Juruá, desmentindo-o. O'Dwyer destaca esse julgamento da seguinte forma:

> Porque esse julgamento pode valer como uma notícia cifrada, dentro de uma garrafa, como as utilizadas pelos náufragos, e enviadas pelo Juruá

> abaixo antes mesmo de relatarmos a viagem pericial até os altos dos rios. E ainda, como acontecimento, ele revela uma singularidade: pode ser observado em todo o seu transcurso, desde o momento em que os seringueiros foram citados até as opiniões que emitiram nessas circunstâncias, acompanhando a vinda deles à cidade, viajando à noite, para chegar a tempo na audiência. (O'DWYER, 1998, p. 31).

O'Dwyer (1998) ressalta que, infelizmente, houve comentários maldosos e carregados de preconceitos por parte tanto dos funcionários, quanto pelos próprios membros da Vara Cível da Comarca a respeito dos seringueiros, taxando-os de analfabetos, desconhecedores dos procedimentos legais. A autora ressalta que:

> O etnocentrismo desse tipo de opinião é do conhecimento antropológico, que considera cientificamente infundada a oposição entre pensamento primitivo, considerado pré lógico, e pensamento civilizado, como sinônimo de culto e científico – sobre isso, ver carta aberta do antropólogo Raymundo Heraldo Maués de recusa a participar de uma perícia médica solicitada pelo juiz da 3º vara da justiça federal por esta ver o índio "como portador de desenvolvimento mental incompleto" (Boletim da ABA, nº 6, 1º semestre de 1989 apud O'DWYER, 1998, p. 33).

4 Sistema de aviamento, mecanismo de exploração dos trabalhadores

Em se tratando de dramas, dificuldades e até atrocidades a que os seringueiros estavam sujeitos na Amazônia, não poderíamos deixar de apontar o sistema de aviamento,[16] que colaborou para que essas mazelas acontecessem. Não é de nosso interesse fazer um estudo detalhado e aprofundado sobre o aviamento. Desejamos, apenas,

16 Sobre esse tema ver MIYAZAKI, N.; ONO, M. O aviamento na Amazônia. Sociologia, v. 20, n. 3, p. 336-396, ago. 1958. Disponível: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1090281/1/TC0917LIVROColhendoNaturezaAINFO.pdf. Acesso: jul 2022.

enfatizar que esse era um meio pelo qual se dava a expropriação dos trabalhadores migrantes nordestinos na Amazônia. Neste sentido, utilizamos Roberto Santos, como referência principal sobre esse assunto, pois ele é considerado um clássico da literatura amazônica em se tratando da história econômica. Esse autor faz a seguinte observação:

> Aviar, na Amazônia, significa fornecer mercadorias a crédito. O "aviador" de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo "aviador", o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar "juros extras". Esse "aviador" por seu turno, era "aviado" por outro e pagava "juros extras" apreciavelmente altos. (SANTOS, 1980, p. 159).

Santos (1980) acrescenta, ainda, que, na parte mais alta da cadeia, encontravam-se as firmas exportadoras, eram as que mais se beneficiavam do acúmulo de renda através dos "juros extras" e da diminuição do preço local da borracha. Santos frisava que a cadeia era simplificada quando o seringalista se tornava um empresário de certa envergadura. "Neste caso, ele próprio se constituía um "aviador" de Belém e Manaus e, por outro, ao seringueiro extrator, seu "aviado" ou freguês". (SANTOS, 1980, p. 159-160, grifos do autor).

Santos (1980) comenta que se tinha a ilusão de que a chegada dos nordestinos iria contribuir para "monetizar", ampliando o sistema e minimizando as relações tradicionais de dependência. Muitos nordestinos tinham em mente o sentimento e o desejo forte do enriquecimento e o sonho com fortunas grandiosas em dinheiro. Mas logo caíram na realidade, e isso se tornou uma grande ilusão, sugerida pela eficácia do psicológico. Santos comenta a situação em que se encontravam esses migrantes após tamanha desilusão:

> O seringueiro ficava de tal modo isolado, pela própria disposição geográfica das atividades produtivas regionais, que seu vínculo com o

> "barracão" se tornava exclusivo e ele perdia quase totalmente a liberdade de usar o que ganhava. Nessas condições, a grande função desempenhada pela moeda seguia sendo a prestação de serviços de cálculo. (SANTOS, 1980, p. 158).

Santos (1980) observa que, mesmo após um século, o aviamento ainda deixava o seu rasto, que marcava com profundidade a sociedade regional. Santos afirma ainda que:

> Em 1966, Amilcar Tupiassu o analisa sob uma ótica sociológica; ainda então concebia a sociedade amazônica como um continuum em cujas extremidades antípodas se encontravam o "macronúcleo urbano" e o "micronúcleo extrativista". Ligando as extremidades entre si surgia o "elo" do aviamento. Nessa concepção, o aviamento desempenhava o papel de elemento sustentador e articulador de toda a estrutura social da Amazônia; mais ainda: por ser a via dos contatos do homem rural amazônico com a sociedade nacional, evitando que esse homem regressar ao estado indígena, o aviamento constituía, segundo Tupiassu, o mecanismo que lograva integrar à sociedade global o personagem isolado no seio da imensidão amazônica. (SANTOS, 1980, p .158).

Santos (1980) faz uma observação importante sobre o possível embrião do aviamento, afirmando que, na época do Brasil colônia, nascia um regime de crédito, onde o negociante fixado em Belém abastecia de mantimentos a empresa coletora das "drogas do sertão", que recebia um pagamento no final da expedição, o produto físico recolhido. Isso ficou conhecido como aviamento, que funcionaria como um grande mecanismo em toda a economia da região amazônica, no processo de extração e produção da borracha e que persiste até a atualidade, com pequenas modificações, sem muita importância.

Sobre o aviamento, destaca que ele surge a partir do momento em que a região amazônica entra em contato com o capitalismo industrial europeu através de um sistema fortemente monetizado. Ele

chama a atenção para as características fundamentais que serviram como base para propiciar esse surgimento, onde ressalta que:

> a) Base de recursos naturais espacialmente amplo e de difícil acesso;
> b) Atraso das técnicas de produção;
> c) Índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo;
> d) Presença de lideranças mercantis locais – autóctones ou estrangeiras – ou de agentes capazes de virem a exercê-las;
> e) Ligação dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra crédito;
> f) Demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área. (SANTOS, 1980, p. 155).

Diante de tais condições, esse autor admite que se tornava inevitável o uso do sistema de aviamento, fazendo com que as lideranças mercantis locais se integrassem aos interesses do mercado externo, ganhando duplamente, através de duas maneiras distintas. Primeiro, com os preços que cobram fora, e segundo com o tradicional sistema de exploração da mão de obra. Sobre o aviamento Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves (2011) tem o seguinte entendimento:

> Nos seringais tradicionais, a cadeia do aviamento, articuladora-mor das relações de produção, cuja natureza política é a dominação/exploração, coordena o processo técnico de produção e define a apropriação dos resultados do processo. [...] Esse sistema articula numa extensa e complexa rede de relações econômicas, políticas e sociais os diferentes segmentos envolvidos no extrativismo da borracha. A economia da borracha constituiu-se numa trama de relações materiais e ideais dos homens com a natureza, fundada na teia de relações dos homens entre si. (CHAVES, 2011, p. 17-33).

Chaves (2011) completa sobre o aviamento, afirmando que ele se caracteriza por diversas maneiras de troca de mercadorias, no

entanto, sem o uso do dinheiro. Devido à ausência de circulação monetária no interior dos seringais, os alimentos usados pelos seringueiros e seus dependentes eram fornecidos, ou seja, "aviados" para somente serem quitados quando acabasse o processo de produção. Chaves destaca que:

> Durante aquele período, o seringueiro, enredado nas tramas da produção da borracha para o mercado europeu, tornou-se o personagem central dos enredos amazônicos. Essa condição não significou para esse produtor melhorias em suas condições de vida; ao contrário, relegou-o, a um extremo empobrecimento resultante das relações de trabalho, fundadas na superexploração que marcaram as empresas extrativistas (seringais tradicionais) na cadeia do aviamento (CHAVES, 2011, p. 13).

É importante enfatizar que, embora estivessem sujeitos às relações semisservis, os seringueiros sempre praticavam alguma forma de reagir, de acordo com a situação, afirma Chaves (2011). Alguns, embora indignados, não se manifestaram, outros fugiam ou então arrumavam confusão com o patrão. Sobre esses fatos, a autora confirma que:

> Segundo depoimentos dos seringueiros mais antigos, sempre se ouvia falar de "greves", onde o conjunto dos trabalhadores se rebelaram contra as condições de exploração. A espoliação sofrida pelos seringueiros não pode ser entendida como sendo restrita à relação seringueiro-seringalista, mas no interior das relações entre uma modalidade de produção, o extrativismo e o modo de produção dominante, o capitalismo. Embora a produção da borracha não se ajuste aos moldes da produção especificamente capitalista, ele estava subordinado à condição imposta à Amazônia, ou seja, a indústria europeia em sua crescente necessidade de expansão atribui a esta região o papel de fornecedora de matéria prima. (CHAVES, 2011, p. 38).

Ao se tratar da alimentação dos seringueiros durante o

período da produção da borracha, Chaves (2011) afirma que quando os trabalhadores se dirigiam para a floresta com o objetivo da retirada do látex, nas estradas de seringueiras, não levavam nada para se alimentar, fato constatado na declaração de um seringueiro chamado Dorvalino. Observe-se o que ele diz:

> A gente chega às vezes onze horas, dez horas da estrada, às vezes, às vezes não tem o que comer, a gente tem outro trabalho no roçado da gente: - velha faz um frito de farinha aí, pra mim aguentar o estômago. Num tem nada pra almoçar, num tem. Então nós vamos comer só de noite, porque a hora que eu chegar eu vou trabalhar. Eu pegava meu terçado e quando dava cinco horas (da tarde), bem não aguento mais a fraqueza, as pernas tavam tremendo. Quando chegava na beira do (rio): - ei velha! Traz a tarrafa! Aí ela trazia para mim na beira, aí eu pegava o meu peixe. Quando era sete, oito horas (da noite) já tava em casa, então nós ia jantar. (Seu Dorvalino) (CHAVES, 2011, p. 46).

Se existe problema quanto à alimentação, imagine-se em relação à saúde desses trabalhadores que vivem embrenhados na selva em busca do tão cobiçado látex. O quanto era complicado, quando o trabalhador, que tirava o sustento para sua casa, naquele serviço de alto risco, viesse a ficar doente. Chaves (2011) ressalta que, com relação à saúde do seringueiro, em caso de acidentes graves que viessem a tornar o trabalhador inválido, ou até mesmo no caso de óbito, eram as mulheres que ficavam responsáveis para assumir o lugar do marido no processo de produção da retirada do látex, como forma de sustentar sua prole.

Chaves (2011) constatou outra situação que merece destaque, é quanto ao processo de defumação, que causava muitos males aos trabalhadores, devido à aspiração da fumaça diariamente, dessa maneira os pulmões não aguentavam muito, após dois anos, estavam comprometidos. Vale a pena frisar que este processo de defumação foi mudado nos últimos anos da década de 1970, para o uso da prensa, o que contribuiu grandemente para a redução do tempo de trabalho e um menor esforço durante o processo.[17]

17 É muito importante frisar que os migrantes que vinham para a Amazônia para

Para Teixeira (2009), o romance A Selva, publicado em 1930, de Ferreira de Castro, foi a maior demonstração dos dramas sociais e da violência sofrida no regime de aviamento. Muito jovem ficou órfão e emigrou para Belém, para casa de um tio, que o encorajou a ir para um seringal, onde lá, vai perceber a brutal contradição entre o barracão e a mata, a diferença entre o comércio de extração do látex e a forma servil das relações de trabalho, marcada pelo excesso de violência física. Ferreira de Castro pode perceber com muita intensidade o sofrimento humano através da colheita da borracha, cujos lucros se destinavam ao exterior, diferentemente do café, onde os lucros permaneciam aqui no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social em seus locais de produção e venda.

Teixeira afirma ainda que:

> A borracha criou imensa riqueza de uma burguesia parasitária e criou a miséria dos trabalhadores que tiveram na própria selva os muros de sua prisão e de seu cativeiro. O café criou, sem dúvida, uma riqueza concentrada nas mãos da elite cafeeira, mas alimentou os meios de uma burguesia que assumiu plenamente as possibilidades do capital e diversificou seus investimentos no comércio, na indústria, nas finanças, nos transportes, de maneira a descolonizar a riqueza que lhe chegava às mãos (TEIXEIRA, 2009, p. 11).

Para Teixeira (2009), o que aconteceu com o café foi muito importante para garantir o desenvolvimento econômico do Brasil e as mudanças sociais que ocorreram naquele período. Bárbara Weinstein (1993) também já chamava a atenção para a discrepância entre a produção de café, cacau e borracha. A economia cafeeira é um exemplo espetacular, em toda a América Latina, de um desenvolvimento continuado, advindo pela geração de lucros da exportação do café. Porém, sobre a borracha, a autora é bem enfática, afirmando que:

> A prosperidade promovida pelo negócio da borracha, ao contrário, mostrou-se efêmera e

trabalhar no corte de seringa, a grande maioria só trabalhava no verão, pois o período do inverno era impróprio para a colheita, por causa da chuva. Isso era um complicador a mais em relação à dívida que, assim, só crescia.

> superficial. Os teatros de ópera mundialmente famosos, as mansões suntuosas e as extravagâncias de legendários nababos criaram para a região uma deslumbrante fachada, por detrás da qual, porém, havia um sistema de produção e uma rede de trocas que pouco diferiam das estruturas socioeconômicas características do período colonial (WEINSTEIN, 1993, p. 16).

Considerações Finais

Discutiu-se no texto por ora analisado, às diversas nuances da migração nordestina para a região amazônica, em particular, a partir da visão dos próprios sujeitos, de fontes primárias, além de uma revisão bibliográfica que versa sobre o tema.

Com isso, procurou-se entender os processos de fixação e de mobilidade de migrantes nordestinos para a Amazônia, tendo como pano de fundo, a propaganda governamental varguista.

Outrossim, explorou-se alguns casos pontuais acerca de questões trabalhistas que envolvem tanto seringueiros quanto seringalistas, em uma época em que essas relações e condições de trabalho eram bastante precárias.

Por fim, analisou-se a conjuntura do sistema de aviamento, com ênfase na análise de como esses mecanismos corroboraram para a exploração da mão de obra local. Destarte, pode-se observar, e depreende-se, que as relações de trabalho eram precárias, e o processo migratório foi influenciado pela Getulista, com o objetivo de atender a demanda por borracha norte-americana e parte do mercado interno.

O texto não tem a pretensão de ser algo estanque, mas que aponte caminhos para possíveis questionamentos e discussões.

Referências

BENCHIMOL, S. **Amazônia:** um pouco antes e além depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BENCHIMOL, S. **Romanceiro da Batalha da Borracha.** Manaus: Imprensa Oficial, 1982.

BRASIL. **Decreto 59.566**, de 14 de novembro de 1966a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59566.htm. Acesso em: 26 Jul 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.504** de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm. Acesso em: 26 Jul 2022.

CARDOSO, A. A. I. **Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877).** 244f. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: [s.n.], 2011. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2839/1/2011_Dis_AAICardoso.pdf. Acesso em: 15 Jul 2022.

CASTRO, J. **Geografia da Fome:** o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAVES, M. P. S. R. **De "cativo a liberto":** o processo de constituição Sócio-histórica do seringueiro no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

CUNHA, E. **À margem da história:** Euclides da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUARTE, R. H. Garfield, Seth in Search of the Amazon: Brazil, the United States, and the Nature of a Region. Revista Brasileira de História, v. 34, n. 67, São Paulo jan./jun. 2014. Resenha de: GARFIELD, S. In: **Search of the Amazon:** Brazil, the United States, and the Nature of a Region. Durham: Duke University Press, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a19v34n67.pdf. Acesso em: 25 Jul 2022.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade:** a vida rural e a migração para São Paulo. Editora São Paulo: Perspectiva, 1973.

FREYRE, G. **Casa grande & Senzala.** São Paulo: Global, 2015.

MIYAZAKI, N.; ONO, M. O aviamento na Amazônia. **Sociologia**, v. 20, n. 3, p. 336-396, ago. 1958a. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1090281/1/TC0917LIVROColhendoNaturezaAINFO.pdf. Acesso em: 29 de Jul de 2022.

O'DWYER, E. C. **Seringueiros da Amazônia:** dramas sociais e o olhar antropológico. Niterói: EdUFF, 1998.

PAULA, J. M.; et al. O processo de des(re)territorialização dos trabalhadores nordestinos no território amazônico. **Revista Geografar**, v.5, n.1, p. 61-82, jan./jun. 2010. Disponível em: http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/view/17782/11611. Acesso em: 23 Jul 2022.

RANGEL, A. **Inferno verde:** cenas e cenários do Amazonas. 4. Ed. Tours: Typographia Arrault, 1927.

SANTOS, R. A. O. **História Econômica da Amazônia:** 1800-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SAYAD, A. **A imigração ou paradoxos da alteridade.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

TEIXEIRA, C. C. **Servidão humana na selva:** o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia. Manaus: Editora Valer/Edua, 2009.

TEÓFILO, R. **A Fome.** Fortaleza: Academia Cearense de Letras: 1979.

TEÓFILO, R. **O Paroara.** Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1974.

TOCANTINS, L. **O Rio comanda a Vida.** Rio de janeiro: Record, 1988.

VARGAS, G. **O Ceará e os seus Homens de Trabalho.** Brasília: Biblioteca da Presidência da República, [s.d.]. 1940. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/33.pdf. Acesso em: 15 Jul 2022.

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia:** expansão e decadência: 1850-1920. São Paulo: Ed. USP, 1993.

CAPÍTULO 4

A Batalha da Borracha e as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia

Francisco Eleud Gomes da Silva[18]
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

Emerson Dias da Silva[19]
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

Eduardo Gomes da Silva Filho[20]
Universidade Federal de Roraima-UFRR



18 Servidor Público Federal. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM.
19 Professor da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas-SEDUC-AM. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM.
20 Professor da Universidade Federal de Roraima-UFRR. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira-PPGH/UNIVERSO.

1 Introdução

O contexto histórico mundial daquele momento fez com que os militares fossem induzidos a fazer uma rearticulação da economia do Brasil com o capital internacional, criando condições econômicas e políticas para propiciar uma grande concentração e centralização do capital estrangeiro, nacional.

Para Octávio Ianni (1986), na prática, o que ocorreu foi que os governos militares criaram toda uma infraestrutura e entregaram a Amazônia para ser explorada de maneira intensiva e extensiva pelo capital estrangeiro. Corrobora com esse entendimento, Silva Filho (2015), que fez uma análise pormenorizada da entrada de projetos desenvolvimentistas na Amazônia durante o regime civil-militar.

De acordo com Guido Mantega (1984) o desenvolvimentismo recebeu influência direta da corrente Keynesiana que se manifestava contrária ao neoliberalismo neoclássico, pois essa ideologia foi compartilhada por uma grande maioria dos intelectuais do Brasil e América Latina nas décadas de 40 e 50, tornando-se um símbolo de luta de um número diverso de forças sociais que apostam na industrialização e na solidificação da evolução do sistema capitalista nos países de ponta desse continente.

Essa ideologia desenvolvimentista crescia tanto na nascente burguesia industrial, quanto na classe média urbana e nas forças armadas, que nesse momento encontrava-se com bastante força política na jovem república brasileira. Encorpou-se, dessa maneira, uma ideologia desenvolvimentista intervencionista, que tinha apoio nos segmentos da população representada na burocracia estatal do Estado Novo. Confirmamos a presença desta ideologia num discurso proferido por Getúlio Dorneles Vargas em 1944. Observe na fala de Vargas,

> Só as mentalidades impermeáveis aos ensinamentos dos fatos podem acreditar ainda na validade dos princípios do "laissez-faire" econômico e nos seus corolários políticos. O livre jogo das forças sociais, no estágio de evolução a que atingimos. É a anarquia pura e simples. Esta verdade, cabalmente confirmada pelas punições da guerra às grandes potências mundiais, torna-se de maior evidência em relação aos povos

> como o nosso, em plena fase de crescimento e expansão. (VARGAS, 1944 [Discurso] p. 57 apud MANTEGA, 1984, p. 29).

Como vimos acima, a partir do discurso proferido por Vargas, a gênese do desenvolvimentismo no Brasil precedeu as ações de Juscelino Kubitschek e do fatídico golpe militar de 1964.

2 A saga do povo cearense rumo à Amazônia e os percalços da II guerra mundial

Segundo Adelaide Gonçalves e Pedro Eymar Barbosa Costa (2008), os primeiros cearenses a enfrentar os rios em busca de seringais em 1869, considerados os primeiros paroaras, foi João Gabriel de Carvalho e Melo que trouxe neste ano para a Amazônia, especificamente para o baixo Purus, 50 homens de Uruburetama. Neste mesmo ano deslocaram-se para o Amazonas 1.603 cearenses. E em 1900 seguiram mais 15.773 migrantes, dos quais 9.296 embarcados em Fortaleza e 6.477, no porto de Camocim – todos com ajuda do Governo Federal. Consolidava-se um fluxo migratório no eixo Nordeste/ Amazônia.

Gonçalves e Costa reiteram que:

> O seringueiro fez correrias contra o nativo e mudou a paisagem, alterou parcialmente o meio ambiente, pois a riqueza que buscava estava sobre a terra. Ele sangra a árvore para fazer a "pela", não precisa arrancar a "pela" da natureza. Não desfigura a paisagem de forma violenta como ocorreu na fase da ocupação da Amazônia, de forma caótica, desenfreada, desordenada e criminosa, pela agropecuária, mineração e, especialmente hoje, pelo agronegócio. Neste processo, a terra é rasgada, despojada de sua paisagem e de sua gente – índios e seringueiros que assumem juntos, uma nova identidade: "povos das florestas", guardiões das matas, da vida e da natureza. (GONÇALVES; COSTA, 2008, p. 20).

Segundo Antônio Luiz Macedo da Silva Filho (2008),

após a entrada dos Estados Unidos na segunda Guerra Mundial em dezembro de 1941, ocorreu uma readequação em se tratando das relações diplomáticas a partir das quais se desenvolveram o progressivo ordenamento do Brasil aos aliados; depois duma sucessão de medidas, finalmente em agosto de 1942, foi declarada guerra às potências do eixo.

A situação do estado do Ceará encontrava-se dificílima por causa da seca que assolava o interior do estado, em momento marcado pelo desespero do engajamento do Brasil no esforço de guerra. Convivia-se com uma forte mobilização patriótica, uma política de controle da população civil, uma tensão muito grande devido ao perigo de bombardeios nas cidades urbanas que se localizavam no litoral brasileiro.

Toque de recolher, desfiles marciais, comícios inflamados em praças públicas, passeatas de exortação cívica, conscrição militar para a formação dos quadros de combatentes, cidades às escuras tendo em vista o melhor resguardo das temidas investidas aéreas dos inimigos.

Embora convivesse com a falta de chuva, o mais agravante era o medo devido ao clima de guerra que se instalara, pois, a qualquer momento, existia a iminência de um bombardeio sobre os domicílios de Fortaleza. Neste sentido, Silva Filho enfatiza que:

> No ano da desgraça de nosso Senhor de 1942" – como aludiu irreverente o poeta Aluízio Medeiros -, conceberam-se, outrossim, diversas campanhas e medidas voltadas à modelação de estados de espírito que, estendeu-se até o término da guerra, se pretendiam condizentes com o proclamado imperativo de segurança nacional. Ligas femininas organizadas para confeccionar agasalhos destinados aos soldados brasileiros; cursos preparatórios de enfermagem; coordenação da sociedade civil para a coleta doméstica de metais a serviço do reaparelhamento das forças armadas; arregimentação de trabalhadores para a assim chamada "Batalha da Borracha", a ser travada na selva amazônica, sob condições aviltantes dos empregados na faina dos seringais; criação de grupos voltados à recolha de donativos para a causa aliada; séries de cursos, palestras e conferências ministradas em

> escolas, clubes, agremiações e sindicatos sobre a necessidade imperiosa e sacrifício em nome do dever patriótico; montagem de um aparato difuso de vigilância, suspeição e delação que, sob regime autoritário, acentua os já estreitos limites à expressão da opinião e promovia nos indivíduos disposição avessa a ideias divergentes do discurso oficial, em regras estigmatizadas como traços de subversão ou quinta-colunismo e por isso submetidas a penalidades previstas em lei. Desenha-se uma funesta cumplicidade entre a conjuntura belicosa e o acirramento de dispositivos de controle social. (SILVA FILHO, 2008, p. 24).

Para Silva Filho (2008), o objetivo de Getúlio Vargas através do Estado Novo era articular estratégias para a mobilização completa da população brasileira, no sentido de expressar uma "batalha da produção", desta maneira, não atendendo às reivindicações dos operários, retiradas de direitos trabalhistas adquiridos, intervenção militar nas fábricas, principalmente as de têxteis, aumento da jornada de trabalhos em muitos setores, "[...] além da militarização do cotidiano com seus apelos à transformação de cada cidadão em soldado; a invenção de uma política de escassez; o mascaramento dos conflitos sociais mediante a construção de um front interno aglutinando as diversas classes.". (SILVA FILHO, 2008, p. 25).

Logo após a Amazônia entrar em crise por conta da produção de borracha na Malásia, o governo brasileiro ensaiou um discurso para proteger a Amazônia, mas não passou de retórica, pois, na prática, a grande produtora de borracha natural, até então, que era a Amazônia, não foi beneficiada a contento pelos decretos e leis que foram criados a partir de 1912.[21]

21 Para Nelson Prado Alves Pinto (1984), a Legislação de 1912, através dos decretos nº 2.543-A (BRASIL, 1912) e 9.521 (BRASIL, 1912a), trazia em seu bojo benefícios para a primeira fábrica de artefatos de borracha que se fixasse em Manaus, Belém, Recife, Bahia e Rio de Janeiro, no entanto nada ocorrera até 1922.

3 Benefícios governamentais para a indústria: uma iniciativa com pouco impacto

Para Pinto (1984), levando-se em conta os capitais envolvidos no extrativismo amazônico, o incentivo que foi dado para o desenvolvimento da indústria de artefatos no sul do país não foi relevante, pois não apresentava qualquer benefício em relação à exportação. É importante enfatizar ainda que a criação da atividade industrial no Sul do país ocorreu de forma desarticulada pelo extrativismo amazônico. Essa falta de sintonia, aliás, continua ocorrendo de forma dominante no crescimento do domínio gomífero.

No que diz respeito à política econômica governamental, este imbróglio foi resolvido com o favorecimento do setor industrial devido à forte participação sulista na indústria, e do descaso com o extrativismo gomífero. Para Pinto (1984), a retórica oficial de Getúlio Vargas estava de acordo com o "plano de defesa da borracha" apresentada em dois de janeiro de 1930, onde afirmava que:

> Outra consequência lógica da sistematização e desenvolvimento dos serviços nacionais de instrução, educação e saneamento será o estudo metódico das possibilidades de colonização da Amazônia. Este é um dos mais graves problemas da atualidade brasileira. Da sua solução efetiva dependerá a reconquista de nossa posição, que tão relevante foi, nos mercados mundiais da borracha. Só as crescentes vantagens que este produto assegura, no globo todo, justificariam a execução do projeto de saneamento da vasta e exuberante região amazônica. (ANDRADE, 1950 apud PINTO, 1984, p.12).

Portanto, constatamos que as autoridades sabiam da necessidade da produção de borracha natural para suprir pelo menos o mercado interno, porém existiam as dificuldades para serem resolvidas, como por exemplo: em relação à população amazônica, existia sua dispersão espacial e localização ao longo dos principais rios navegáveis, para isso era necessário adotar medidas que fossem razoáveis, levando-se em consideração a pesca e a agricultura de subsistência, atividades já difundidas.

Vale lembrar ainda que, no discurso de Getúlio Vargas, ele falava da necessidade de uma grande quantidade de recursos financeiros para fomentar o desenvolvimento gomífero na Amazônia, como não foi posto em prática essa política de desenvolvimento naquele momento, a Amazônia ficou condenada ao imobilismo das atividades gomíferas.

No período do governo Vargas, especificamente no início da década de 1940 até 1954, verifica-se uma crise na economia regional, reclamações por parte da burguesia e oligarquias locais, acompanhada do problema da segurança nacional e a industrialização. A situação econômica da região amazônica se agrava em decorrência da ausência de políticas públicas consistentes direcionadas aos grupos minoritários, com menos força política. Nesse período, são criados os territórios federais pelo governo Getúlio Dorneles Vargas; em 1943, Amapá, Roraima e Rondônia. Iniciativas que tinham como objetivos minimizar o despovoamento do espaço amazônico e o controle direto dos territórios recém-criados pelo Governo Federal.

Para Pinto (1984), vale enfatizar que, enquanto não havia desenvolvimento na economia gomífera na Amazônia até o início de 1940, em contrapartida, ocorreu o inverso tanto no desenvolvimento da heveicultura asiática, quanto no transporte automotivo, e, como consequência, o aumento do tamanho da dependência das economias industriais em relação ao suprimento da borracha vegetal.

A partir de 1940, por conta da eclosão da segunda guerra mundial e devido aos "Acordos de Washington" em 1942, foi sendo traçado um plano de investimento e desenvolvimento da borracha para a Amazônia, para suprir uma parte da borracha que, anteriormente, vinha da Malásia e que agora se encontrava sob o controle dos japoneses por conta do bloqueio do Oceano Pacífico pelo Japão.

4 A dependência norte-americana da borracha antes e depois do ataque à base aérea de Pearl Harbour e o interesse pela Amazônia

Segundo Seth Garfield (2009), devido à grande quantidade de recursos naturais no Brasil, bem como a forte influência americana na política na América do Sul, levando-se em conta que

a existência de uma considerável população de ascendência alemã e a proximidade da África Ocidental contribuíram decisivamente para que os militares norte-americanos enxergassem, no Brasil, uma grande oportunidade de criar um lugar estratégico para lutar contra a ofensiva nazista no hemisfério. Garfield acrescenta que:

> Entre setembro de 1939 e dezembro de 1941, com a guerra em andamento na Europa e na Ásia, um conglomerado de agências norte-americanas tentou complementar ou substituir o Departamento de Estado para fortalecer o comércio e a aliança interamericanos, assegurar o acesso a recursos estratégicos e excluir o Eixo do hemisfério ocidental: a Reconstruction Finance Corporation, a Inter-American Development Commission, of Export-Import Bank, o Economic Defense Board, o Airport Development Program, o Office of Inter-American Affairs, o Departamento de Agricultura e o Departamento da Guerra.[22] (GARFIELD, 2009, p. 22).

Garfield (2009) ressalta que, por volta de 1940, os Estados Unidos representavam apenas 6% da população mundial e 7% da superfície terrestre, contudo, eram os maiores produtores de carro, cerca de 75% da produção mundial; produziam, ainda, 50% dos produtos industriais finais.

Porém a rápida mudança de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial de grande produção no começo do século XX, ocasionou uma grande necessidade de se importarem matérias-primas para suportar a produção industrial. Isso se tornou um grande desafio para os Estados Unidos, adquirir borracha natural para suprir essa demanda, provocada, primeiramente, pelo avanço tecnológico significativo das máquinas, como também posteriormente, por conta da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Garfield (2009) destaca que, na década de 1920, os ingleses haviam elaborado políticas de restrição sobre a produção de borracha nas colônias asiáticas, então sob o seu controle. Isso trouxe um

22 O objetivo específico de várias dessas agências foi bem estudado no caso do Brasil. Sobre o OIAA, ver: (TOTA, 2000); (CAMPOS, 2006). Sobre a USDA e a FAR, ver: DEAN (1987).

grande transtorno para os Estados Unidos, além de provocar fortes reações nacionalistas, tendo em vista que os americanos necessitavam urgentemente dessa borracha para suprir a grande demanda para sua indústria bélica nesse momento. Diante disso, o governo americano começou a procurar alternativas que viessem suprir essa necessidade, para isso, incentivou grandes investimentos para o empresário Henry Ford na Amazônia, a partir de 1927.

É muito importante destacar que, mesmo nos Estados Unidos, havia divergências em relação à exploração da borracha nos seringais amazônicos. Segundo Seth Garfield (2009), os liberais tinham dúvida com relação ao aumento das exportações advindas da América Latina durante o período da Segunda Guerra Mundial.

"Neste sentido, entendiam que seria melhor apoiar a industrialização, a aplicação de leis trabalhistas e a expansão do comércio complementar de commodities na América Latina, como forma de modernizar economias "coloniais" e promover a ascensão social" (GARFIELD, 2009, p. 21).

Para Garfield (2009), os conservadores se intensificaram para neutralizar as iniciativas do governo norte-americano durante a guerra, no sentido de obter matérias-primas das negociações que estavam em vigor, em prejuízo da reestruturação socioeconômica.

Eram terminantemente contrários à prática da atuação política do governo americano e, principalmente, à assistência econômica e melhorias nas condições sociais na Amazônia, ressaltando que tais medidas constituem violações aos princípios do livre mercado, ao assistencialismo por parte do governo americano bem como uma falta de respeito à soberania brasileira.

"O entusiasmo com a Amazônia, forjado nos desdobramentos políticos do panamericanismo, em meio à incerteza global, evoluiu a partir de vários tropos culturais dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, os evocou.". (GARFIELD, 2009, p. 33). Este projeto de exploração da borracha, preliminarmente, foi ostentado através de uma estratégia geopolítica para aproximar os Estados da América Latina, com o intuito de minimizar a dependência do governo americano em relação ao comércio da Europa, finaliza Garfield. Este autor ressalta que,

> Porém a reabilitação do comércio amazônico propunha reorientações radicais para o

> capitalismo industrial norte americano, reflete visões providencialistas de uma cornucópia edênica através da troca e do armazenamento de cultivos complementares, invocava uma renovação espiritual por meio da comunhão cultural e prometia ganhos materiais e regeneração política através da conquista da fronteira.[23] A historiografia recente sobre a Amazônia produzida por norte-americanos também reflete as mudanças nos significados da região, ao mesmo tempo em que contribui para elas. Durante a Guerra Fria, quando acadêmicos dos Estados Unidos questionam as teorias das ciências sociais e os mantras políticos sobre o subdesenvolvimento da América Latina, o trabalho de Barbara Weinstein (1983) examinou os modos de produção nos seringais para entender o engessamento do processo de transição da região para o capitalismo. Alguns anos mais tarde, com as preocupações ambientais ganhando maior proeminência nos debates políticos e no método historiográfico nos Estados Unidos, Warren Dean (1987) se concentrou nos desafios botânicos para o cultivo de seringueiras na Amazônia para entender as peculiaridades desse comércio. E minha pesquisa sobre a Amazônia no imaginário dos Estados Unidos no período da Segunda Guerra Mundial, conduzida em meio a uma desastrosa guerra no Iraque que levou à morte mais de 4 mil soldados norte-americanos e mais de 90 mil civis iraquianos, foi assombrada pelas origens e consequências da dependência de matérias-primas na indústria automotiva e pelos dramas e tramas que os norte-americanos instigaram, interna e externamente, ao lidar com essa realidade. (GARFIELD, 2009, p. 33-55).

23 Estou aqui me inspirando na análise de Richard Drayton sobre as coleções botânicas do Império Britânico como originadas, em parte, pelas visões providencialistas da abundância Edênica. Ver: (DRAYTON, 2000).

5 As políticas de desenvolvimento para a Amazônia no período Vargas

Segundo Adélia Engrácia de Oliveira (1983), durante o período do governo Vargas entre 1930-1945 e 1951-1954, o Governo Federal tentou priorizar a área da economia nacional. Foram elaborados alguns programas de desenvolvimento, sendo a Amazônia uma das prioridades, pois era um enorme problema, que a administração nacional tinha que sanar com metas concretas para o atraso da região, contribuindo para o desenvolvimento nacional em geral. Mas, foi somente no segundo governo de Getúlio Vargas que, inicialmente, foi criado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA), e, em 1953, nasce a Superintendência de Valorização do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Oliveira (1983) afirma que, no dia 10 de outubro de 1940, Getúlio Dorneles Vargas fez um grande pronunciamento que ficou conhecido na história como "Discurso do Rio Amazonas" em Manaus, em pleno teatro Amazonas. Vargas ressaltou vários problemas em que a região se encontrava, dentre os quais podemos destacar: o vazio demográfico.

Havia a necessidade de povoar a região, por meio de um cultivo racional. Fez-se um acordo com os países fronteiriços, para alavancar o desenvolvimento na região e para que houvesse um "movimento de reconstrução nacional". Embora seja importante frisar que já existiam em curso algumas políticas desenvolvimentistas na Amazônia, como por exemplo, a expansão do Ministério da Agricultura em 1939, que tinha como meta criar um Instituto Agronômico em Belém para fomentar o estudo das plantas que produziam a goma elástica, assim como outras espécies extrativas da região e tinha também a função de orientar e dinamizar as atividades agrícolas e econômicas da Amazônia. Ariovaldo Umbelino de Oliveira explica que:

> Com a eclosão da Segunda Grande guerra mundial, a marcha do processo que levaria ao falso nacionalismo/estatismo foi se solidificando com a assinatura dos "Acordos de Washington", que curiosamente instituíram o monopólio estatal da exploração do minério de ferro, através

> da Companhia Vale do rio doce – CRVD, constituída em 1942. Como complemento do acordo, os preços das matérias-primas foram congelados. (OLIVEIRA, 1988, p. 15).

Para Oliveira (1988), pode-se constatar que a história do Brasil no pós-segunda guerra está envolvida pelo processo de internacionalização da economia brasileira. Observa-se que este processo está coerente com o desenvolvimento do meio capitalista de produção em sua etapa monopolista e isso motivou a internacionalização judicial da superfície ou porção do território nacional brasileiro.

Ficou evidenciado ser esta uma grande estratégia geopolítica que permeou a relação entre os grandes grupos econômicos com sedes nos países industrializados do universo capitalista e os governantes, principalmente, os militares no Brasil.

Para Oliveira (1983), apesar de existir essa intenção de desenvolvimento regional na Amazônia, havia a necessidade de recursos financeiros suficientes para colocar em prática tal projeto. Porém, com o início da Segunda Guerra Mundial, a situação ficou complicada, principalmente após a ocupação dos seringais da Malásia pelos japoneses, e, como consequência, o bloqueio no Pacífico, dificultando a vida dos americanos. Diante dessa situação, o governo americano, precisando de borracha natural para suprir a demanda da guerra, propôs e consolidou acordos com o Brasil em março de 1942, que ficaram conhecidos como "Acordos de Washington".

No entendimento do Governo Federal, esses acordos poderiam trazer benefícios no que diz respeito ao desenvolvimento da Amazônia, pois, além de ser em longo prazo, os americanos iriam financiar o programa de transportes, de pesquisa pelo Instituto Agronômico do Norte, em Belém, cuja instalação ocorreu em 1941, e de saúde pública. Oliveira enfatiza que:

> Tais negociações, embora tivessem permitido a criação de uma infraestrutura que serviria de base, mais tarde, para o desdobramento de mecanismo de integração nacional, foram responsáveis, no entanto, pela "Batalha da Borracha", que levou milhares de "soldados da borracha" (calcula-se

> em 40 mil o número de mortos) que eram, em geral, nordestinos que haviam se deslocado para a Amazônia entre 1942 e 1945, atendendo a apelos do governo. (OLIVEIRA, 1983, p. 264).

Oliveira (1983, passim) argumenta que devido aos "Acordos de Washington" e a necessidade de povoar a Amazônia, o governo central criou todo um aparato para desenvolver a região, destacamos:

a) A criação do Banco de Crédito da Borracha, que tinha como objetivos desenvolver a produção gomífera, financiar a produção, saneamento e colonização das regiões produtoras, desenvolvendo as funções que antes eram fomentadas pelas Casas Aviadoras e Exportadoras;

b) Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), esse serviço foi mantido pela Fundação Rockefeller e tinha o objetivo de dar assistência médica aos trabalhadores em gerais;

c) Rubber Reserve Company, posteriormente, mudou para Rubber Development Corporation (RDC), esta agência americana era responsável pelo transporte e o suprimento de bens para os seringais, servia também para o transporte de passageiros no interior assim como o transporte da borracha para os Estados Unidos;

d) Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e depois a Comissão Administrativa de Encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia (CAETA), sua função era recrutar, hospedar e levar os nordestinos até os seringais;

e) Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) que tinha a missão de abastecer de gêneros alimentícios e administrar o racionamento devido ao bloqueio marítimo;

f) Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios que tinha o objetivo de atender os militares e civis, devido à dificuldade de transporte, por falta de combustíveis líquidos;

g) Colônia Agrícola Nacional do Amazonas, instalada em 1941 à margem esquerda do rio Solimões, em Boa Vista, e Colônia Agrícola Nacional do Pará, criada em 1942 no município de Monte Alegre, no distrito de Inglês de Souza. A meta era fixar proprietários rurais com o objetivo de colonizar e povoar as regiões e minimizar as tensões sociais, através do deslocamento da fronteira agrícola;

h) Instituto Agronômico do Norte, em Belém, criado em 1941, para desenvolver pesquisas sobre as plantas, identificação do solo e da floresta;

Aeroporto de Ponta Pelada, construído em Manaus (AM) com o objetivo de desenvolver o transporte. Nesse período, também, foi ampliado o Aeroporto de Val-de-Cans, em Belém (PA);

j) Foi também incorporado ao patrimônio nacional a "Amazon River Steam Navigation" (Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará). Sob os cuidados do Governo Federal.

Em se tratando de projeto de desenvolvimento, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) enfatizam que, para fazer uma análise global do desenvolvimento, não basta apenas incorporar ao conhecimento dos condicionantes estruturais a percepção dos "fatores sociais" assimilados estes como novas variáveis do tipo estrutural. Cardoso e Faletto acrescentam que:

> Para adquirir significação, tal análise requer um duplo esforço de redefinição de perspectivas: por um lado, considerar em sua totalidade as "condições históricas particulares" – econômicas e sociais – subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro lado, compreender, nas situações estruturais dadas, o os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre grupos e classes e os movimentos sociais que "põem em marcha" as sociedades em desenvolvimento. (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 21).

Isso diz respeito à procura de uma concepção que admita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento no diagnóstico do desempenho dos grupos sociais. Dessa forma, subentende-se que a análise ultrapasse a aproximação que se estende como perspectiva estrutural, empossando-a em uma interpretação feita em termos de "processo histórico".

Essa interpretação não quer dizer concordar com a ótica inocente que marca a influência da sequência temporal para a explicação científica, início e desenvolvimento de cada situação

social, porém, que o devir histórico só se explica por categorias que outorgam significação aos fatos e que, em decorrência, sejam historicamente mencionadas. Cardoso e Faletto confirmam que:

> Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que tem um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 22).

Para Cardoso e Faletto (1970), diante dessa perspectiva, percebe-se que o problema teórico é composto pela definição dos modos que amparam as estruturas de dominação, pois a compreensão da ação das relações de classe se assimila por seu intermédio.

A situação do subdesenvolvimento nasceu historicamente a partir da ampliação do capitalismo comercial e, posteriormente, do capitalismo industrial que ligou a um mesmo mercado economias que não expõem graus diversos de desigualdade do sistema produtivo, mas também incorporaram localizações diferentes no alicerce global do sistema capitalista.

Cardoso e Faletto (1970, p. 26) acrescentam o seguinte à sua análise "[...] desta forma, entre as economias desenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição".

Para Cardoso e Faletto (1970), isso pode ser visto por outro ângulo como uma estrutura definida de relações de dominação. Vale a pena ressaltar que este conceito de subdesenvolvimento, da maneira como é aplicado, tem mais a ver com o alicerce de um tipo de sistema econômico, com características de primazia do setor primário, onde a concentração de renda é notável e a dominação do mercado externo sobre o interno. Cardoso e Faletto esclarecem, ainda que:

> Há que se buscar os pontos de intersecção do sistema econômico com o sistema social, através

> dos quais se revelam os nexos e a dinâmica dos diferentes aspectos e níveis da realidade que afetam as possibilidades de desenvolvimento (CARDOSO; FALETTO, (1970, p. 24).

Cardoso e Faletto (1970) entendem que para se ter o reconhecimento histórico do subdesenvolvimento, é necessário não apenas marcar as características estruturais das economias subdesenvolvidas, pois existe a necessidade de entender como as economias subdesenvolvidas ligaram-se historicamente ao mercado mundial e como se formaram os grupos sociais internos que lograram esclarecer as relações voltadas para o exterior que o subdesenvolvimento imagina.

Tal estudo identifica que, no plano político-social, mantém-se algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento. E essa dependência inicia-se historicamente com a ampliação das economias dos países capitalistas originários. Cardoso e Faletto concluem que:

> A dependência da situação do subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas (CARDOSO; FALETTO. 1970, p. 26).

Para Furtado (2009), a teoria do desenvolvimento econômico visa esclarecer, numa dimensão macroeconômica, as causas e o processo continuado da produtividade do fator trabalho e suas consequências na organização da produção bem como da maneira como se distribui e se usa a produção social.

Isso se explica em duas fases, sendo que a primeira, onde existe a predominância das formulações abstratas, compreende a análise do mecanismo de crescimento, sendo necessários à criação de modelos ou de um esquema simples dos sistemas econômicos

existentes que tenham, como base, as relações estáveis entre variáveis quantificáveis e reconhecidamente de muita relevância.

A segunda fase abrange o plano histórico e abarca o estudo crítico, em oposição a uma realidade dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata. Furtado explica ainda que,

> Não basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação do seu funcionamento. Igualmente importante é a verificação da eficácia explicativa deste modelo em confronto com uma realidade histórica. Somente essa verificação poderá indicar as limitações decorrentes do nível de abstração em que foi elaborado o modelo e sugerir as modificações a serem introduzidas para fazê-lo válido do ponto de vista de uma realidade dada (FURTADO, 2009, p. 25).

Para Furtado (2009), o desenvolvimento econômico é considerado um fenômeno que em si explicita uma dimensão histórica. Cada economia tem suas dificuldades no processo de desenvolvimento. Em alguns casos são comuns a outras economias contemporâneas. Furtado destaca que, entre as dificuldades encontradas, podemos apontar:

> O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas singularizam cada fenômeno histórico de desenvolvimento. Também poucas economias encontram hoje maiores dificuldades para sair da estagnação, devido à natureza das suas relações de intercâmbio externo. O comércio exterior aí aparece, portanto, como um fator estimulante e impeditivo do desenvolvimento. (FURTADO, 2009, p. 28).

6 Projetos desenvolvimentistas para a Amazônia no período dos governos militares

Ariovaldo Umbelino Oliveira (1988) ressalta que, para se compreender como se processou a ocupação da Amazônia, é necessário entender a função dos militares. Isso diz respeito à história da exploração dos minérios no Brasil, que está relacionada com o

envolvimento dos Estados Unidos na política interna brasileira e como uma parte da burguesia nacional que se incorporou aos bancos estrangeiros na exploração descontrolada das riquezas minerais do Brasil. Oliveira confirma que:

> Na realidade estava sendo movimentada mais uma peça no jogo do xadrez desencadeado pelos norte-americanos, uma vez que a instalação de modernas siderurgias no Brasil, Chile e Colômbia fazia parte dos planos estratégicos do Pentágono para descentralizar o parque industrial norte-americano, de certo modo ameaçado ante o desenvolvimento pela Alemanha nazista das bombas "V-2" lançadas por foguetes de autopropulsão. Aliás, a Vale do Rio Doce por conta desses "acordos" prestou serviço aos aliados durante a Segunda Grande Guerra e para isso recebeu empréstimos em dólares do Eximbank - Export & Import Bank of Washington. Como consequência dos acordos, também, a CRVD acumulou déficits que se arrastaram até 1952. (OLIVEIRA, 1988, p. 16).

Ao se falar sobre desenvolvimento na Amazônia, faz-se necessário entender o contexto histórico, econômico e social desse momento, principalmente, no período da ditadura militar, pois devemos entender como o Brasil fomenta políticas de desenvolvimento para a Amazônia. Segundo Oliveira (1983), com a implantação dos governos militares, sob o comando do Presidente, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, foram adotadas medidas estratégicas para o desenvolvimento da Amazônia.

Essas iniciativas mudaram totalmente a política vigente até então, tais medidas ficaram conhecidas como "Operação Amazônia" (1965-1967) e através dessas iniciativas, foi montado todo um dispositivo institucional que tinha como meta a ocupação, desenvolvimento e a integração da fração do norte do Brasil ao conjunto nacional, surgidos a partir da imprescindibilidade de fortalecer a atuação federal na região, pois estavam em evidência os perigos que essa região representava para a segurança nacional, pois existia uma extensão muito grande de terras praticamente vazia. Na ótica de Loureiro (1992) essa preocupação de integrar a Amazônia ao

restante do país não passou de uma estratégia visando esse objetivo:

> O movimento denominado Operação Amazônia (1966/1967) consistia num conjunto de instrumentos de atração de capitais, facilitando sua entrada com base em Incentivos Fiscais e outras garantias mais gerais como acesso à terra e aos outros bens da natureza da Amazônia. O marco mais importante e deflagrador do movimento foi um grande encontro nacional de investidores nas duas principais capitais regionais – Belém e Manaus – além de discussões permanentes entre empresários e agentes do governo, a bordo de um navio, e outras reuniões menores (LOUREIRO, 1992, p. 72).

Segundo Oliveira (1988), com relação à Operação Amazônia, no entendimento da ideologia da Escola Superior de Guerra, achava-se arrolada a comunicação dos tempos das "fronteiras geográficas" para os das "fronteiras ideológicas":

> Era necessário entregar aos americanos para não entregar aos comunistas" [sic]. Dessa forma, o lema "integrar" significava abrir caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios multinacionais. Ao que tudo indica, este lema, aparentemente inscrito na e por muita gente interpretado como produto da ideologia geopolítica das "fronteiras", teve origem e deve ser interpretado como produto da ideologia das "fronteiras ideológicas". O estado autoritário criou toda sorte de políticas para implementar a internacionalização da economia brasileira e, por conseguinte, entregou e continua entregando de forma vil os recursos naturais do país. É por isso que esclarecemos a interpretação do lema do Projeto Rondon de forma oposta: "integrar para entregar" (OLIVEIRA, 1988, p. 32).

Um exemplo de que os militares prepararam a Amazônia para entregá-la ao capital estrangeiro foi o famoso Projeto Jari. Oliveira (1990) afirma que todo o processo relacionado à região amazônica só foi colocado em prática devido à participação dos militares

que governavam o país naquele momento, com seus estrategistas geopolíticos, que foram os principais responsáveis pela inclusão da Amazônia ao capitalismo mundial monopolista. Oliveira relata ainda que: "Seu rastro tem sido o rastro da expropriação. Expropriação dos recursos naturais, minerais, florestais, dos solos, do suor dos trabalhadores, das nações indígenas. Tudo isso feito sem consulta à maioria da população deste país" (OLIVEIRA, 1990, p. 17).

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990), entre os empreendimentos relacionados à sua área florestal, o que chama mais atenção é o próprio Jari, do norte-americano, Daniel Keith Ludwig. Este americano teve envolvimento direto com os militares e a CPI instalada para apurar a venda de terras para os estrangeiros. Foram os militares que fizeram o convite ao Mr. Ludwig, para fazer investimentos no Brasil, eles trataram de livrá-lo da legislação que tratava sobre a venda de terras para estrangeiros, assim como o livraram das complicações da CPI. Oliveira faz a seguinte observação:

> A par desses processos que envolveram os grandes grupos capitalistas em nosso país, o Projeto Jari foi concebido como um projeto florestal para a produção de celulose, um projeto agropecuário para a produção de arroz e criação de gado, e de exploração mineral para a extração do caulim e bauxita. (OLIVEIRA, 1990, p. 25).

Para Lúcio Flávio Pinto (1986), naquele período, praticamente em toda a Amazônia, o homem vivia da extração e coleta dos produtos na natureza. No Projeto Jari, as atividades econômicas não passavam da colheita de castanhas e do corte de seringueiras. Esses produtos iam primeiramente para Belém e depois para o exterior.

Daniel Ludwig adquiriu uma empresa que lidava com castanha, borracha, látex, caucho, peles de animais, balata, madeiras e sementes oleaginosas. Esta empresa era muito antiga, do século XIX ainda, devido a isso, apenas mandavam os homens colher estes produtos na floresta. Mas Ludwig era muito ousado e pretendia transformá-la numa empresa moderna, do século XXI.

Segundo Pinto (1986), ele sabia que havia necessidade de preparar uma grande infraestrutura para apoiar as atividades econômicas, e este investimento deveria ser incluído nas despesas,

sabia, também, que para obter sucesso nesse empreendimento, necessitava de uma grande cooperação e assistência governamental.

Este Projeto ficou sob o comando do senhor Ludwig, por pelo menos dez anos, sua administração era com mão de ferro. Depois, o Projeto Jari passou por diversas dificuldades, quando fica explícito, que a atuação da empresa que se portava de forma indiferente e queria continuar a viver a era do autoritarismo, que lhe garantiu uma infinidade de privilégios.

Com relação às condições de trabalho no Projeto Jari, Pinto afirmava que:

> A população de Belém só tomou conhecimento do inferno que era o Jari quando dezenas de cearenses, liderados por Cesário Medeiros, sublevaram-se, tomaram um navio e obrigaram o dono da propriedade a aceitar a fuga em massa. Chegaram à capital aliviados: haviam conseguido abandonar o cativeiro disfarçado nas terras do coronel José Júlio de Andrade (PINTO, 1986, p. 85).

Portanto, diante do sofrimento desses trabalhadores, percebe-se explicitamente um caso de desrespeito à dignidade humana. A entrega da Amazônia pelos militares aos estrangeiros, como esse do caso Jari, revela, um total desrespeito à Pátria e à soberania nacional. Esses militares que governavam o país naquele momento, durante a execução do grande Projeto Jari, não tiveram, em nenhum momento, uma preocupação com a Amazônia que estava sendo violentamente explorada e devastada pelos estrangeiros, através da investida do capital internacional. Na visão de Oliveira, era uma violência:

> A expropriação dos recursos naturais é, sem sombra de dúvida, a grande meta do capital internacional na região amazônica. Ele tem procurado se apoderar dele, de modo a garantir os chamados "suprimentos estratégicos para os Estados Unidos e demais nações capitalistas desenvolvidas" (OLIVEIRA, 1990, p. 35).

Em se tratando de projetos desenvolvimentistas para a Amazônia, não poderíamos esquecer o Projeto Carajás. Para Anthony L. Hall (1991), o Projeto Carajás foi o maior projeto de

desenvolvimento "agregado", que nunca foi colocado em prática em nenhuma área de floresta tropical úmida do planeta. Foi inaugurado em 1980, quase uma década e meia após descobrirem minérios de ferro, correspondendo a quase 11% do Brasil e dispondo de uma área de aproximadamente 900.000m^2. Pode-se afirmar que esse Projeto Carajás teve utilidade em se tratando de transformar o panorama econômico e social, contribuindo, sobretudo, para atrair um considerável contingente populacional. Para Hall, este projeto foi benéfico porque contribuiu com o povoamento da região:

> Trouxe para a região oriental da Amazônia milhares de operários de construção civil em busca de emprego, garimpeiros à cata de riquezas, pequenos agricultores à procura de terras, e um sem-número de outros indivíduos querendo ocupação. Áreas urbanas, variando de capitais estaduais, como São Luiz e Belém, a cidades provincianas como Marabá, Açailândia e Imperatriz, experimentaram explosões demográficas com o advento do Programa Carajás e se calcula que aumentará em tamanho de 40% a 800% por volta do ano 2000 (HALL, 1991, p. 60).

Para Hall (1991), a grande importância do Programa Carajás se dá pela sua formação atualmente, que é composta por quatro grandes projetos: um depósito de minérios de ferro, duas fábricas de alumínio e a hidrelétrica de Tucuruí. Embora existisse um grande complicador que era uma concentração estrangeira muito grande, algo em torno de (US$ 1,8 bilhões de dólares em 1988).

Existiu certo cuidado com relação à soberania Nacional. A descoberta foi compreendida um mês depois, quando pesquisas adicionais revelaram que Carajás possuía as maiores reservas de minérios de ferro da alta gradação de todo o mundo (calculadas atualmente em 18 bilhões de toneladas, com uma gradação média de 66% FE).

Animada com essas perspectivas, a US Steel requereu ao governo brasileiro direitos de exploração em uma área de 160.000 ha. O governo brasileiro, porém, resistiu em colocar tanto poder nas mãos de uma única empresa estrangeira e, após três anos de acerto,

uma ação conjunta foi formalizada em 1970, com a criação da AMZA (Amazônia Mineração S. A.), com 51% de capital acionário em poder da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e 49% da US Steel. Em 1974, a AMZA obteve os direitos de exploração sobre toda a área do Carajás. (COTA, 1984; SANTOS, 1986 apud HALL, 1991, p. 61, passim).

Para Hall (1991), as polêmicas e conflitos gerados em decorrência do subdesenvolvimento que existiam e continuam a existir na Amazônia, assim como a importância da atribuição do Estado e dos camponeses, pode ser elucidado em três grandes classes: primeira a lógica do modelo de capital, segundo o argumento da agregação institucional e uma terceira análise mais pluralística. Hall explica ainda que:

> Cada uma dá ênfase diferente ao explicar as crises agrárias, tal como a que é atualmente características da Amazônia, em termos de variedades de fatores, como por exemplo: interesses de classes internas e globais dominantes, vinculados à disseminação do capitalismo, o papel variável das máquina do Estado na determinação da política de desenvolvimento, a contínua existência dos camponeses na Amazônia e a influência de organizações intermediárias, como forças ativas de barganha, nas negociações com uma faixa de organismos privados e oficiais (HALL, 1991, p. 250-251).

Para Hall (1991), diante de um amplo debate, vale a pena questionar qual deles tem uma explicação mais razoável para o modelo de desenvolvimento agrário no Programa Carajás; que conclusões podemos tirar a respeito da intervenção estatal para fomentar o desenvolvimento na região; quais as contribuições que tiveram essa população de aproximadamente cinco milhões de habitantes. No caso do primeiro modelo, que é o da lógica do capitalismo, basicamente, submetem os exemplos de desenvolvimento rural e a política do Estado a forças externas.

A crise agrária acontece devido à consequência de uma ampliação capitalista dependente e desigual na periferia, contribuindo

para a divisão social, descampesinação e proletarização. O segundo modelo, que é da Incorporação Institucional, mostra elucidação alternativa que tem como base a atribuição dominante. Estes modelos que tratam de subordinação ao capital e de controle institucional pelo Estado, foram, em parte, desmentidos pelo enfoque pluralista, mais voltado para os atores. Hall afirma que:

> Este tipo de análise, do qual há vários, atribui em geral papéis algo diferentes à classe dos pequenos agricultores e ao aparelho do Estado, ao qual se relaciona. Em vez de supor um campesinato impotente, a enfrentar forças externas esmagadoras, ele é visto como reagindo a circunstâncias mutáveis, moldando, dessa maneira, ativamente o processo de mudança, interagindo com instituições e indivíduos em todos os níveis (HALL, 1991, p. 254).

Segundo Ianni (1986), entre o período de 1964 - 1978, o Estado brasileiro foi sensibilizado a desenvolver uma política econômica com certa agressividade e ordenação de submissão da agricultura ao capital. Ianni afirma ainda que:

> Nesses anos, o processo de subordinação da agricultura à indústria, do campo à cidade, entrou em uma fase mais intensa e generalizada do que em ocasiões anteriores de tempo recente. As medidas governamentais adotadas propiciaram a aceleração e a generalização do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo do campo. Nas atividades em que eram escassas, dispersas ou inexistentes as organizações capitalistas de produção, como na pecuária rústica da Amazônia, por exemplo, o poder estatal foi levado a induzir, incentivar ou apoiar tanto a constituição de empreendimentos capitalistas como, a concentração e a centralização do capital. Por um lado, principalmente nas atividades agrícolas localizadas no Centro-Sul, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento intensivo do capitalismo. Por outro lado, como nas terras-do-sem-fim, devolutas, tribais ou ocupadas na Amazônia, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo (IANNI,1986, p. 15 - 16).

Ianni (1986) afirma que, para entender por que ocorreu e como aconteceu esse processo de desenvolvimento intensivo e extensivo, com esse teor agressivo e repressivo do capitalismo na agricultura, é necessário verificar as relações entre as políticas agrícolas do poder estatal e a política de desenvolvimento econômica geral que o Estado brasileiro foi sensibilizado a colocar em prática.

Desde o início, o governo ditatorial foi convencido a submeter-se às diretrizes do capital monopolista estrangeiro e nacional. Privilegiou a dependência da economia, contribuindo para redução ou até mesmo a anulação da autonomia, presente no conjunto do sistema econômico do país. Ianni ressalta também que:

> Com o golpe se instala uma ditadura a serviço do capital monopolista. Não só o aparelho de Estado, mas toda vida econômica, política e cultural do país passa a ser amplamente determinada pela política de acumulação capitalista acelerada. Daí o caráter agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos, da política econômica estatal (IANNI, 1986, p. 17).

Para Ianni (1986), essa política nefasta e cruel tinha como objetivo explorar ao máximo o trabalhador industrial e agrícola, alguns setores da classe média e do campo tinham como meta também escancarar as portas do Brasil à livre atuação do capital monopolista estrangeiro.

João Goulart que, naquele momento, era o presidente do Brasil, propôs uma política econômica de caráter nacionalista ou soberano, enquanto o governo militar de Castelo Branco, na prática, foi totalmente contrário a essa política, desenvolvendo, na verdade, uma política dependente e subordinada ao capitalismo internacional. Na prática, o que ocorreu, segundo Ianni, foi:

> O que os governos militares foram levados a fazer foi rearticular a economia do Brasil com o imperialismo, segundo condições estabelecidas principalmente pela empresa estrangeira, imperialista, ou corporação transnacional". A ditadura instalada no país propiciou todas as condições econômicas e políticas convenientes a uma intensa e ampla concentração e centralização do capital, sob o controle da empresa estrangeira,

> nacional e associada. Foi nesse contexto que o Estado brasileiro foi levado a adotar a política de "economia aberta". (IANNI, 1986, idem, p. 17).

Ianni (1986) destaca que a política econômica do governo militar no período da ditadura favoreceu e protegeu, econômica e politicamente, uma grande acumulação capitalista; como consequência dessa política o capital estrangeiro foi privilegiado, garantido e reforçado em sua presença no setor agropecuário do subsistema econômico brasileiro. Para Ianni, é necessário entender que o capitalismo internacional não começou a desenvolver suas atividades apenas na época da ditadura.

> É claro que o capital monopolista-estrangeiro, nacional e associado – já dominava a vida econômica e política brasileira desde muitas décadas antes de 1964. Em especial, durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60) ocorreu novo surto de penetração desse capital nos negócios da sociedade e do Estado no Brasil. Essa penetração imperialista e monopolista foi tão ampla e profunda que o Golpe de Estado de 1964, contra o governo do Presidente João Goulart, teria sido impossível sem a sua ajuda ou inspiração. (IANNI, 1986, p. 35).

As transformações que ocorreram na Amazônia no período de 1964 - 1978 foram basicamente um desenvolvimento extensivo do capitalismo. Observa-se que, no extrativismo, na agricultura e pecuária, aumentaram as relações capitalistas de produção, junto com as forças produtivas. Ianni observa, ainda, que:

> A rigor, a criação e a expansão da empresa de extrativismo, a agropecuária e mineração, da mesma forma que a política de demarcação e titulação das terras devolutas, tribais e ocupadas, ao lado da colonização dirigida, tudo isso expressa o processo mais ou menos amplo e intenso de expansão das relações capitalistas na região. Isso não significa que antes de 1964 as atividades econômicas da região não estivessem articuladas, em maior ou menor grau, com

> os mercados da própria Amazônia, além do nacional e estrangeiro. (IANNI, 1986, p. 56).

Ianni (1986) afirma que, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953, vale a pena ressaltar que ela não teve uma ação célebre nas atividades agrícolas e pecuárias. O Banco de Crédito da Amazônia, que surgiu a partir do Banco da Borracha, juntamente com a SPVEA, não foram tão marcantes no que diz respeito ao desenvolvimento da Amazônia. Apenas ajudaram a conservar o funcionamento produtivo instalado e hegemônico na região. Toda região dependia das atividades econômicas direcionadas para a subsistência das unidades produtoras:

> Comunidades indígenas, famílias, margens, centros, lugarejos, povoados, vilas etc. e acrescia, a tudo isso, o fato de que a vida econômica, social, cultural ou política desses lugares, áreas, e do conjunto da região amazônica, estava definida, ou conformada, por um sistema de transportes e comunicação construído com base nos rios e igarapés. Por meio dos rios e igarapés as distâncias eram mais longas, sem fim. Tudo isso fortemente marcado, ou determinado, pelo extrativismo, que está presente em toda a história da Amazônia. (IANNI, 1986, p. 56).

Após a criação da SPVEA, em 1953,[24] ficou explícito, pelo menos ideologicamente, o poder do Estado com a ativação e a distinção das atividades extrativas, agrícolas, pecuárias e mesmos industriais na região, reitera Ianni (1986). Vale frisar que o Estado não tinha clareza quanto aos objetivos e tampouco as ligações práticas em relação às decisões e ações para a proteção, dinamização ou distinção das atividades econômicas.

> Essas iniciativas não guardaram a mesma finalidade e sistemática. Foram adotadas ao acaso das pressões de grupos locais e regionais, ou ao acaso da forma pela qual o Estado brasileiro era levado a conceber as articulações dos interesses nacionais com os regionais. Inclusive pode-se observar, que um órgão federal criado para

24 Cf. SILVA FILHO, Eduardo Gomes da (2015).

> a Amazônia pode ter as finalidades e meios reformulados, em si e em combinação com outros órgãos criados para o desenvolvimento do extrativismo, agropecuária, agroindústria ou indústria na região (IANNI, 1986, p. 58).

Para Cardoso e Müller (1978), houve mudanças entre o primeiro plano de 1953, quando foi criada a SPVEA e em 1966 quando se criou a SUDAM, foram feitas algumas alterações no que diz respeito ao Estado e ao tipo de desenvolvimento para a Amazônia.

Enquanto o Plano de 1953 pleiteava a união entre o capital estatal e o privado, sem ao menos falar em capital estrangeiro, em 1966 a coisa é diferente, pois, com a criação da SUDAM, o Estado prepara a Amazônia para o capital privado, ficando com os investimentos mais complexos, da infraestrutura, pesquisa e planejamento, que necessitavam de uma soma de capital com perspectiva de retorno em longo prazo. Cardoso e Müller ressaltam que:

> Além disso, o segundo plano pretende uma maior racionalidade na exploração dos recursos regionais visando, principalmente, à autossustentação da população já fixada e dos contingentes populacionais que ali venham a estabelecer-se. Desestimula a produção extrativa, preferindo que esta seja substituída, sempre que possível, por atividades mais rentáveis; incentiva o desenvolvimento da agricultura, pecuária e piscicultura como fontes básicas de sustento da população e propõe a seleção de áreas mais propícias ao desenvolvimento, onde se concentrariam os recursos disponíveis, criando polos de desenvolvimento regional. (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p .114).

Desde 1912, quando a produção da borracha natural da Amazônia entrou em crise por conta da borracha cultivada no Sudoeste da Ásia, o Brasil nunca levou a sério o desenvolvimento da Amazônia no que diz respeito à borracha, e tampouco a presença do Estado na Amazônia foi efetivo, concernente aos grupos minoritários. Ficou apenas na retórica e no discurso, porém, devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial e com a escassez da borracha natural,

foi desenvolvido um plano que ficou conhecido como "Batalha da Borracha". Nesse momento, é perceptível a presença do Estado na Amazônia. Ianni enfatiza essa presença.

> A partir de 1942, cresceu de modo mais ou menos ininterrupto a presença do poder estatal nos problemas da Amazônia. Além dos desenvolvimentos e rearranjos das organizações administrativas dos governos dos estados, territórios e municípios, o Estado tem sido mais presente e ativo na região. Problemas econômicos, em geral, e financeiros, em particular, provocaram a participação crescente do poder estatal na criação de órgãos, adoção de diretrizes e implementação de decisões. A rigor, cresceu em termos quantitativos e qualitativos, a presença do poder estatal nos mais distantes lugares da região (IANNI, 1986, p. 58 - 59).

Segundo Ianni (1986), o Governo Federal criou o Banco de Crédito da Borracha S.A., para tentar resolver o problema econômico, em particular, o aumento da produção da borracha natural, pois devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial havia a necessidade de borracha natural em grande quantidade para os Estados Unidos para atender à demanda.

Com o fim da guerra em 1945, houve uma mudança com relação à posição internacional da borracha natural da Amazônia, devido à borracha que estava sendo cultivada na Ásia, especificamente, no Sudoeste. Ficou perceptível, na Constituição de 1946 (BRASIL, 1946), no artigo 199, a preocupação do Estado em relação ao desenvolvimento na região. Cogita-se impulsionar as ações produtivas ou começar novas ações econômicas, quem sabe industriais. Ianni reafirma ainda:

> Foi nos anos 1960 - 1978, entretanto, que se acentuaram as transformações econômicas e sociais na Amazônia. Em 1960, inaugurou-se a rodovia Belém-Brasília. Depois, em especial a partir de 1966, remodelaram-se agências federais, definindo novos objetivos e meios de atuação pública e privada na região. Foram tantas e tais decisões, agências e atuações do Estado na Amazônia, que é possível afirmar que foi nos

> anos 1960 - 1978 que a Amazônia se rearticulou sob nova forma, com o sistema econômico e político nacional e internacional. Ao lado do extrativismo, criaram-se ou desenvolveram-se atividades de mineração, agrícolas, pecuárias e industriais. Desenvolveu-se o sistema de transportes e comunicação, de modo a tornar as atividades econômicas e políticas da região independentes (ou pouco dependentes) do sistema fluvial (IANNI, 1986, p. 60).

Para Ianni (1986), a partir de 1966, estendendo-se até 1978, ocorreu uma intensificação relacionada à modificação da economia na região, com o objetivo de avivar e pluralizar as ações econômicas da Amazônia. Observam-se que dentre as iniciativas que o governo adotou, em 1966, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, (SUDAM), através da Lei nº 5.173 (BRASIL, 1966).

A Sudam se consolidou como o órgão mais notável para a ativação da economia amazonense, com a missão de coordenar, supervisionar programas e planos de outros órgãos federais que atuavam na região. Foi através da criação de incentivos fiscais e financeiros que a Sudam objetivava atrair investimentos nacionais e estrangeiros.

Segundo Cardoso e Müller (1978), em junho de 1970, foi criado o PIN (Plano de Integração Nacional) através do decreto-lei n° 1.106 (BRASIL, 1970). O objetivo essencial da criação do PIN, era subsidiar o plano de obras de infraestrutura nas áreas de atuação da SUDENE E SUDAM, com o propósito de integrar a economia nacional, para isso era previsto um orçamento no valor de Cr$ 2 bilhões de cruzeiros, que deveriam advir de:

> a) Recursos orçamentários, previstos nos orçamentos anuais e plurianuais;
> b) Recursos provenientes de incentivos fiscais (de 1971 a 1974 30% do total deduzido de imposto de renda serão creditados ao PIN);
> c) Contribuições e doações de empresas públicas e privadas;
> d) Empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais;
> e) Recursos de outras fontes (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 124).

Cardoso e Müller (1978) esclarecem, ainda, que a primeira fase do PIN iniciava-se com a construção da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e com o Plano de Irrigação do Nordeste; frisa, ainda, que a desapropriação das áreas localizadas nestas rodovias, bem como sua colonização e exploração, ficavam a cargo do PIN através dos seus recursos, já mencionados.

Segundo Cardoso e Müller (1978), em 28 de fevereiro de 1967, foi criada a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) através do Decreto-lei n° 288 (BRASIL, 1967). Este órgão tinha como principal missão administrar a Zona Franca de Manaus, era uma autarquia ligada ao Ministério do Interior, vale a pena frisar que não tinha nenhum vínculo com a SUDAM, embora estivesse inclusa em seu Plano Diretor. A SUFRAMA tinha como objetivos principais:

1. Desenvolver um Plano Diretor da área de 10.000km² à margem esquerda do rio Negro.

2. Proporcionar desenvolvimento sozinha ou através de associações com empresas públicas ou privadas.

3. Tinha como meta principal desenvolver e integrar a Amazônia Ocidental ao restante do Brasil, através do desenvolvimento de um centro industrial e agropecuário.

4. Estabelecer condições especiais como: (isenção de impostos dos produtos industrializados – IPI, imposto de importação e exportação, toda essa estrutura tinha o objetivo de favorecer o comércio com o exterior e o Centro Sul do Brasil).

Para Ianni (1986), depois que foi estabelecida uma infraestrutura de desenvolvimento para a Amazônia, com a criação de órgãos considerados importantes, como a SUDAM, houve mais fluidez no processo de desenvolvimento da região. Ele reitera que:

> Foi a partir da criação da SUDAM que começaram a ganhar mais dinamismo os empreendimentos dos setores agrícolas, pecuários, industriais e de mineração. No mesmo ano de 1966, foi reformulado o Banco de Crédito da Amazônia S.A., passando a denominar-se Banco da Amazônia S.A., ou BASA, conforme a lei nº 5.122, de 28 de setembro. Pouco a pouco, ainda na esfera financeira, o Banco do Brasil (ou BB) dinamizou a sua presença na

> região, criando agências. Assim, em poucos anos a SUDAM, o BASA e o BB passaram a atuar de modo articulado, no sentido de dinamizar e diversificar os empreendimentos econômicos e públicos e privados na região. Em 1967 criou-se a Superintendência da Zona Franca de Manaus, ou SUFRAMA, conforme decreto-lei nº 228, de 26 de fevereiro. Em junho de 1970 o governo federal adotou o Plano de Integração Nacional, PIN, de acordo com o decreto-lei nº 1.106. E o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, foi criado a 9 de julho do mesmo ano, conforme decreto-lei nº 1.110. Em 1971 criou-se o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, PROTERRA, conforme o decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho. Entre 1971 e 1978, construíram-se várias rodovias importantes: Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e Manaus-Caracaraí (BR 174), entre outras estradas. E cabe registrar, ainda, dentre as iniciativas federais rurais importantes para a Amazônia, dois planos nacionais de desenvolvimento: I PND para 1971-1974, e II PND, para 1975-1979 (IANNI, 1986, p. 61).

Este autor entende que vale a pena elencar as principais medidas implementadas pelo Governo Federal durante o período de 1964 - 1978, pois elas causaram mudanças consideráveis em quase todos os níveis da sociedade amazonense.

> 1) ocorreu a dinamização e diversificação das ações produtivas.
> 2) foi fomentado o sistema creditício, público e privado.
> 3) houve uma ativação e crescimento da administração pública na região.
> 4) desenvolveu-se e acirrou-se a luta pela terra, envolvendo o poder público (federal, estadual, municipal, territorial), e as empresas agropecuárias e de mineração, posseiros e indígenas.
> 5) veio à tona o antigo problema indígena relacionado à terra ou à defesa de sua cultura.

> 6) foram criados núcleos coloniais, com o objetivo de construir reservas de mão de obra para empreendimentos públicos e privados.
> 7) foi reformulada e ampliada a questão geopolítica da região amazônica, com relação aos problemas de defesa e aos problemas da "segurança interna" (IANNI, 1986, passim).

No livro Metamorfoses da Amazônia, da socióloga e docente da Universidade Federal do Amazonas, professora Drª Marilene Corrêa da Silva, encontramos um estudo com bastante densidade e perspicácia acadêmica na abordagem sobre as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia, e principalmente sobre a formação do pensamento social na região amazônica.

Quando discutimos, debatemos ou lemos sobre a Amazônia, em alguns livros, observamos continuamente, falar-se da Amazônia afirmando que ela foi esquecida ou encontra-se em estágio de subdesenvolvimento. Com muita frequência, a questão do "esquecimento" articula-se à do "desenvolvimento tardio" ou malconduzido; com muita veemência, essas apreciações saem do campo dos fatos para "ideologizar" (SILVA, 2013, p. 9).

Esta autora ressalta que, como se esses fatos, tivessem relação com a preferência tomada ou algum posicionamento político. A globalização do capitalismo pode apontar outro viés de interpretação, ao se referir à Amazônia ou a pesquisas relacionadas à temática (SILVA, 2013).

Para Chaves (2011), a política que proporcionou diversas atividades produtivas integrantes das relações do capitalismo na Amazônia fez com que ocorresse uma redistribuição da mão de obra, contribuindo para o surgimento de outras atividades econômicas no interior da região, devido à crise do extrativismo. E, com a criação da Zona Franca de Manaus nesse período, a consequência foi a desarticulação da economia no interior do estado do Amazonas.

No entanto, o que percebemos é que a Amazônia foi colocada numa "bandeja" e oferecida ao capitalismo internacional pelos militares, para ser explorada, devastada da forma mais cruel possível, sem ao menos levar em consideração os atores sociais históricos, que dela faziam parte. Através de projetos mirabolantes, que se diziam de "desenvolvimento", como afirma Ianni (1986).

Considerações Finais

Procurou-se no texto discutir de forma breve, a empreitada para trazer os nordestinos para a Amazônia, para se engajar na "Batalha da Borracha", em conjunto com as articulações feitas pelos norte-americanos, sobretudo, durante a II Guerra Mundial.

Contudo, mesmo com o incentivo governamental e estrangeiro, para o setor industrial, o impacto econômico para a Amazônia e a economia gomífera não alcançou o patamar esperado, principalmente para os "soldados da borracha", que se deslocaram da região nordeste para a região norte, com grandes expectativas, a partir da propaganda governamental, mas não lograram êxito.

Contextualizou-se a dependência que os EUA tinham da nossa borracha, culminando em maior interesse pela região amazônica. Contudo, para entender tal processo, aprofundou-se a análise no período do governo de Getúlio Vargas, quando ele se debruçou sobre as políticas desenvolvimentistas para a região amazônica.

Ainda no bojo desses projetos desenvolvimentistas, após a era Vargas, analisou-se no texto o fatídico período do golpe militar no Brasil, com seus governos autoritários e suas políticas tidas como "desenvolvimentistas" para a Amazônia, que contrariando o discurso oficial de um suposto vazio demográfico, causou grandes transtornos aos povos tradicionais e ribeirinhos, além da destruição de parte da flora, fauna e biodiversidade desta região.

Referências

BRASIL. **Congresso.** Constituição [da] República Federativa do Brasil. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 21 nov 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.521** de 17 abr. 1912a. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9521-17-abril-1912528099-republicacao-100546-pe.html. Acesso: 20 nov 2021.

BRASIL. **Decreto-lei n° 1.106,** de 16 de junho de 1970. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei n° 288**, de 28 fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Decretos nº 2.543-A**, 5 jan. 1912. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2543-a-5-janeiro-1912-577797-republicacao-100826-pl.html. Acesso em: 20 nov 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.173**, de 27 de outubro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm. Acesso em: 02 dez. 2021.

CAMPOS, A. L. V. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** 7. Ed. Rio de Janeiro: LTC,1970.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia:** expansão do capitalismo. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CHAVES, M. P. S. R. **De "cativo a liberto":** o processo de constituição Sócio-histórica do seringueiro no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

DEAN, W. **Brazil and the struggle for rubber:** a study in environmental history. Cambridge University Press, 1987.

DRAYTON, R. **Nature's government:** science, imperial Britain, and the 'Improvement' of the World. New Haven: Yale University Press, 2000.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GARFIELD, S. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 29, n. 57. jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01020188200900010002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 out. 2021.

GONÇALVES, A.; COSTA, P. E. B. (Org). **Mais borracha para a vitória.** Fortaleza: MAUC/NUDOC, 2008.

HALL, A. L. **Amazônia:** desenvolvimento para quem? O desmatamento e o conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura:** o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978). 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S.A., 1986.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia:** Estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira.** 2. ed. São Paulo: Polis, 1984.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana. In: SALATI, E.; et al. **Amazônia:** desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense,1983.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia:** monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus 1990.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar:** políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

PINTO, L. F. **Jari, toda verdade sobre de Ludwig:** as relações entre

Estado e multinacional na Amazônia. São Paulo: Editora: Marco Zero, 1986.

PINTO, N. P. A. **Política da borracha no Brasil:** falência da borracha no Brasil. São Paulo: HUCITEC/CRE, 1984.

SILVA FILHO, A. L. M. Estilhaço de uma guerra. In: GONÇALVES, A.; COSTA, P. E. B. (Org). **Mais borracha para a vitória.** Fortaleza: MAUC/NUDOC, 2008.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. **Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari,1964-2014.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas-UFAM, 2015. 215 f.

SILVA, M. C. **Metamorfoses da Amazônia.** 2. Ed. Manaus: Valer, 2013.

TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor:** a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAPÍTULO 5

Os desafios sociopolíticos e ambientais no Brasil e na Amazônia no século XXI: sustentabilidade e educação ambiental

Eduardo Gomes da Silva Filho[1]
Universidade Federal de Roraima-UFRR

Emerson Dias da Silva[2]
Universidade Federal do Amazonas-UFAM

1 Professor da Universidade Federal de Roraima. Doutorando em História – PPGH/Universo. Contato: eduardo.filho@ufrr.
2 Professor da Secretaria de Educação do Amazonas. Mestre em Geografia – PPGEO/UFAM. Contato: emergeo1980@hotmail.com.

Introdução

A complexa interseção entre os desafios sociopolíticos do Brasil e da região amazônica no século XXI é um campo de análise profundamente relevante e de imensa complexidade. O cenário contemporâneo é marcado por uma série de questões cruciais que demandam atenção e ação por parte das autoridades governamentais, organizações da sociedade civil e da comunidade internacional.

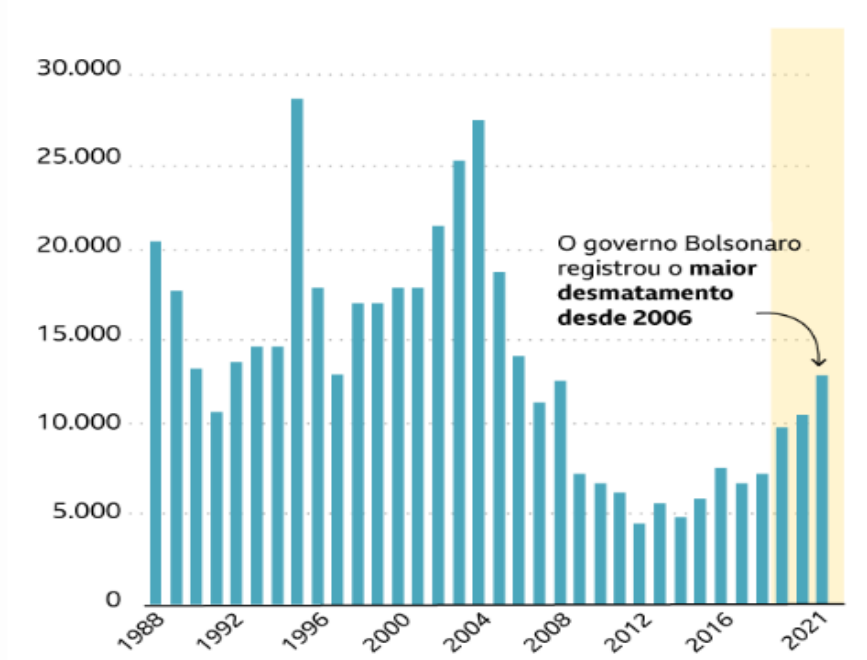
Nesse contexto, buscou-se uma apresentação em formato de palestra para alunos do curso técnico em Agropecuária da Escola Agrotécnica da UFRR, com enfoque na conscientização dos problemas socioambientais que assolam o nosso país, sobretudo, a Amazônia.

Em vista disso, trouxemos à baila quatro eixos temáticos para norteamos nossas falas, divididos por categorias de análises, a fim de facilitar a compreensão dos presentes. Trata-se de questões atuais e sensíveis, que necessitam tanto de atenção e ações do poder público, quanto de uma maior conscientização por parte da sociedade. São eles:

- I - Desmatamento e Preservação Ambiental na Amazônia;
- II - Conflitos Indígenas e Direitos Humanos na Amazônia: garimpo e a questão Yanomami;
- III - Geração de Energia na Amazônia e em Roraima;
- IV – Crise humanitária, fluxos migratórios, acolhimento e interiorização.

A respeito do desmatamento na região amazônica, apresentado no eixo I, é mister salientar, os constantes avisos feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que explicitam por meio da análise de dados o aumento desenfreado da agressão ao meio ambiente na Amazônia Legal, sobretudo, durante o governo Bolsonaro.

Figura 1 – Desmatamento anual da Amazônia em km²



Fonte: Inpe/Sistemas – PRODES, 2021.

> A maior variação percentual entre os 9 estados da Amazônia Legal foi no Amapá, com 62,5%, que passou de 24 km² desmatados para 39 km². Mas, proporcionalmente, o aumento mais expressivo foi no Amazonas: variação de 55,22%, com área total derrubada de 2.347 km² em um ano. O levantamento é preliminar e será confirmado no primeiro semestre de 2022 (BBC News Brasil, 2021, p. 1).

Também foram abordados, os impactos causados ao meio ambiente e aos povos tradicionais durante a ditadura civil-militar, com destaque para os chamados "projetos desenvolvimentistas", por meio do Plano de Integração Nacional (PIN). Outrossim, traçou-se um cenário entre os conflitos com indígenas e a degradação ambiental e genocida, causada pelas ações ditatoriais, a saber:

- Questão Waimiri-Atroari: BR-174 (Manaus--Boa Vista);

- Índios Jiahui e Tenharim: BR-230 (Humaitá--AM);
- Ameaças a 69 Terras Indígenas com a reconstrução da BR-319 (Manaus-Porto Velho).

Para explicitarmos esses fatos, trouxemos as falas dos próprios povos indígenas, com destaque para o depoimento do índio Panaxi, publicado no Relatório do Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas, no ano de 2014, a respeito do massacre feito ao seu povo, durante a construção da BR 174.

> Antigamente não tinha doença. Kiña estava com saúde. Olha civilizado aí! Olha civilizado ali! Lá! Acolá! Civilizado escondido atrás do toco-de--pau! Civilizado matou com bomba.
> Civilizado matou Sere.
> Civilizado matou Podanî.
> Civilizado matou Mani.
> Civilizado matou Akamamî.
> Civilizado matou Priwixi.
> Civilizado matou Txire.
> Civilizado matou Tarpiya.
> Com bomba.
> Escondido atrás do toco-de-pau! (Relatório do Comitê Estadual da Verdade, 2014, p. 9-10).

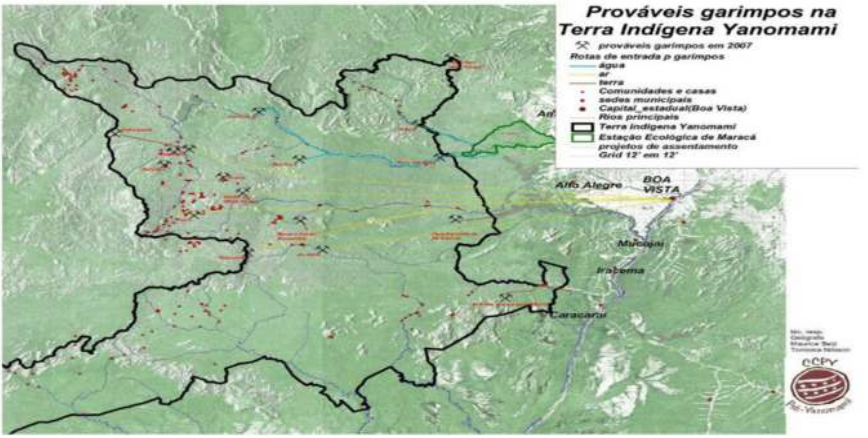
Acerca do eixo II, buscou-se evidenciar os conflitos indígenas e direitos humanos na Amazônia, com análise nas ações do garimpo em território tradicional, com exemplos ocorridos na Terra Indígena Yanomami.

> A garimpagem na Amazônia, enquanto atividade extrativa mineral, implica, necessariamente, na transformação da paisagem e da natureza, bem como em uma série de problemas sociais. Os conflitos sociais decorrentes da invasão de terras indígenas e os impactos ambientais são evidentes. Dentre eles, desmatamento, assoreamento e a contaminação por mercúrio, dos rios, animais silvestres e do homem (Ramos; Oliveira; Rodrigues, 2020, p. 2).

Na sequência, a fim de delimitarmos a área de estudo e

demonstramos a situação em que se encontra o povo Yanomami, com a ação do garimpo, apresentamos, respectivamente, as figuras 2 e 3.

Figura 2 - Mapa do garimpo na TI Yanomami



Fonte: Associação Hutukara – Comissão Pró-Yanomami.

Figura 3 - O Garimpo na TI Yanomami: exploração, poluição, fome e devastação



Fonte: Compilação feita pelos autores.

No eixo III, discutiu-se a geração de Energia na Amazônia e em Roraima, com destaque nas bacias hidrográficas da região amazônica e na matriz de produção energética do Estado de Roraima.

No que tange à construção de hidrelétricas na Amazônica, o cientista do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Philip Fearnside, comenta:

> A escala de desenvolvimento hidrelétrico planejada para a Amazônia é tremenda. O "Plano 2010" lista 79 barragens na Amazônia, independente das datas projetadas para construção das obras. Embora as dificuldades financeiras do Brasil tenham forçado, repetidamente, o adiamento dos planos para construção das barragens, a escala planejada, independente da data de conclusão de cada represa, permanece essencialmente inalterada, representando uma consideração importante para o futuro. As represas inundariam 10 milhões de hectares, ou aproximadamente 2% da região da Amazônia Legal e aproximadamente 3% da porção brasileira da floresta amazônica. Inundar esta área provocaria perturbação de florestas em áreas maiores que os reservatórios em si. Os habitats aquáticos seriam alterados drasticamente. O impacto sobre povos indígenas também seria grande, sendo que uma das partes da Amazônia com maior concentração desses povos se encontra na faixa da maioria dos locais que são favoráveis para desenvolvimento hidrelétrico [...] (Fearnside, 2019, p. 8).

Voltamo-nos, em seguida, à questão da produção energética em Roraima, que durante o governo Bolsonaro, desfez a parceria com o governo venezuelano de Nicolás Maduro, fato que interrompeu o fornecimento energia elétrica via Linhão do Guri.

Logo, Roraima passou a ser abastecida por usinas térmicas movidas a óleo combustível e a gás natural. O problema é que o diesel é uma fonte cara e poluidora, que consome cerca de 700 a 1.100 litros de combustível diariamente.

Apresentou-se algumas alternativas que foram pensadas e colocadas em práticas, como nos casos da Usina Fotovoltaica da UFRR e da Usina Jaguatirica II.

A usina fotovoltaica tem 1.116 painéis fotovoltaicos e ocupa uma superfície de 2.300 m^2 na área em frente ao Centro Amazônico de Fronteiras, no campus Paricarana. Sua produção anual de energia

será de 656.009,12 kWh. A geração elétrica da usina solar vem dos painéis fotovoltaicos, que convertem a luz do sol diretamente em energia elétrica.

Figura 4 - Usina Termelétrica Jaguatirica II – Boa Vista – RR, geradora de 48,653 MW, substituindo o diesel pelo gás natural



Fonte: Folha de Boa Vista.

Tocou-se em outro ponto primordial para o setor energético de Roraima. Trata-se da possível instalação da Usina Hidrelétrica do Bem-Querer, que está prevista para ser construída no rio Branco. Se a usina for aprovada, ocupará áreas dos municípios de Boa Vista, Bonfim, Caracaraí, Cantá, Iracema e Mucajaí.

No entanto, sua construção acarretará uma exposição hidrográfica, custo ambiental e social, impacto nos lençóis freáticos, igarapés, praias fluviais, planícies aluviais, biotas e vicinais, além disso, irá algar alguns trechos da BR-174 e parte dos municípios em seu entorno. Outros projetos de instalação de hidrelétricas estavam previstos para Roraima, nas regiões de Cotingo e do Paredão, mas não evoluíram. Existe há alguns anos a Usina de Jatapú, no Caroebe, mas com uma baixa produção energética.

Por fim, no eixo IV, versou-se sobre a crise humanitária, fluxos migratórios, acolhimento e interiorização, com o substancial aumento

do fluxo migratório com o agravamento da crise na Venezuela. Nesse sentido, destacou-se, as ações do Exército Brasileiro com ênfase na Operação Acolhida, que trabalha em consonância com agências internacionais como nos casos da ACNUR, ligada à ONU e a OIM, além de órgãos governamentais, em uma parceria interagências. A base da Operação Acolhida fica na cidade de Pacaraima, fronteira com a cidade de Santa Elena de Uairén (Venezuela), as ações do Exército, com apoio do 3º Pelotão Especial de Fronteira, são pautadas em três eixos: Ordenamento de Fronteira, Acolhimento e Interiorização.

Figura 5 - Eixos de atuação da Operação Acolhida

Ordenamento da Fronteira	Acolhimento	Interiorização
- Controle e regularização migratória - Atendimento e proteção social - Atendimento de saúde - Imunização	- Abrigo emergencial - Alimentação - Proteção - Saúde	- Deslocamento voluntário de migrantes e refugiados de Roraima para outros municípios do País, permitindo a integração socioeconômica

Fonte: 3º PEF/ Exército Brasileiro/ Operação Acolhida.

As escolhas dos referenciais teóricos utilizados na palestra, embasada na necessidade de uma análise aprofundada e estruturada das questões sociopolíticas e ambientais no Brasil e na Amazônia. Acrescenta-se a isso, as teorias de desenvolvimento humano e sustentável, como as de Amartya Sen (2010) e Martha Nussbaum (2011), que enfatizam a importância de promover a equidade social, a justiça e a preservação ambiental.

Esses referenciais teóricos forneceram uma base sólida para a análise da ação realizada, indicando aos alunos a formulação de políticas e estratégias que visam superar os desafios sociopolíticos e ambientais no Brasil e na Amazônia no século XXI.

Sendo assim, a palestra suscitou a seguinte questão-problema: Dentro do contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) da ONU para 2030, como o Brasil pode equilibrar a mitigação da exploração intensiva dos recursos naturais na região amazônica com a promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável das comunidades locais entre 2020 e 2030?

Justificativa

As vozes e a importância desta ação de intervenção, visa conscientizar e apresentar possíveis medidas mitigadoras à crescente exploração dos recursos naturais na região amazônica, uma vez que esse desafio sociopolítico e ambiental, transcende fronteiras geográficas e afeta não apenas o Brasil, mas também tem interfaces globais. A proposta de intervenção é crucial para contribuir na preservação da biodiversidade amazônica, seus ecossistemas, suas culturas tradicionais, bem como para garantir a sustentabilidade das gerações futuras, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para 2030.

A exploração irresponsável dos recursos naturais na Amazônia tem levado a efeitos devastadores, como o desmatamento acelerado, a perda de *habitats*, a degradação dos solos e a diminuição da qualidade do ar e da água. Além disso, essa exploração contribui para as mudanças climáticas globais, afetando a ocupação do clima e os padrões climáticos em todo o mundo. Portanto, a intervenção é fundamental para alertar acerca desses efeitos negativos e para necessidade de preservação dos ecossistemas, tão essenciais para a Amazônia.

Ao promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável, uma intervenção não apenas ajuda a preservar o meio ambiente, mas também busca melhorar a qualidade de vida das comunidades locais, além de corroborar com informações importantes e necessárias para os discentes desta instituição, com noções de práticas de manejo sustentáveis, valorização da biodiversidade e a promoção da bioeconomia, que podem criar oportunidades, gerar empregos e melhorar a infraestrutura nas regiões amazônicas.

Além disso, a intervenção é respaldada pela crescente necessidade de conscientização global sobre a importância da conservação ambiental e da busca por soluções sustentáveis. A comunidade

internacional tem demonstrado interesse e apoio à preservação da Amazônia, o que pode abrir portas para colaborações internacionais, investimentos e intercâmbio de conhecimentos.

Portanto, a proposta é justificada pela necessidade imperativa de enfrentar os desafios sociopolíticos e ambientais presentes na região amazônica, em particular, no Estado de Roraima, preservando seu valor intrínseco para a estabilidade global, com vistas na promoção do desenvolvimento sustentável e na garantia da melhoria da qualidade de vida das populações locais. A ação não é apenas um imperativo moral, mas também uma medida estratégica para um futuro mais equitativo, resiliente e sustentável, tanto para o Brasil quanto para o planeta na totalidade.

Objetivo Geral

O objetivo desta intervenção é promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável da Amazônia brasileira, através da educação ambiental para a conscientização sobre uso responsável dos recursos naturais, visando a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das populações locais no século XXI.

Específicos

- Fortalecer a participação comunitária: Garantir a inclusão ativa dos alunos residentes no Projeto de Assentamento Nova Amazônia, indígenas e migrantes em processos de planejamento e tomada de decisão, respeitando e protegendo seus direitos territoriais e culturais.

- Promover a educação ambiental: Assegurar o acesso à informação sobre educação ambiental e conscientizar sobre sua relevância, impulsionando a transição para práticas agroecológicas que preservem a riqueza natural da Amazônia.

- Estimular o manejo sustentável: Promover práticas de manejo florestal e agropecuário sustentáveis, que harmonizem a conservação do meio ambiente com a geração de renda para as comunidades.

Metodologia

"O método se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade. É, portanto, denominado método de abordagem, que engloba o indutivo, o dedutivo, o hipotético-dedutivo e o dialético" (Marconi; Lakatos, 2003, p. 221).

Partindo do pressuposto acima, e levando em consideração o nosso público-alvo. Inicialmente, conduzimos uma análise participativa, envolvendo os presentes, para compreensão das complexidades desses desafios e suas intenções. A partir dessa análise, foram delineadas estratégias específicas que consideraram as particularidades históricas, culturais e socioeconômicas da região, buscando soluções que possam equilibrar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental.

A palestra durou por volta de uma hora e trinta minutos, divididos igualmente entre os professores ministrantes. No início, foi feito uma introdução e contextualização do tema pelo Prof. Emerson Dias, que veio de Manaus para a realização da intervenção.

Figura 6 – Fala do Prof. Emerson Dias



Foto: Prof. Eduardo Gomes.

Após sua explanação, acerca dos eixos I e II, foram feitos dois blocos de perguntas e respostas com os presentes. Na sequência, passou-se a palavra para o Prof. Eduardo Gomes, que falou sobre os eixos III e IV, repetindo à dinâmica de perguntas e respostas ao final da sua fala.

Ao final da palestra, foi proposta uma atividade prática que envolveu os participantes, com sugestões da criação de um plano de ação coletiva para promover a sustentabilidade em suas vidas diárias e no ambiente escolar. Os participantes foram convidados a fornecer feedback sobre a palestra, a fim de demonstrar o que foi compreendido, tirar possíveis dúvidas e externar opiniões.

Figura 7 – Fala do Prof. Eduardo Gomes



Foto: Prof. Emerson Dias.

Recursos Utilizados

- Microfone
- Datashow
- Caixa de som
- Caneta laser

Considerações finais

Notou-se o interesse e engajamento dos presentes pelo tema, principalmente os discentes, que participaram ativamente nos momentos de interação, demonstraram compreensão dos eixos apresentados, além de externarem uma grande conscientização frente aos desafios evidenciados.

Figura 8 – Professores Eduardo Gomes e Emerson Dias, ministrando a palestra



Foto: Professor Silvio Márcio.

Uma grata surpresa ocorreu no dia da palestra. Trata-se da participação dos discentes do curso de Tecnologia em Agroecologia, que assistiram com grande entusiasmo ao evento. Por fim, recebemos um convite para proferir novamente a palestra no Colégio de

Aplicação da UFRR, pois a repercussão entre a comunidade escolar foi muito positiva.

Referências

BBC NEWS BRASIL. **Desmatamento na Amazônia tem a maior taxa em 15 anos**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59341478. Acesso em: 24 set. 2023.

COMITÊ ESTADUAL DE DIREITO À VERDADE, À MEMÓRIA E À JUSTIÇA DO AMAZONAS. **A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari**: "por que kamña matou kiña"? Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2014.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

NUSSBAUM, Martha. **Criando Capacidades**: A Abordagem do Desenvolvimento Humano. Imprensa Belknap, 2011.

RAMOS, A. R. A; OLIVEIRA, K, A; RODRIGUES, F, S. Mercúrio nos Garimpos da Terra Indígena Yanomami e Responsabilidades. **Revista Ambiente & Sociedade.** São Paulo. v. 23, p. 1-22, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/Kbrq95pYDnwGD8DVVxYqtsm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 set. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOBRE O ORGANIZADOR

Eduardo Gomes da Silva Filho



Professor da Universidade Federal de Roraima - UFRR, Campus Murupu. Doutorando em História pelo Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira - Universo, Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Licenciado e Especialista em História pela Fundação de Ensino Superior de Olinda e Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Roraima. Historiador com registro profissional junto ao Ministério da Economia n.° 004/RR, membro da ANPUH-AM, concentra suas pesquisas nas áreas de História Social do Trabalho, Ensino de História, Povos Indígenas, Migração, Fronteira e Defesa Nacional.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/6852094623180307
Contato: eduardo.filho@ufrr.br.

Confira algumas de nossas publicações:

Educação e tecnologia em tempos de pandemia - Eduardo Gomes da Silva Filho (Org.)

Caracterização Geotécnica do Solo Através de Sondagem SPT no Município de Viçosa-MG - Max Miller Alves de Oliveira

Educação Superior: A Formação Dos Professores Indígenas No Curso De Pedagogia – Programa Nacional De Formação De Professores Da Educação Básica (PARFOR), No Município De Santo Antônio Do Içá – Amazonas - Eliuvomar Cruz da Silva

Discurso Teológico Estruturado à Nova Reforma Apostólica: Análise da Figura do Apóstolo - Maurício Antônio de Araújo Gomes

O Acordo de Não Persecução Penal e a Sua Extensão aos Crimes de Corrupção - Sergio Alves Teixeira Junior

Aplicação de Métodos Analíticos em Amostras do Cotidiano e Verificação da Implementação da Norma ISO 17025 em Laboratórios da Cidade da Beira - Moçambique - Carlos J. D. Alface; Jaime E. Naene (Org.)

Conceitos, Estratégias, Tecnologias: Rumo à Educação Inclusiva- Rita de Cássia S. Duque; Paulo Henrique Filho; Fernando Luiz C. de Oliveira Filho; Ana Lúcia G. Maravalhas; Tiago F. Hansel; Alexssander G. de Lima; Rosidelma P. Fraga; Moema de S. Esmeraldo; Eliédna Aparecida R. de Oliveira (Org.)

Educação Inovadora: Aprendizagem Significativa Associada às Tecnologias - Rita de Cássia S. Duque; Paulo Henrique Filho; Fernando Luiz C. de Oliveira Filho; Patrick Ataliba; Reginaldo L. Placido; Gabriel Maçalai; Jeronima R. da Silva; Eduardo L. Monteiro; Maria Aparecida de M. Amorim Sousa; Eliédna Aparecida R. de Oliveira (Org.)

Inovação Pedagógica e Formação de Professores: A Educação Conectada à Era da Sociedade Digital - Paulo Henrique Filho; Rita de Cássia S. Duque; Ana Lúcia G. Maravalha; Jucirene Abreu dos Santos; Tiago Fernando Hansel; Alexssander Gonçalves de Lima; Rhadson R. Monteiro; Dennize A. dos Anjos Silva; Eliédna Aparecida R. de Oliveira; Joel Manga da Silva (Org.)

Águas Subterrâneas e Superficiais Usadas para o Consumo Humano em Moçambique - Carlos J. D. Alface & Jaime E. Naene (Org.)

Estudos Jurídicos em Perspectiva - André R. Signorelli (Org.

As Autoclaves e a Agenda Global Hospitais Verdes e Saudáveis - Energia & Água - Felix Motta Aidar Neto

Narrativas e Práticas de Resistências: Educação Ambiental, Cultura e Desenvolvimento na Amazônia - Eduardo Gomes da Silva Filho (Org.)

Nossos livros são minuciosamente elaborados para enriquecer o conhecimento em diversas áreas.


EBPCA
EDITORA BRASILEIRA
DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA ALUZ
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Na EBPCA, oferecemos excelência editorial, catálogo criteriosamente selecionado e compromisso com o Acesso Aberto.
Comprometidos com a excelência, nossas publicações têm Impact Factor 3.713, certificado pela SJIF, e um Índice h de 13.
Conectando Saberes, Iluminando Mentes.
CONHEÇA A EDITORA ALUZ

Nas profundezas da Amazônia, um mosaico de culturas indígenas, ribeirinhos e seringueiros se entrelaçam com a rica biodiversidade em histórias de resistência e renovação. A obra "Narrativas e Práticas de Resistências: Educação Ambiental, Cultura e Desenvolvimento na Amazônia" é uma demonstração cativante dos desafios sociopolíticos e ambientais enfrentados pelas comunidades na Amazônia ao longo dos séculos XX e XXI.

Este livro mergulha nas vozes daqueles que vivem e lutam na floresta amazônica, destacando as estratégias criativas para a preservação cultural, educação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Dos dramas sociais dos seringueiros durante a 'Batalha da Borracha' aos esforços contemporâneos em busca da sustentabilidade, este livro oferece uma visão profunda das realidades da Amazônia.

Com contribuições de renomados pesquisadores e educadores, a obra é uma leitura essencial para todos que desejam compreender as complexas interações entre cultura, meio ambiente e desenvolvimento na maior floresta tropical do mundo.

Editora